



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná



Relatório de Gestão
Des. Luiz Taro Oyama

20
18



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL

Desembargador Luiz Taro Oyama

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná tem como missão “garantir a legitimidade do processo eleitoral” e como visão “consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, à transparência e à segurança”.

Ao assumir a Presidência deste Tribunal, em 1º de fevereiro de 2018, estabeleci como “tripé” da gestão (i) o reconhecimento e a valorização do servidor, (ii) o fortalecimento da tecnologia da informação e (iii) a sustentabilidade com foco na qualidade de vida do servidor no trabalho e da gestão.

A par desses objetivos iniciais, difundi e implementei, perante os servidores do Tribunal, a prática da Comunicação Não-Violenta - CNV e dei início ao projeto de implementação do Documento Nacional de Identificação-DNI, além de dar continuidade ao cadastramento biométrico dos eleitores do Estado.

Coube a mim presidir uma das maiores eleições realizadas por este Tribunal, que se mostrou demasiadamente desafiadora, ante a conjuntura nacional de crise econômica, social e de confiança nas instituições.

A atividade de realização do pleito eleitoral exige a participação de toda a estrutura funcional, tecnológica e física deste Tribunal.

Para seu êxito foram realizadas contratações norteadas pelos princípios da legalidade, efetividade, economia, transparência e segurança, buscou-se sempre a adequada e racional aplicação dos recursos públicos para o atendimento das finalidades institucionais.

O envolvimento e a dedicação dos magistrados e dos servidores, os quais foram devidamente capacitados para o melhor desempenho de suas atividades, proporcionaram o alcance de excelentes resultados, mesmo diante de situações atípicas enfrentadas pela Justiça Eleitoral naquele pleito - ataques sem precedentes às urnas eletrônicas e a propagação das fake news contra a própria instituição.

E foi assim, encontrando nas adversidades oportunidades de aprofundar o conhecimento e buscar o aperfeiçoamento de suas práticas, visando à melhoria contínua da prestação de serviços, que esta gestão não poupou esforços para prestar esclarecimentos à sociedade, realizando inclusive audiências e auditorias públicas das urnas eletrônicas.

De outro lado, com um olhar no futuro, várias ações e projetos de sustentabilidade e de cidadania foram realizadas, tais como gestão de resíduos sólidos, arborização das áreas disponíveis nos imóveis do Tribunal, assinatura do Pacto Global da ONU, Parlamento Jovem, Eleitor do Futuro, Tribunal Jovem, entre outros, além, é claro, de dar sequência às atividades para a implantação e funcionamento da Usina Fotovoltaica, a qual estima-se produza toda a energia elétrica necessária para suprir o consumo dos prédios da Justiça Eleitoral do Paraná, Fóruns e sede.

Com a certeza de ter efetivado todas as medidas que se mostraram possíveis e de ter implementado ações voltadas à realização dos fins institucionais, é que encaminho o presente relatório de gestão.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

5W2H - WHO? (QUEM?) WHAT? (O QUÊ?) WHERE? (ONDE?) WHEN? (QUANDO?) WHY? (POR QUE?) HOW? (COMO?) HOW MUCH? (QUANTO?)

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE

ART - ARTIGO

AUX. ADM. - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CF - CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

CFTV - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO

CIEE - CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA

CJ – CARGO EM COMISSÃO

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

COFIC - COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CETI - COMITÊ EXECUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

COPEL - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA – CNV

CONAMA - CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO INTEGRADO DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA (CISIE)

COPE - COORDENADORIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

COPEL DIS - COPEL DISTRIBUIDORA

CRC – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

DC - DEMOCRACIA CRISTÃ

DEM – DEMOCRATAS

DFC - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DJE - DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

DN TCU – DECISÃO NORMATIVA TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

DNI - DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIDADE

DOU - DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

DVP - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

EAP - ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO

ESOCIAL - SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO (ENTIC-JUD

SIEM - EVENTOS DE SEGURANÇA

EX. - EXEMPLO

FC - FUNÇÕES COMISSIONADAS

FGRS - FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IN – INSTRUÇÃO NORMATIVA

IP - INTERNET PROTOCOL

ITIL V3 - INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY

LAI - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LED - LIGHT EMITTING DIODE

LRF - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

MCASP - MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

MDB - MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

MPE - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

MPOG - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

NBCT – NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE

NBR - NORMA TÉCNICA

Nº - NÚMERO

NOVO – PARTIDO NOVO

OAB/PR - ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ

ODS - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OE – OBJETIVO ESTRATÉGICO

OFSS – ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PAC – PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL

PATRI - PATRIOTA

PC DO B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PCO - PARTIDO DA CAUSA OPERÁRIA

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDTI - PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PEC - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PETI - PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PHS - PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE

PJ – PESSOA JURÍDICA

PJE - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

PLS - PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

PMB – PARTIDO DA MULHER BRASILEIRA

PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

PODE – PODEMOS

PP – PARTIDO PROGRESSISTA

PPL – PARTIDO PÁTRIA LIVRE

PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PR – PARTIDO DA REPÚBLICA

PRB – PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

PROS – PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL

PRP – PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA

PRTB – PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO

PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSC – PARTIDO SOCIAL CRISTÃO

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSDB – PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL

PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE

PSSS - CONTRIBUIÇÃO AO PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO

PSTU – PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PV – PARTIDO VERDE

PVC - POLICLORETO DE VINILA

QRCODE - CÓDIGO QUICK RESPONSE

RAE - REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA

REDE – REDE SUSTENTABILIDADE

RFID - RADIO-FREQUENCY IDENTIFICATION

ROHS - (RESTRICTION OF CERTAIN HAZARDOUS SUBSTANCES)

RP - REGISTRO DE PREÇOS

RPÑ - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RX – RAIO X

SADP – SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS

SECGA - SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SECGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

SECIA - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

SECTI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

SIC - SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

SICEL - SISTEMA DE INSPEÇÕES E CORREIÇÕES ELEITORAIS

SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT

ELO - SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ELEITOR

IPLNO - SISTEMA DE GESTÃO DO PLENO DO TRE-PR

INFODIP - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS

SIC - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL

SIGEC - SISTEMA DE REGISTRO DE IMÓVEIS E GERENCIAMENTO DE CUSTOS

SLTI/MP - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

SPE - SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA

SPIUNET - SISTEMA DE GESTÃO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO

SPU - SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO

STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

STN - SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TCE - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TI - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TIC - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TJ/PR – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

TRE-PR – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

TRF 4ª R – TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 4ª REGIÃO

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

UFV - USINA FOTOVOLTAICA

UG – UNIDADE GESTORA

UJ – UNIDADE JURISDICIONADA

UNICURITIBA - CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA

UNIFOZ - FACULDADES UNIFICADAS DE FOZ DO IGUAÇU

UPC – UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

VLAN - REDE LOCAL VIRTUAL

VOIP - VOICE OVER INTERNET PROTOCOL

SUMÁRIO

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	01
A Justiça Eleitoral.....	01
O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Finalidade, Missão e Visão.....	01
Composição e Competências do TRE-PR.....	02
Organograma.....	04
Juízes Eleitorais e Zonas Eleitorais.....	05
Juntas Eleitorais.....	05
Modelo de Negócio.....	05
Destinatários das Atividades do TRE-PR.....	06
Eventos que Impactaram a Gestão.....	06
Principais Oportunidades e Ameaças.....	06
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA.....	07
Instituição do Planejamento Estratégico.....	07
Descrição dos Macrodesafios.....	07
Iniciativas adotadas em 2018.....	09
Governança.....	09
Auditoria.....	10
Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos.....	10
Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário.....	11
Principais Canais de Comunicação com a Sociedade.....	11
Atuação da Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação (LAI).....	12
Audiências e Consultas Públicas.....	13
Acessibilidade.....	14
GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS.....	15
Instituição e Princípios da Política da Gestão de Riscos.....	15
Gestores de Risco.....	15
Fases do Processo de Gestão de Riscos.....	16
Riscos Monitorados em 2018.....	17
Gestão e Controle de Demandas Judiciais.....	18
RESULTADOS DA GESTÃO.....	19
Principais Resultados da Gestão.....	19
Revisão do Eleitorado e Biometria.....	19
Eleições em 2018.....	21
Projeto Eleições.....	21
Eleições em Números.....	22
Contratações para as Eleições.....	23
Mesários e Colaboradores.....	23
Medidas preventivas relacionadas às Urnas Eletrônicas.....	24
Combate às Fake News.....	25
Auditoria Extraordinária nas Urnas Eletrônicas.....	26
Eleições Suplementares.....	26
Prestação Jurisdicional.....	26

Prestação Jurisdicional em 1º Grau.....	27
Prestação Jurisdicional em 2º Grau.....	27
Partidos Políticos no Paraná.....	29
Atuação da Ouvidoria.....	29
Ações da Escola Judiciária Eleitoral.....	30
Selo Ouro Justiça em números.....	32
Usina Fotovoltaica.....	33
DNI - Documento Nacional de Identidade.....	33
Desafios Remanescentes e próximos passos.....	34
ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	36
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	37
Orçamento para Eleição.....	38
Pessoal e Encargos Sociais.....	38
Outras Despesas Correntes.....	39
Detalhamento das Despesas de Funcionamento.....	39
Detalhamento do Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.....	40
Cadastro Eleitoral e Biometria.....	41
Despesas Obrigatórias e Financeiras.....	42
Despesas Discricionárias.....	43
Execução Orçamentária 2018.....	44
Valores empenhados.....	45
Valores Liquidados.....	46
Valores Pagos.....	47
GESTÃO DE PESSOAS.....	49
Conformidade Legal e Transparência.....	49
Reposição ao Erário e Fiscalização da Folha de Pagamento pelo TCU.....	49
Avaliação da Força de Trabalho.....	50
Servidores Efetivos.....	51
Recadastramento dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas.....	51
Estratégia de Recrutamento e alocação de Pessoa.....	52
Detalhamento da Despesa com Pessoal.....	52
Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia.....	53
Cargos Gerenciais e Funções Comissionadas.....	53
Capacitação.....	54
Qualidade de Vida dos Servidores e no Ambiente de Trabalho.....	54
Teletrabalho.....	55
Oportunidades e Desafios.....	55
LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	55
Conformidade Legal.....	56
Detalhamento das Contratações Novas.....	56
Detalhamento dos Gastos das contratações por finalidade.....	56
Compras compartilhadas.....	57
Contratações mais relevantes.....	59

Contratação direta.....	60
Principais tipos de contratação direta.....	60
Justificativas para contratações diretas.....	61
Principais desafios e ações futuras.....	62
GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA.....	62
Conformidade Legal.....	62
Imóveis.....	63
Infraestrutura e equipamentos.....	63
Segurança.....	65
Manutenção e Administração dos Imóveis.....	66
Desfazimento de ativos e Desmobilizações.....	66
Mudanças e desmobilizações relevantes.....	66
Principais melhorias na área de infraestrutura.....	67
Principais Desafios e ações Futuras.....	68
GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	68
Conformidade Legal.....	68
Modelo de Governança de TI, Planejamento e Gestão.....	68
Montante de recursos aplicados em TI.....	69
Contratações mais relevantes de recursos de TI.....	69
Principais projetos e resultados na área de TI.....	69
Principais sistemas da TI.....	70
Disponibilidade de Serviços.....	71
Segurança da Informação.....	71
Principais desafios e ações futuras.....	72
GESTÃO DE CUSTOS.....	72
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	75
Conformidade Legal.....	75
Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições.....	76
Ações para redução do consumo de recursos.....	76
Redução de resíduos poluentes.....	77
Qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	78
Outras ações.....	79
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	82
Notas Explicativas.....	83
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	85
Notas Explicativas.....	88
BALANÇO FINANCEIRO.....	90
Notas Explicativas.....	91
BALANÇO PATRIMONIAL.....	92
Notas Explicativas.....	94

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	99
Notas Explicativas.....	102
DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA.....	103
Notas Explicativas.....	106
OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	107
DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA.....	108

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

A Justiça Eleitoral

A Justiça Eleitoral foi instituída pelo Decreto nº 21.076 de 21 de fevereiro de 1932 e atua em três esferas distintas: *“jurisdicional, em que se destaca a competência para julgar questões eleitorais; administrativa, na qual é responsável pela organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos; e regulamentar, em que elabora normas referentes ao processo eleitoral”* (<http://www.tse.jus.br/justica-eleitoral>).

Diferente das demais possui ainda função consultiva, característica própria da Justiça Eleitoral, a qual *“permite o pronunciamento dessa Justiça especializada – sem caráter de decisão judicial – a respeito de questões que lhe são apresentadas em tese, ou seja, de situações abstratas e impessoais”* (<http://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n-1-ano-4/justica-eleitoral-composicao-competencias-e-funcoes>).

Conforme artigo 118 da Constituição Federal, a Justiça Eleitoral é composta pelo Tribunal Superior Eleitoral, por 27 Tribunais Regionais Eleitorais sediados nas capitais dos Estados e no Distrito Federal – entre esses o TRE-PR –, pelos Juízes Eleitorais e pelas Juntas Eleitorais.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - Finalidade, Missão e Visão

Como órgão pertencente à Justiça Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná tem como principais finalidades:

- Organizar e administrar o processo eleitoral no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores paranaenses o pleno exercício dos direitos políticos;
- Administrar a realização de plebiscitos e referendos no Estado do Paraná;
- Julgar questões eleitorais relativas aos candidatos que concorrem aos cargos Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito e Vice-Prefeito e Vereador;
- Realizar o alistamento eleitoral, expedir títulos eleitorais, efetuar as transferências solicitadas pelos eleitores e ainda, a revisão dos dados eleitorais.

A missão do TRE-PR consiste em garantir a legitimidade do processo eleitoral e, sua visão, em consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto a efetividade, transparência e segurança. Resolução TRE-PR nº 759/2017, disponível em:

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-resolucao-759-de-29-de-marco-de-2017-1495051743587>.

Ainda segundo a Resolução TRE-PR nº 759/2017, o Tribunal estabeleceu 08 (oito) macrodesafios (objetivos estratégicos) a serem perseguidos no período de 2015-2020, os quais representam demandas e expectativas da sociedade consideradas na identificação dos desafios a serem enfrentados pelo Tribunal no cumprimento do papel constitucional que lhe compete.

No ano de 2018 os indicadores estratégicos instituídos pelo Tribunal para mensurar o alcance dos macrodesafios foram, em sua grande maioria, atingidos. O resultado obtido pelo Tribunal encontra-se disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-indicadores-estrategicos-resultado-2018>).

Composição e Competências do TRE-PR

Seguindo o que determina os artigos 120, § 1º e 121 § 2º da Constituição Federal, o TRE-PR é composto por 07 (sete) membros oriundos de outros órgãos e entidade, que exercem mandato por tempo determinado.

Conforme prevê a Resolução TRE-PR nº 792/2017, a composição é a seguinte: 02 (dois) Juízes oriundos do Tribunal de Justiça Estado do Paraná escolhidos mediante eleição, por voto secreto, dentre seus Desembargadores; 02 (dois) Juízes, oriundos do Tribunal de Justiça Estado do Paraná, escolhidos mediante eleição, por voto secreto, dentre os Juízes de direito; 01 (um) Magistrado federal, escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e (02) dois Juízes, nomeados pelo Presidente da República dentre 06 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Os substitutos dos Juízes do Tribunal Regional Eleitoral são escolhidos pelo mesmo processo dos efetivos, em número igual para cada categoria. Por ocasião das eleições federais e estaduais, são designados, entre os Juízes substitutos, 3 (três) Juízes Auxiliares para a apreciação das reclamações, das representações e dos pedidos de resposta dirigidos ao Tribunal, nos termos do art. 96, § 3º, da Lei nº 9.504/97.

Os Juízes do Tribunal, salvo motivo justificado, servem obrigatoriamente por 2 (dois) anos, e nunca por mais de 2 (dois) biênios consecutivos, sendo cada biênio contado da data da posse, ininterruptamente, sem desconto de qualquer afastamento.



No ano de 2018 exerceram mandato na Corte os seguintes juízes:

Des. Adalberto Jorge Xisto Pereira	Presidente	TJ/PR	01/01/18 a 31/01/18
Des. Luiz Taro Oyama	Vice-Presidente Presidente	TJ/PR	01/01/18 a 31/01/18 01/02/18 a 31/12/18
Des. Gilberto Ferreira	Vice-Presidente	TJ/PR	01/02/18 a 31/12/18
Dr. Pedro Luís Sanson Corat	Juiz	TJ/PR	01/01/18 a 31/12/18
Dr. Antonio Franco Ferreira da Costa Neto	Juiz	TJ/PR	01/01/18 a 31/12/18
Dr. Nicolau Konkel Junior	Juiz	TRF 4ª R	01/01/18 a 04/06/18
Des. Luiz Fernando Wowk Penteado	Juiz	TRF 4ª R	05/06/18 a 31/12/18
Dr. Paulo Afonso da Motta Ribeiro	Juiz	OAB/PR	01/01/18 a 31/12/18
Dr. Jean Carlo Leeck	Juiz	OAB/PR	01/01/18 a 31/12/18
Dra. Graciane Aparecida do Valle Lemos	Juiz Auxiliar	OAB/PR	16/01/18 a 19/12/18
Dr. Ricardo Augusto Reis de Macedo	Juiz Auxiliar	TJ/PR	16/01/18 a 19/12/18
Dr. Tito Campos de Paula	Juiz Auxiliar	TJ/PR	16/01/18 a 19/12/18

Composição e Competências do TRE-PR

A Presidência e a Vice- Presidência são exercidas por Juízes integrantes da categoria Desembargador, eleitos por voto secreto pelos Juízes do Tribunal, em até 60 (sessenta) dias antes do término dos mandatos vigentes. Ao Vice-Presidente compete exercer, cumulativamente, as funções de Corregedor Regional Eleitoral e também de Juiz do Tribunal.

Até o ano de 2018, o prazo de mandato para os cargos de Presidente e Vice- Presidente era de 1 (um) ano, sendo vedada a reeleição. Com a aprovação da Resolução TRE-PR nº 808, em 24 de abril de 2018, porém, o prazo foi ampliado para 2 (dois) anos, mantendo-se a vedação quanto à reeleição.

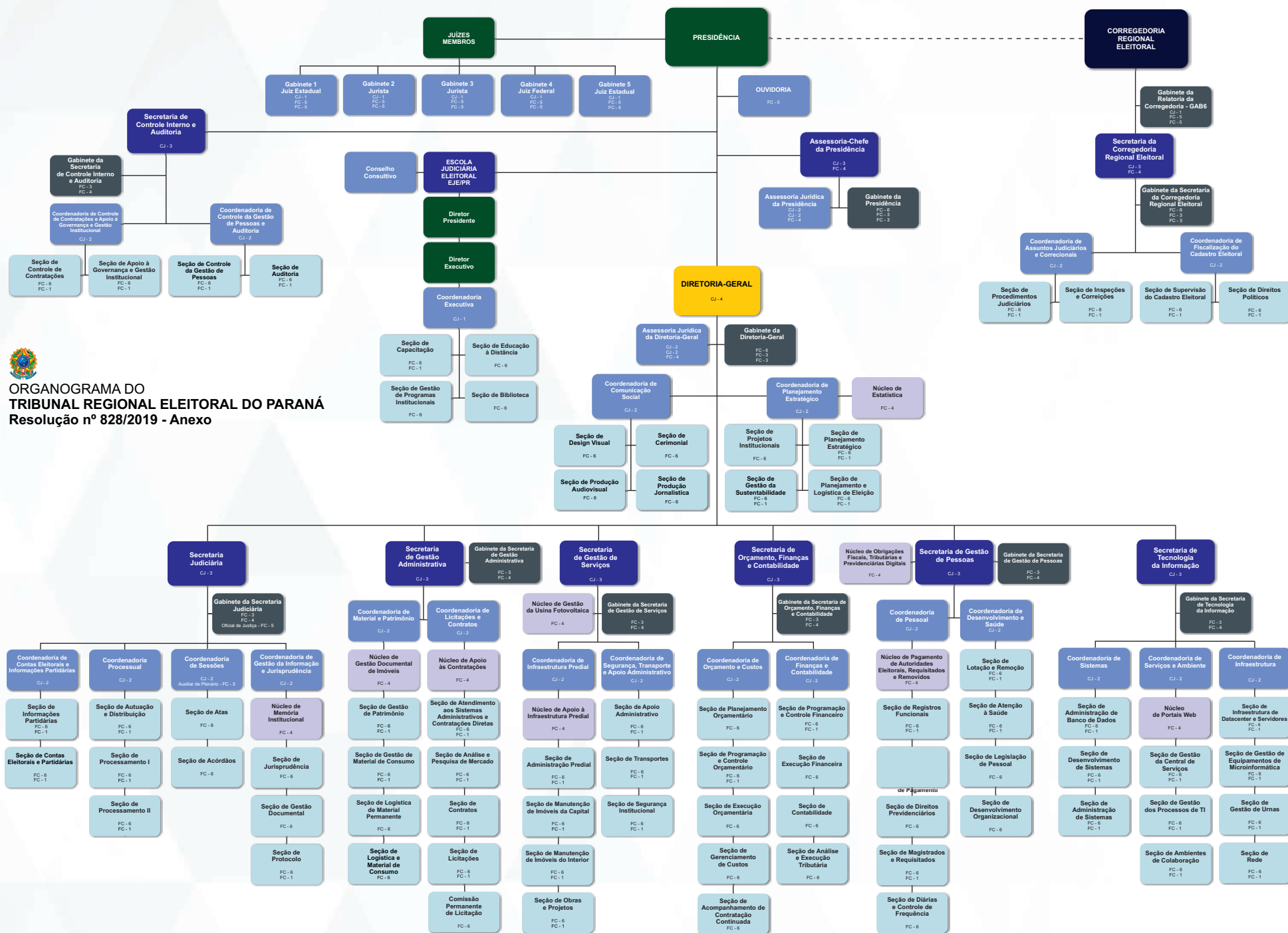
Na ocasião, foi estabelecida uma regra de transição para o período de 01/02/2019 a 31/01/2020, prevendo-se que, nesse período, o cargo de Presidente será exercido pelo Desembargador que exerceu o cargo de Vice-Presidente no ano de 2018 e o cargo de Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral por um Desembargador a ser indicado pelo TJ-PR, excepcionalmente e exclusivamente, para um mandato de um ano.

Aos magistrados que atuam perante o Tribunal compete o exercício da jurisdição eleitoral em segundo grau. Suas principais atribuições e competências estão previstas pelos artigos 29 e 30 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/65) e no Regimento Interno do TRE-PR, aprovado pela Resolução nº 792, de 22 de novembro de 2017, e alterado pela Resolução TRE-PR nº 808, de 24 de abril de 2018, disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/regimento-interno/legislacao-administrativa>. Destacam-se, especialmente:

- O registro e o cancelamento do registro dos órgãos de direção estaduais e municipais dos partidos políticos;
- O processamento e julgamento originário do registro dos candidatos aos cargos de Governador, Vice-Governador, membros do Congresso Nacional (Senadores e Deputados Federais) e da Assembleia Legislativa (Deputados Estaduais), bem como das eventuais impugnações interpostas;
- O processamento e o julgamento das prestações de contas anuais dos órgãos de direção estaduais dos partidos políticos e, nas eleições Gerais, das prestações de contas desses órgãos e dos candidatos que concorreram aos cargos mencionados anteriormente;
- O processamento e julgamento das ações de impugnação de mandato eletivo de Governador, Vice-Governador, Membros do Congresso Nacional e Assembleia Legislativa;
- O processamento e o julgamento de ações originárias que versem sobre crime eleitoral;
- O processamento e o julgamento de recursos interpostos (competência recursal);
- O processamento e o julgamento de recurso contra a expedição de diploma de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- A proclamação dos eleitos para os Cargos de Governador e Vice-Governador do Estado, Membros do Congresso Nacional e Membros da Assembleia Legislativa e os seus respectivos suplentes;
- A diplomação dos eleitos para os cargos mencionados anteriormente.



**ORGANOGRAMA DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**
Resolução nº 828/2019 - Anexo



Juízes Eleitorais e Zonas Eleitorais

Os Juízes Eleitorais são os órgãos de primeira instância da Justiça Eleitoral e exercem a jurisdição nas Zonas Eleitorais.

Como a Justiça Eleitoral não possui magistrados próprios, organizados em carreira, a jurisdição em primeiro grau é exercida por Juízes de Direito, integrantes da Justiça Estadual do Paraná, nomeados pelo TRE-PR (art. 32 do Código Eleitoral). A Resolução TSE nº 21.009/2002 estabelece as normas relativas ao exercício da jurisdição eleitoral em primeiro grau jurisdição.

Conforme o art. 35 do Código Eleitoral, os Juízes Eleitorais possuem atribuições e competências semelhantes às do Tribunal Regional Eleitoral, porém relativas aos cargos eletivos municipais (Prefeitos e Vereadores). Além disso, são responsáveis pelo processamento e julgamento dos crimes eleitorais e os comuns que lhes forem conexos, exceto os que forem da competência originária do TSE e do TRE-PR, dirigem os trabalhos necessários à realização das eleições, referendos e plebiscitos dentro do limite territorial da Zona Eleitoral e supervisionam as atividades dos cartórios eleitorais.

As Zonas Eleitorais correspondem a uma região geograficamente delimitada. São gerenciadas pelos cartórios eleitorais, que centralizam e coordenam os eleitores domiciliados na localidade. Podem ser compostas por mais de um município, e normalmente seguem a divisão de comarcas da Justiça Estadual – limite territorial de competência de cada Juízo:

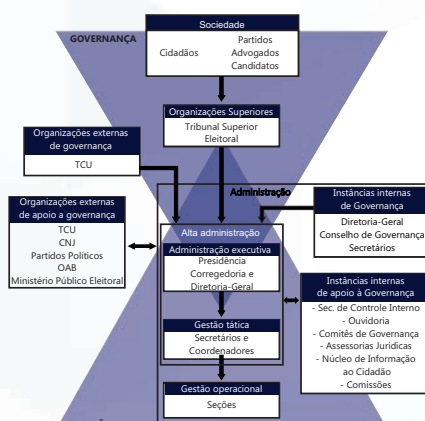
(<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/cartorios-e-zonas-eleitorais>). São responsáveis por auxiliar o Juízo, promover os atos necessários à realização de eleições, referendos e plebiscitos, atender ao público, efetuar as operações de alistamento eleitoral, transferência do título eleitoral e a revisão de dados, emitir títulos eleitorais, entre outros.

Em dezembro/2018 o TRE-PR possuía 186 (cento e oitenta e seis) Zonas Eleitorais no Estado, distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios sede. Cabe observar que o Estado do Paraná conta com 399 municípios e que as informações sobre as Zonas Eleitorais, inclusive municípios que as compõem, estão disponíveis no endereço <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

Juntas Eleitorais

As Juntas Eleitorais são compostas de 1 Juiz de Direito – que será o presidente da junta eleitoral – e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade, conforme dispõe o art. 36 do Código Eleitoral, com atribuições previstas no artigo 37 do Código Eleitoral.

Modelo de Negócio



Destinatários das Atividades do TRE-PR

Os principais destinatários das atividades desenvolvidas pelo TRE-PR são:

- Eleitores: segundo dados divulgados pelo TSE, disponíveis em:
<http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo, em 2018 o Paraná contava com 7.975.947 eleitores – o que corresponde a 5,420% de todo eleitorado nacional –, sendo o sexto Estado com maior número de eleitores no país;>
- Partidos Políticos: em 2018, havia 35 órgãos estaduais de partidos políticos registrados no Paraná e 3.920 órgãos municipais vigentes (2.946 provisórios e 974 definitivos);
- Advogados: durante o ano foram distribuídas 21.039 ações judiciais, sendo 17.532 em 1º grau e 3.507 em 2º grau);
- Candidatos: 1.319 pedidos de registro de candidatura processados em 2018.

Eventos que Impactaram a Gestão

As atividades do TRE-PR no ano de 2018 foram impactadas por questões externas, entre as quais pode-se destacar:

- A PEC nº 95/2016, que limitou os gastos dos Poderes Públicos pelo prazo de 20 (vinte) anos, e os cortes orçamentários promovidos pelo TSE e Congresso Nacional tornando-se imperiosa a revisão do planejamento orçamentário e a priorização de atividades essenciais à Justiça Eleitoral;
- A Portaria TSE nº 671/2017, que suspendeu as nomeações no âmbito da Justiça Eleitoral;
- A realização de Eleições Gerais extremamente polarizadas e as fake news – principalmente aquelas relacionadas a fraudes no processo eleitoral –, o que exigiu que a Justiça Eleitoral se aproximasse da sociedade e promovesse campanhas a fim de esclarecer as falsas notícias divulgadas nas mídias sociais referentes à segurança do processo eleitoral, direitos e deveres dos eleitores.
- A atuação do órgão não foi diretamente influenciada por eventos internacionais.

Principais Oportunidades e Ameaças

Como principal oportunidade no ano de 2018 cabe destacar que o interesse da população quanto a questões inerentes à segurança do processo eleitoral – especialmente motivado pelas eleições presidenciais – e os questionamentos direcionados à Justiça Eleitoral permitiram esclarecer à população questões relativas à urna eletrônica e à apuração de votos, bem como demonstrar à sociedade o relevante serviço prestado pela Justiça Eleitoral, sobretudo no que diz respeito à democracia.

Como principais ameaças, pode-se destacar o risco à imagem da Justiça Eleitoral em decorrência das fake news – sobretudo as propagadas em mídias sociais –, as restrições orçamentárias e a constante redução do número de servidores em exercício no órgão, decorrente da vacância de cargos, na instituição e da vedação imposta pela Portaria TSE nº 671/2017.

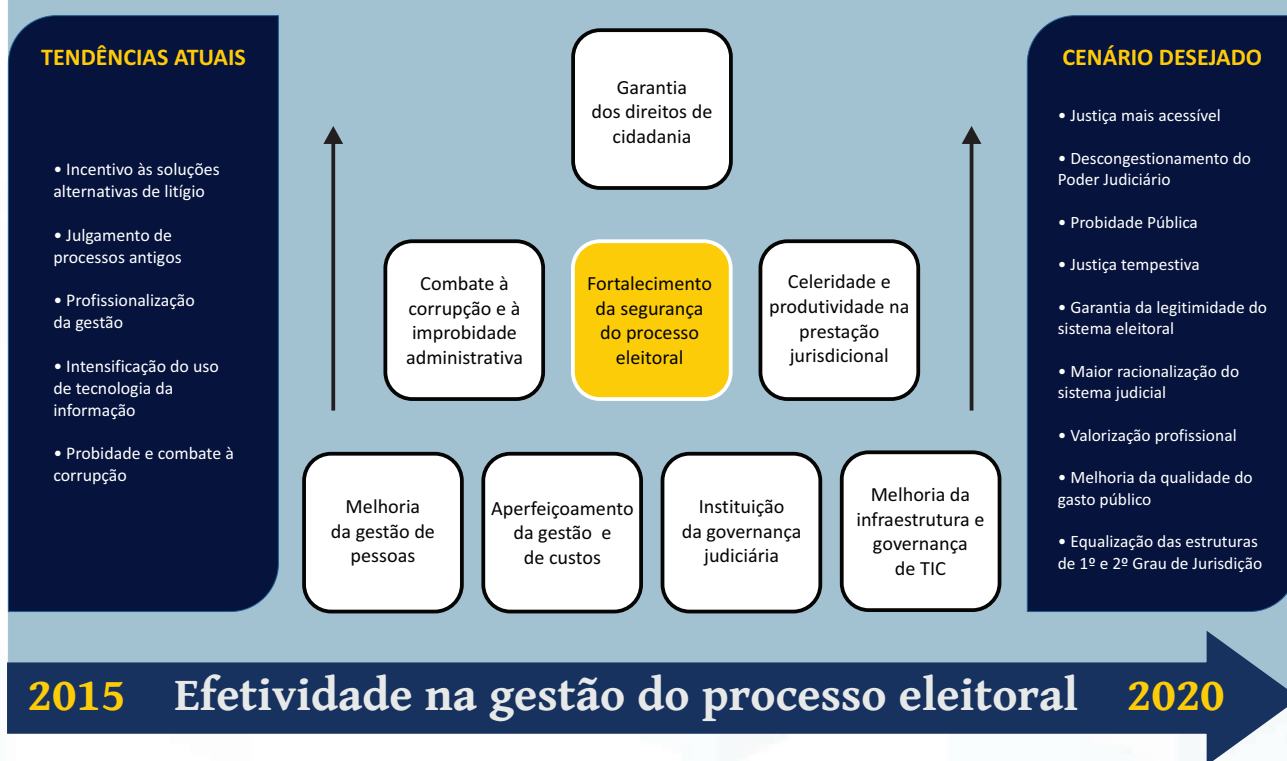
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

Instituição do Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico do TRE-PR previsto na Resolução TRE-PR nº 759/2017, com vigência para o período de 2015-2020, contempla a missão e a visão institucional, os valores do Tribunal, os macrodesafios instituídos, as iniciativas estratégicas e os indicadores.

(<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/resolucoes-tre-pr>).

Macrodesafios da Justiça Eleitoral 2015-2020



Descrição dos Macrodesafios

Garantia dos direitos de cidadania: refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II) em sua múltipla manifestação social (cidadão-administrado – usuário dos serviços públicos, cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte) observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e adoção de mecanismos para garantia da qualidade dos serviços prestados.

Combate à corrupção e à improbidade administrativa: conjunto de atos que visam à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, prioriza-se a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

Descrição dos Macrodesafios

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional: tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Fortalecimento da segurança do processo eleitoral: está relacionado a objetivos e iniciativas que visam garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

Melhoria da Gestão de Pessoas: refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas; à modernização das carreiras; e à adequada distribuição da força de trabalho.

Aperfeiçoamento da Gestão e de Custos: refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública. Consiste em estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da Justiça.

Instituição da Governança Judiciária: trata-se da formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades regionais e próprias de cada segmento de justiça, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos da Justiça e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Melhoria da estrutura e governança de TIC: refere-se ao uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Iniciativas Adotadas em 2018

Finalísticas: aprimoramento das ações de controle relacionadas à confiabilidade do cadastro eleitoral; aprimoramento das políticas e práticas de segurança da informação; aprimoramento das políticas e práticas de gestão de serviços de TI; aumento da celeridade, transparência e produtividade na prestação jurisdicional; implantação do cadastro biométrico de eleitores no Estado; aperfeiçoamento dos mecanismos de inspeção e correção; aprimoramento dos processos de gestão de eleições; desenvolvimento e aprimoramento das ações voltadas para garantia dos direitos de cidadania; ações para buscar a excelência na gestão de custos operacionais; aprimoramento da política de gestão de pessoas; avaliação da gestão por meio de auditorias; aprimoramento da segurança institucional.

De Apoio: implementação nas Zonas Eleitorais da padronização nos registros dos dados junto ao SADP, aperfeiçoamento da gestão de contratos e os planos de aquisição e manutenção; e aprimoramento da compatibilização do orçamento anual com o planejamento estratégico.

Governança

A governança está prevista pela Resolução TRE-PR nº 756/2017 e alterações posteriores. Foi implementada em 2017 diante da necessidade de estabelecer mecanismos de liderança estratégica e controle aptos à avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade; instituir um sistema de gerenciamento de riscos; e favorecer a transparência, a efetividade e o alinhamento permanente das ações com o melhor resultado organizacional, adotando-se o modelo descentralizado com a seguinte estrutura:



O **Conselho de Governança**, integrado pelo Presidente do Tribunal, Vice-Presidente, Diretor-Geral, Secretários, Coordenadora de Planejamento Estratégico, Juiz Diretor do Fórum de Curitiba e Assessor-Chefe da Presidência, realiza reuniões ordinárias bimestrais, extraordinárias (se convocadas pelo Presidente) e, trimestralmente, Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), destinadas ao acompanhamento das metas e à análise da estratégia da organização, inclusive políticas organizacionais, projetos institucionais, processos organizacionais, resultados institucionais controles internos administrativos, entre outros.

Governança

As deliberações são tomadas pelo voto da maioria dos seus membros, com voto de qualidade do Presidente, em caso de empate. Em 2018 foram realizadas 06 (seis) reuniões do Conselho de Governança, sendo que os extratos das atas das reuniões estão disponíveis em:

<http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/governanca-da-justica-eleitoral-do-parana/governanca-da-justica-eleitoral-do-parana>.

Aos **Comitês**, que possuem composição multidisciplinar e realizam reuniões bimestrais, compete entre outros: manifestar-se sobre projetos e ações na sua área de atuação, subsidiando as deliberações do Conselho; propor ao Conselho metas e diretrizes gerais da gestão; monitorar o cumprimento das metas de desempenho e estabelecer metas setoriais de desempenho; e identificar os riscos inerentes às atividades que lhe são afetas, entre outros.

As **Comissões**, por sua vez, são responsáveis pela análise de temas específicos, de caráter permanente ou transitório, que não se enquadram nas competências dos Comitês.

Auditoria

A unidade de auditoria interna no TRE-PR denomina-se Secretaria de Controle Interno e Auditoria - SECIA e sua atuação envolve atividades de avaliação da governança, da gestão, do gerenciamento de riscos, dos controles internos administrativos e do desempenho para o alcance das metas e dos objetivos declarados pelo Tribunal. As informações de auditoria interna serão inseridas no sistema e-contas, por meio de Parecer/Relatório complementar.

Não houve a contratação de empresa de auditoria independente, pois inaplicável à Justiça Eleitoral.

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Por seu turno, a Corregedoria Regional Eleitoral do Paraná tem como missão institucional velar pela regularidade dos serviços eleitorais, assegurando a correta aplicação de princípios e normas. Para tanto, além de orientar a atuação dos servidores, realiza correições e inspeções.

As correições objetivam verificar a regularidade dos serviços eleitorais, com vistas à promoção da eficiência e efetividade desses serviços junto à sociedade e o comprometimento institucional que deve permear a atuação dos magistrados e servidores perante esta justiça especializada, bem como verificar se os trabalhos envolvendo a coleta de dados biométricos está sendo realizada de forma eficiente e eficaz para o eleitor.

Durante o ano, foram realizadas correições extraordinárias e inspeções correcionais em 34 Zonas Eleitorais do Estado do Paraná (84 municípios), cujos relatórios encontram-se arquivados no Sistema de Inspeções e Correições Eleitorais – SICEL. (Portarias nº 2/2018, 6/2018, 7/2018, 10/2018, 11/2018 e 15/2018–CRE/PR).

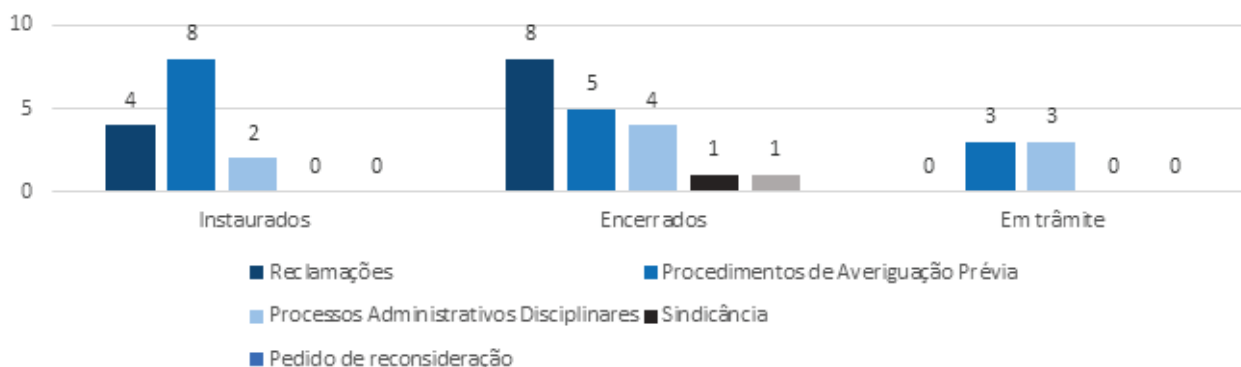
Os mecanismos de inspeção e correição foram aprimorados por meio da utilização de meios eletrônicos para tramitação processual (PAD), o que garantiu economia de recursos materiais, celeridade na tramitação e transparência; a realização de reuniões do Corregedor com Juízes e servidores por videoconferência, gerando economia de recursos; e adoção de modalidades alternativas para apuração de eventuais notícias de faltas funcionais previstas na Resolução TRE-PR nº 795/17.

No ano de 2018 avançou-se significativamente na atuação do controle ético-disciplinar do Tribunal, tanto no âmbito da sede, como dos juízos eleitorais, realizando-se ações voltadas ao suporte para as

Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

comissões de procedimentos disciplinares, auxílio com material específico para o trabalho, fornecimento de modelos, esclarecimento de dúvidas e orientações na condução dos Termos de Ajustamento de Conduta e outras modalidades alternativas implantadas com o advento da Resolução-TRE-PR nº 795/17.

Apuração de Ilícitos Administrativos



Destacamos que nenhum dos procedimentos instaurados versou sobre fraude ou corrupção.

Apuração de Responsabilidade por Danos ao Erário

A Portaria nº 40 de 02 de março de 2011, publicada no DJE em 10 de março de 2011, instituiu, no âmbito do TRE-PR, a Comissão de Tomada de Contas Especial.

No ano de 2018, a Comissão responsável não teve conhecimento de situações que ensejaram dano ao erário passíveis de formalização de processo de Tomada de Contas Especial. Cabe observar que, conforme previsto no art. 4º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, somente quando esgotadas todas as medidas administrativas de competência do órgão ou entidade e não obtido o devido ressarcimento ou saneamento da irregularidade, formaliza-se um processo de TCE. Além disso, nos termos do artigo 6º, inciso I da referida Instrução Normativa, a formalização do procedimento é dispensada quando o valor do débito for inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

A comunicação direta entre o usuário-cidadão (eleitor) e o Tribunal é realizada pela Coordenadoria de Comunicação Social e pela Ouvidoria. A comunicação com candidatos e advogados, por sua vez, é realizada pela Secretaria Judiciária e Zonas Eleitorais.

A comunicação foi aprimorada, utilizando-se o Tribunal de diversos canais como jornais, televisão, internet e redes sociais. Na página oficial do Tribunal foram publicadas 502 matérias relativas a atividades do Tribunal e temas relacionados às eleições.



www.facebook.com/treparana



<http://www.tre-pr.jus.br/>



[instagram@treparana](https://www.instagram.com/treparana)

Principais Canais de Comunicação com a Sociedade

A Ouvidoria é um órgão que, sem poder de decisão, tem por finalidade ouvir os jurisdicionados e interessados em geral, esclarecendo-os sobre o trâmite processual das pendências judiciais e administrativas, no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná, e outras dúvidas do eleitor, primando pela máxima eficiência na resolução dos assuntos a ela submetidos. Utiliza-se de 05 (cinco) canais principais para comunicação com a sociedade:



Internet



Fale Conosco



Telefone



Carta



Atendimento Pessoal

As demandas e questionamentos formulados pelos canais foram avaliados pelos setores competentes, influenciaram nas tomadas de decisões pelo Tribunal e implicaram a adoção de providências. Como exemplo de resposta às demandas no ano de 2018, pode-se citar a realização da campanha “Verdade ou Mentira?”, realizada com o intuito de esclarecer dúvidas apresentadas pelos eleitores e combater as *fake news* disseminadas no período eleitoral (disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/verdade-ou-mentira>), bem como a Auditoria nas Urnas Eletrônicas, realizada diante de questionamento formulado pelo Partido Social Liberal, quanto à funcionalidade de determinados equipamentos no primeiro turno das Eleições Gerais.

Por fim, cabe ainda registrar que a comunicação dos atos judiciais relativos às partes envolvidas nos processos é realizada por meio do Diário da Justiça Eletrônico (<http://www.tre-pr.jus.br/servicos-judiciais/diario-da-justica-eletronico/diario-da-justica-eletronico-sistema>), mandados judiciais, cartas de ordem e cartas precatórias.

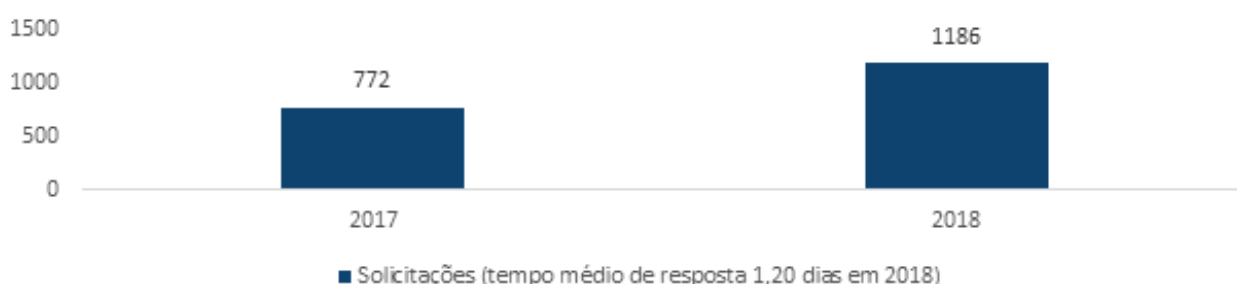
Atuação da Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação (LAI)

No que se refere à Lei de Acesso à Informação (LAI), especificamente, cabe observar que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná disponibiliza aos interessados o Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, vinculado à Ouvidoria Regional Eleitoral, destinado a assegurar o direito fundamental de acesso às informações de natureza pública, conforme estabelece a [Lei nº 12.527/11, o qual pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/sistema-de-informacoes-ao-cidadao/sistema-de-informacoes-ao-cidadao>](#).

O objetivo do Tribunal é manter a sociedade informada, além de fomentar o desenvolvimento da cultura da transparência e do controle social na Administração Pública.

Os pedidos de informações versaram sobre os mais diversos assuntos, porém, informações sobre regularização e consultas do número do título, local de votação, certidão de quitação, quantidade de cargos, dados sobre concursos e resultados de eleições foram as mais solicitadas.

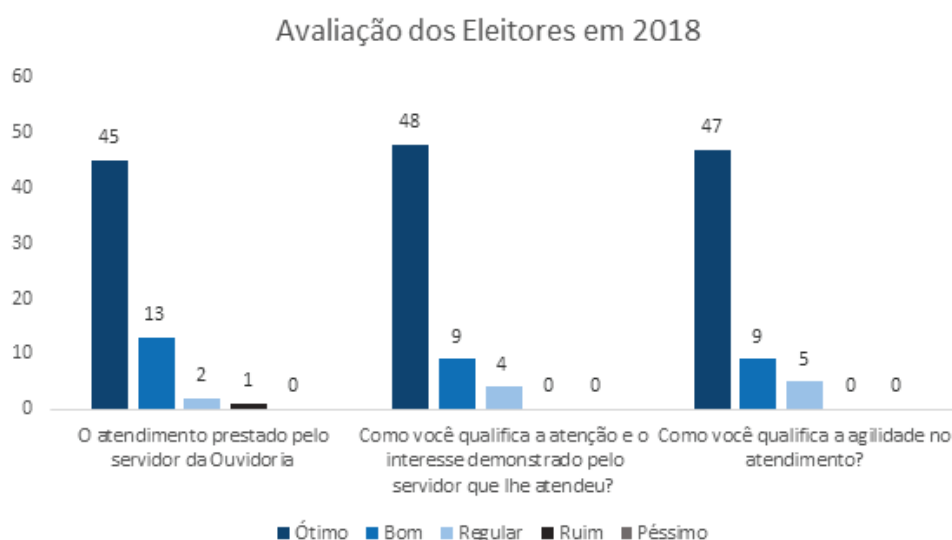
Solicitações atendidas pelo atendimento SIC (Lei 12.527/2011)



Atuação da Ouvidoria e Lei de Acesso à Informação (LAI)

A Carta de Serviços ao Cidadão objetiva informar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Paraná, estimulando a participação do cidadão, de forma a promover a melhoria da qualidade do atendimento. Encontra-se disponível no sítio do Tribunal, no link “Eleitor e Eleições” (<http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/carta-de-servicos>).

Preocupada com qualidade dos serviços prestados, a Ouvidoria realiza pesquisa de satisfação com os usuários externos. Os resultados obtidos no 1º e 2º semestres constam nos quadros abaixo:



Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o Tribunal mantém em sua página na internet o Portal da Transparência, no qual podem ser acessadas informações sobre contratações e aquisições, desfazimentos, execução orçamentaria e financeira, gestão fiscal, planos de auditoria interna, planos de obra, planos de gestão, prestação de contas ordinária anual, processo de contas, provimentos e desligamentos, relatórios CNJ e relatórios de auditoria de gestão (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia>).

Audiências e Consultas Públicas

No dia 16 de maio de 2018, o Tribunal realizou a primeira Audiência Pública sobre a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 13.460/2017, que trata dos direitos dos usuários de serviços públicos. O evento foi realizado na sede do Tribunal e contou com a participação de 140 interessados.

Entre os dias 20 e 22 de junho do mesmo ano foram realizadas audiências públicas sobre a Lei nº 12.527/2011 em Londrina, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e em Foz do Iguaçu, no auditório da UNIFOZ.

Em julho de 2018 foi lançada pesquisa pública para que os profissionais da área jurídica e a sociedade em geral ajudassem a definir as metas prioritárias da Justiça Eleitoral para o ano de 2019. O objetivo da pesquisa, prevista na Resolução nº 221/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), era conhecer as expectativas do público em relação à prestação jurisdicional da Justiça Eleitoral e tornar o processo de escolha dessas metas o mais participativo e democrático possível (<http://www.tre-pr.jus.br/imprensa/noticias-tre-pr/2018/Julho/metaspda-justica-eleitoral-para-2019>).

Audiências e Consultas Públicas

Nos dias 18 e 24 de outubro, outrossim, foram realizadas audiências públicas sobre o procedimento de auditoria das urnas eletrônicas – realizado para apurar ocorrências em urnas utilizadas no 1º turno das Eleições 2018 – as quais tiveram como objetivo esclarecer a sociedade quanto à lisura do processo de votação eletrônica.

As audiências públicas são realizadas não apenas para prestar esclarecimentos, mas também para oportunizar manifestações por parte da sociedade que auxiliarão no processo de tomada de decisão para contínuo melhoramento dos serviços prestados pela instituição.

Acessibilidade



O TRE-PR, conforme Portaria nº 460/2018, publicada no DJE nº 097, de 05/06/2018, constituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, a qual tem como objetivo promover a igualdade e coibir qualquer forma de discriminação por motivo de deficiência, realizando, para tanto, todas as medidas necessárias para eliminar e prevenir quaisquer barreiras ao acesso aos fóruns eleitorais, garantindo à pessoa com deficiência a acessibilidade plena à Justiça Eleitoral.

As atividades da Comissão são presididas por um Juiz de Direito e se relacionam ao macrodesafio Garantia dos Direitos de Cidadania. Em 2018 se destacaram as seguintes: envio de ofício às Zonas Eleitorais e Juízes com orientação para atendimento de portadores de necessidades especiais e/ou mobilidade reduzida e a seus familiares; idealização e produção de vídeo em libras sobre inscrição eleitoral; aquisição de cadeira de rodas para 59 Fóruns Eleitorais; e divulgação constante de atividades e cursos.

O Tribunal realizou obras para adequação dos Fóruns Eleitorais que ainda não atendiam completamente as normas de acessibilidade, considerando-se os requisitos técnicos definidos pela NBR 9050/2015. Além disso, foram adquiridos 02 (dois) carros elétricos para uso de pessoa com deficiência na sede do Tribunal e Fórum da capital.

GESTÃO DE RISCO E CONTROLES INTERNOS

Instituição e Princípios da Política da Gestão de Riscos

O Tribunal, por meio da Resolução TRE-PR nº 756/2017, estabeleceu e regulamentou o sistema de governança prevendo a criação de um Comitê específico para Gestão de Riscos. A Resolução TRE-PR nº 775/2017, por sua vez, instituiu a política de riscos estabelecendo os princípios, as diretrizes e as responsabilidades para a tomada de decisão.

O Manual de Gestão de Riscos – documento que tem por objetivo detalhar os processos previstos na Resolução TRE-PR nº 775/2017 – também foi elaborado pelo Comitê em 2017 e está disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-manual-consolidado-de-gestao-de-riscos-cgr-2017>.



Gestores de Risco

Os gestores de risco são responsáveis por definir os processos de trabalho cujos riscos serão gerenciados e tratados com prioridade, os níveis aceitáveis de risco, os que serão tratados por ações de caráter imediato, a curto, médio, ou longo prazo, ou ainda, como aperfeiçoamento contínuo, entre outros.



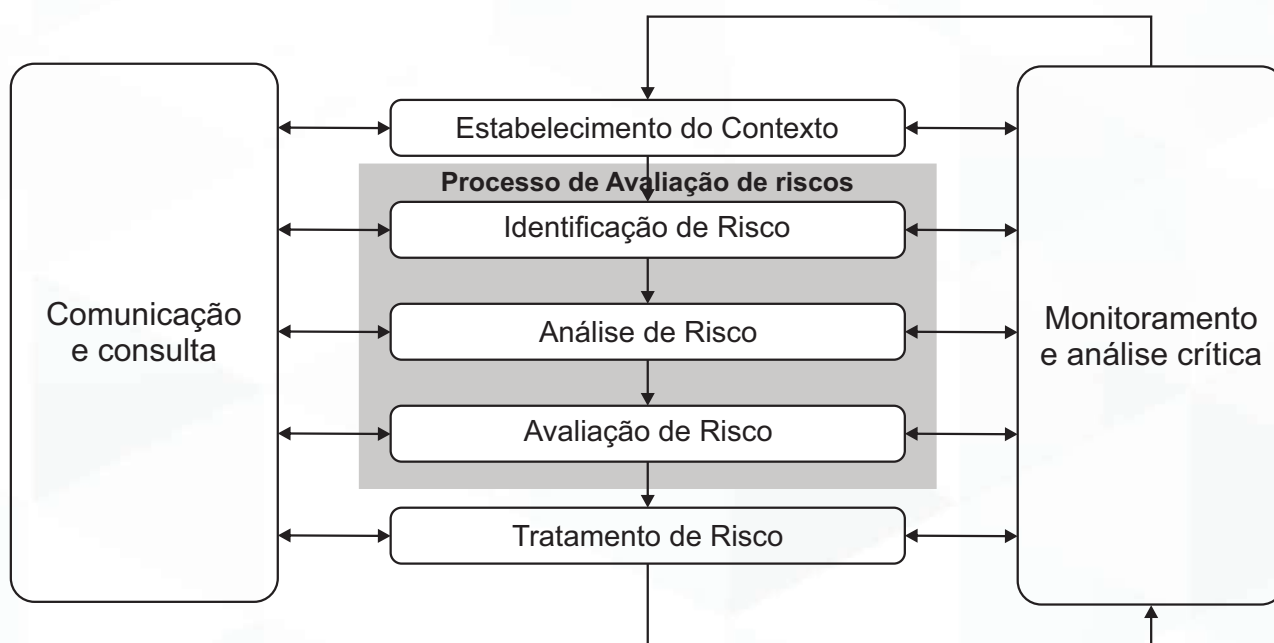
Instituição e Princípios da Política da Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos prevê as seguintes categorias de riscos:

- **riscos institucionais:** associados a impactos diretos na imagem institucional;
- **riscos operacionais:** associado à ocorrência de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, estrutura, pessoas, sistemas, tecnologia e eventos externos;
- **riscos de comunicação:** associados a eventos que podem impedir ou dificultar a disponibilidade de informações para a tomada de decisões e para o cumprimento das obrigações, impactando na confiança, pontualidade e transparência; e
- **riscos de conformidade:** associados ao não cumprimento de princípios constitucionais, legislações específicas ou regulamentações e procedimentos internos.

Fases do Processo de Gestão de Riscos

O Manual de Gestão de Riscos estabelece o modelo do processo de gestão de riscos adotado pelo Tribunal e, baseado na norma ABNT NBR 31000:2009 e na ferramenta COSO, prevê 07 (sete) fases:



Estabelecimento do contexto: definição dos parâmetros externos e internos e dos critérios de risco a serem considerados no gerenciamento (escala de probabilidade, escala de impacto, matriz “impacto x probabilidade”; apetite a risco, matriz de classificação de riscos, diretrizes para priorização/tratamento e definição da eficácia dos controles).

Identificação de riscos: é realizada na fase inicial do trabalho. Consiste na busca, reconhecimento e descrição de riscos, mediante a identificação das fontes de risco, eventos, suas causas e suas consequências potenciais. Tem como finalidade gerar uma lista abrangente de riscos, baseada em eventos que possam evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos.

Análise de riscos: é a fase que fornece subsídios para a avaliação de riscos, bem como para definição das estratégias, métodos e decisões de tratamento dos riscos. Envolve a apreciação das causas e das fontes de riscos, suas consequências negativas e a probabilidade de que essas consequências venham a ocorrer.

Fases do Processo de Gestão de Riscos

Avaliação de riscos: tem como finalidade definir quais riscos necessitam ser tratados e quais terão prioridade no tratamento. Os resultados da análise de riscos serão utilizados como subsídio para a tomada de decisões.

Tratamento de riscos: envolve a seleção de uma ou mais opções para tratamento dos riscos (evitar, transferir, mitigar ou aceitar o risco) e poderá gerar novos controles ou modificar os controles existentes. A opção “aceitar o risco” somente é adotada quando o nível do risco é considerado baixo, a capacidade da organização para tratá-lo é limitada ou o custo é desproporcional ao benefício.

Monitoramento e análise crítica dos riscos: pode ser periódico ou acontecer em resposta a um fato específico. As finalidades dessa fase são garantir que os controles sejam eficazes, obter informações adicionais para melhorar a avaliação dos riscos, analisar os eventos, aprender com o sucesso ou fracasso do tratamento do risco e detectar mudanças nos contextos externo e interno.

Comunicação e consulta: tem como objetivo facilitar a troca de informações, a comunicação e a consulta às partes interessadas. Poderá acontecer durante todas as fases do processo de gestão de riscos.

Riscos Monitorados em 2018

No ano de 2018 o Comitê de Gestão de Riscos realizou 06 (seis) reuniões sendo que o extrato das atas estão disponíveis em <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/governanca-da-justica-eleitoral-do-parana/governanca-da-justica-eleitoral-do-parana>.

Por se tratar de procedimento implementado há pouco tempo na instituição, ainda em fase de amadurecimento e consolidação, o Comitê definiu, já no início de 2018, monitorar riscos que se relacionassem às eleições.

O trabalho se concentrou na realização de entrevista com os gestores das áreas responsáveis pelos processos; na elaboração da planilha de Identificação e Resposta aos Riscos – riscos associados ao objetivo; no estudo das causas, consequências e respostas aos riscos (5W2H); na elaboração de planos de ação; e na definição de indicadores para acompanhamento.

Os riscos monitorados, conforme definição adotada na primeira reunião realizada pelo Comitê de Gestão de Riscos em 2018, vinculavam-se aos macrodesafios Garantia dos Direitos da Cidadania e Celeridade, Produtividade na Prestação Jurisdicional e Melhoria da Infraestrutura e Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal.

Transporte de Urnas: foi realizada a licitação para o transporte das urnas alterando-se o procedimento até então adotado. O principal risco identificado diante da possível inexperience da empresa contratada foi a possibilidade de problemas com o transporte das urnas, especialmente quanto a entrega dos equipamentos nos locais de votação. A concretização do dano acarretaria prejuízos irreparáveis às Eleições Gerais de 2018, razão pela qual o risco foi monitorado desde o momento em que se decidiu buscar uma nova forma para o transporte das urnas até a efetiva prestação dos serviços. Após assinatura do contrato foram realizadas diversas reuniões com a licitante vencedora para alinhamento de procedimentos. Ao final do processo, a contratação e o serviço foram bem sucedidos.

Formação de Equipe de Apoio: em anos eleitorais surgem atividades específicas que geram aumento de serviço na Justiça Eleitoral, cuja realização exige conhecimento especializado. Visando amenizar as consequências da vedação imposta pelo TSE quanto à nomeação de novos servidores foi necessário formar equipes de apoio para reequilibrar a força de trabalho. Os principais riscos envolvidos, nesse

Riscos Monitorados em 2018

caso, foram a não concretização das atividades necessárias a realização do pleito e a impossibilidade de diplomação dos eleitos. O projeto foi amparado na Instrução Normativa TRE-PR nº 02/2018 que regulamentou os procedimentos de designação de equipes de apoio.

Contratação de Terceirizados: a contratação de terceirizados é realizada em todas as Eleições, pois, além das atividades técnicas, há uma série de procedimentos administrativos necessários à realização do pleito eleitoral. Como a contratação dos terceirizados é essencial para a perfeita realização do pleito, o Tribunal decidiu monitorar o risco de insucesso da licitação e cumprimento do contrato. Como medida preventiva de risco, o Tribunal decidiu para os próximos pleitos iniciar o procedimento licitatório no ano anterior à realização da eleição.

Processo Judicial Eletrônico: foi considerado o maior risco das Eleições de 2018 por se tratar de procedimento novo na Justiça Eleitoral, que envolvia a disponibilização e manutenção de sistemas e ferramentas pelo TSE, a preparação de infraestrutura nos regionais, a capacitação de servidores para utilização do sistema e a prestação de informações aos advogados. Inicialmente o risco foi considerado alto, pois as Eleições Gerais de 2018 foram as primeiras em que os processos judiciais de registro de candidatura e prestação de contas foram processados em meio eletrônico. Durante o monitoramento, o grau de risco foi alterado para médio e as medidas adotadas mostraram-se adequadas para o regular desenvolvimento dos trabalhos.

Voto Impresso: A implantação do voto impresso foi determinada pela Lei 13.165/2015, que inseriu o artigo 59 – A na Lei 9.504/97. O procedimento envolveria a aquisição de impressoras pelo TSE e a definição da forma como o equipamento seria acoplado à urna eletrônica, entre outros, o que levou o TRE-PR a decidir pela necessidade do monitoramento do risco, que envolvia a possibilidade de problemas na impressão, troca de urnas, filas e tumultos nas seções eleitorais. O Supremo Tribunal Federal, no entanto, em 06 de junho de 2018, deferiu medida liminar para suspender a eficácia do art. 59–A da Lei 9.504/97, razão pela qual o risco deixou de ser monitorado.

Por fim, cabe observar que a Secretaria de Gestão Administrativa, Secretaria de Gestão de Serviços, Secretaria de Controle Interno e Auditoria e a Coordenadoria Executiva do Tribunal efetuaram o mapeamento de riscos dos processos de trabalho vinculados às suas áreas.

Gestão e Controle de Demandas Judiciais

O TRE-PR, apesar de possuir orçamento próprio e autonomia administrativa, não possui personalidade jurídica. Eventuais pretensões contra o Tribunal, órgão público federal pertencente ao Poder Judiciário, deverão ser deduzidas em desfavor da União e dessa maneira, serão gerenciadas pela Advocacia Geral da União.

No entanto, com o objetivo de minimizar os riscos de demandas judiciais decorrentes das contratações que efetua, especialmente aquelas direcionadas ao fornecimento de postos de trabalho terceirizados, o Tribunal realiza a fiscalização dos contratos e o cumprimento das obrigações legais por parte das empresas contratadas.

RESULTADOS DA GESTÃO

Principais Resultados da Gestão

Foram realizadas Eleições Gerais, com votação, em cada Estado, para 06 cargos eletivos: 01 Deputado Federal, 01 Deputado Estadual, 02 Senadores, 01 Governador e 01 Presidente da República. As atividades desenvolvidas pelo TRE-PR priorizaram a realização do pleito, não deixando o Tribunal, porém, de executar outras atividades inerentes à Justiça Eleitoral.

Todos os projetos do Tribunal – à exceção de projetos sociais ou projetos de sustentabilidade realizados voluntariamente pelos servidores – são custeados com recursos advindos da União. Como principais resultados da gestão pode-se destacar:



Revisão do Eleitorado e Biometria



Atualização do cadastro eleitoral
Reconhecimento do eleitor
Segurança do processo eleitoral

~~Fraude nas Eleições~~

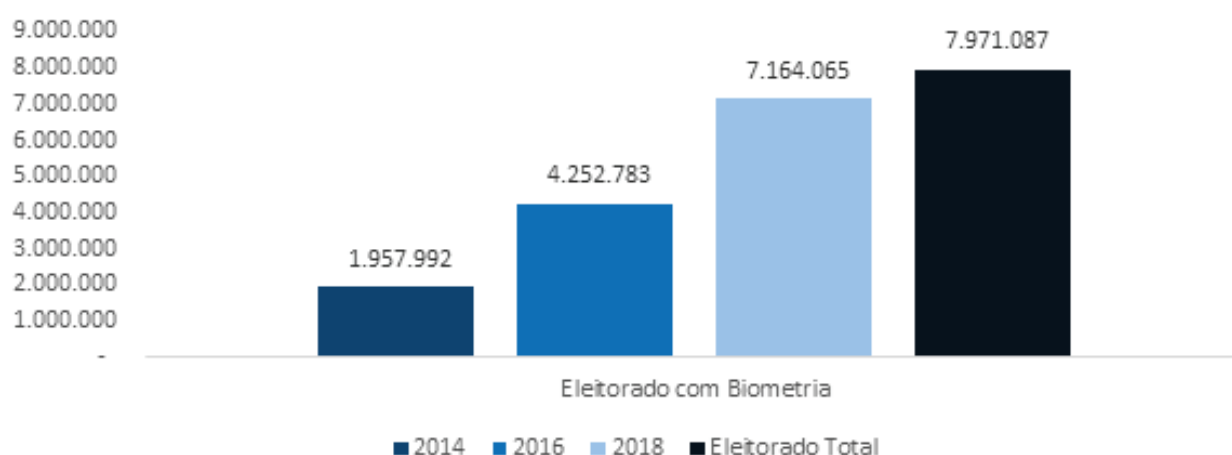
Conforme consta na página do TSE, “o Projeto de Identificação Biométrica da Justiça Eleitoral tem por objetivo implantar em âmbito nacional a identificação e verificação biométrica da impressão digital para garantir que o eleitor seja único no cadastro eleitoral e que, ao se apresentar para o exercício do voto, seja o mesmo que se habilitou no alistamento eleitoral”:

(<http://www.tse.jus.br/eleitor/biometria/biometria>).

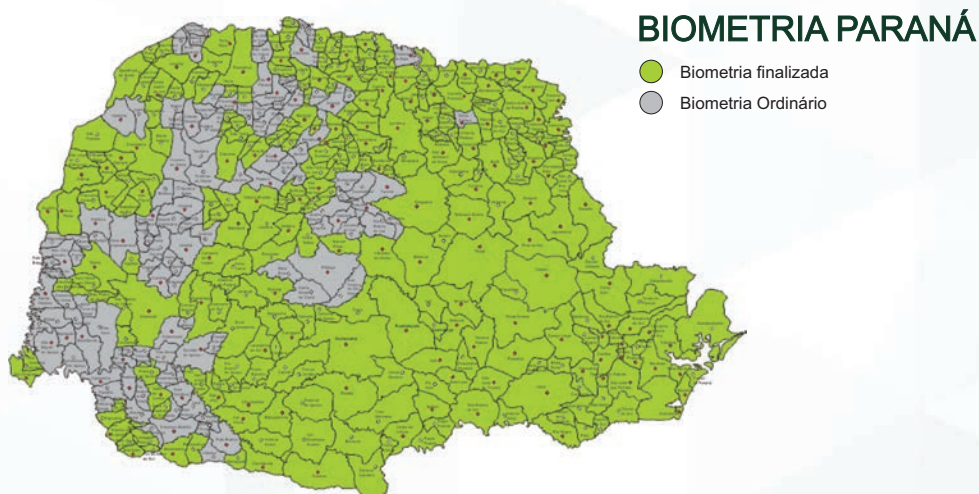
Revisão do Eleitorado e Biometria

O projeto, diretamente relacionado ao objetivo estratégico do TRE-PR Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral, teve início no Paraná em 2009. A revisão do eleitorado, porém, não acontece de modo simultâneo em todos os Municípios do Estado, seguindo o cronograma estipulado pela instituição considerando restrições orçamentárias.

Evolução do Eleitorado Biometrizado



A meta proposta pelo TSE para o ano de 2018 era estender o cadastro biométrico a 75% dos eleitores do Paraná, ao final do ano, porém, o cadastramento biométrico já havia superado 90% do eleitorado paranaense. Até dezembro de 2018 foram homologadas revisões do eleitorado com coleta biométrica em 281 municípios do Estado e para o ano de 2019 (Fase IV da Biometria) restaram 118 municípios (38 Zonas Eleitorais) que ainda deverão realizar a revisão. Cabe observar que em razão das eleições o cadastro eleitoral permaneceu fechado entre 09 de maio e 05 novembro de 2018, não se permitindo a realização de operações de alistamento eleitoral, transferência ou revisão nesse período.



Para aprimorar e proporcionar um atendimento satisfatório e de qualidade àqueles que se dirigiram à Justiça Eleitoral, diversas Zonas Eleitorais receberam reforço de equipamentos e pessoal em razão do aumento do fluxo de eleitores. O TRE-PR requisitou servidores perante outros órgãos e contratou 134 auxiliares administrativos (terceirizados). A realização do projeto em 2018 teve um custo total de R\$ 1.223.196,93.



A realização das eleições é a principal atividade desenvolvida pelo TRE-PR e relaciona-se aos macrodesafios Garantia dos Direitos da Cidadania, Celeridade e Produtividade Jurisdicional, Fortalecimento do Processo Eleitoral, Aperfeiçoamento da Gestão e de Custos e ainda, Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC. Abrange uma série de atividades, entre as quais se destacam o Projeto Eleições, contratações e convocação de mesários e colaboradores.

Projeto Eleições

Desde 2009 o TRE-PR define e estrutura o Projeto Eleições planejando todas as atividades necessárias à realização do pleito. O projeto permite não só a otimização da utilização dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e tecnológicos de que o Tribunal dispõe, mas também, a partir das experiências vivenciadas em outras eleições, o constante aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Tribunal no que concerne à sua principal atividade.

O Projeto Eleições 2018 teve o seu início formal no ano de 2017, prevendo a organização e a realização das Eleições Gerais, iniciando-se a execução das ações previstas no ano seguinte.

Para definição da equipe responsável pela construção do projeto foi oportunizada a manifestação de interesse aos servidores da sede e dos cartórios eleitorais do interior. Com isso, o TRE-PR buscou estar atento à realidade de todas as Zonas Eleitorais do Estado, que conta com seções eleitorais sediadas em áreas urbanas, rurais, ilhas e até reservas indígenas.

O projeto foi desenvolvido com a participação do Patrocinador (Diretor-Geral), do Gerente (Coordenadora do Planejamento Estratégico) e da Equipe do Projeto (grupos de integração). Com a colaboração de todos os envolvidos, foi confeccionada a Estrutura Analítica do Projeto-EAP, a matriz de riscos, a estimativa orçamentária e o cronograma do projeto, com sistema próprio de planejamento e acompanhamento de projetos, que previu todas as providências a serem executadas pelas Zonas Eleitorais.



Em razão das dificuldades experimentadas nas Eleições Municipais de 2016 e particularidades da 6ª Zona Eleitoral – que abrange os Municípios de Antonina e Guaraqueçaba e ainda possui 06 seções eleitorais sediadas em ilhas – o Tribunal decidiu estruturar um projeto específico para essa Zona. Nessa localidade, o transporte das urnas, inclusive, foi realizado diretamente pelo Tribunal em parceria com órgãos locais.

As Eleições Gerais de 2018 tiveram as seguintes características: 2 turnos de votação; filas nos locais de votação (principalmente durante o 1º turno); 6 cargos em votação (ocasionando demora em alguns locais e filas após às 17 horas); e competências jurídicas centralizadas em 2º grau de jurisdição.

Projeto Eleições

Durante as Eleições Gerais de 2018, o TRE-PR, assim como toda a Justiça Eleitoral, sofreu diversos ataques – especialmente por meio de fake news – relativos à integridade e segurança das urnas eletrônicas e ainda, à suposta fraude eleitoral, fato que prejudicou o bom andamento das eleições e sobrecarregou todos os colaboradores da Justiça Eleitoral.

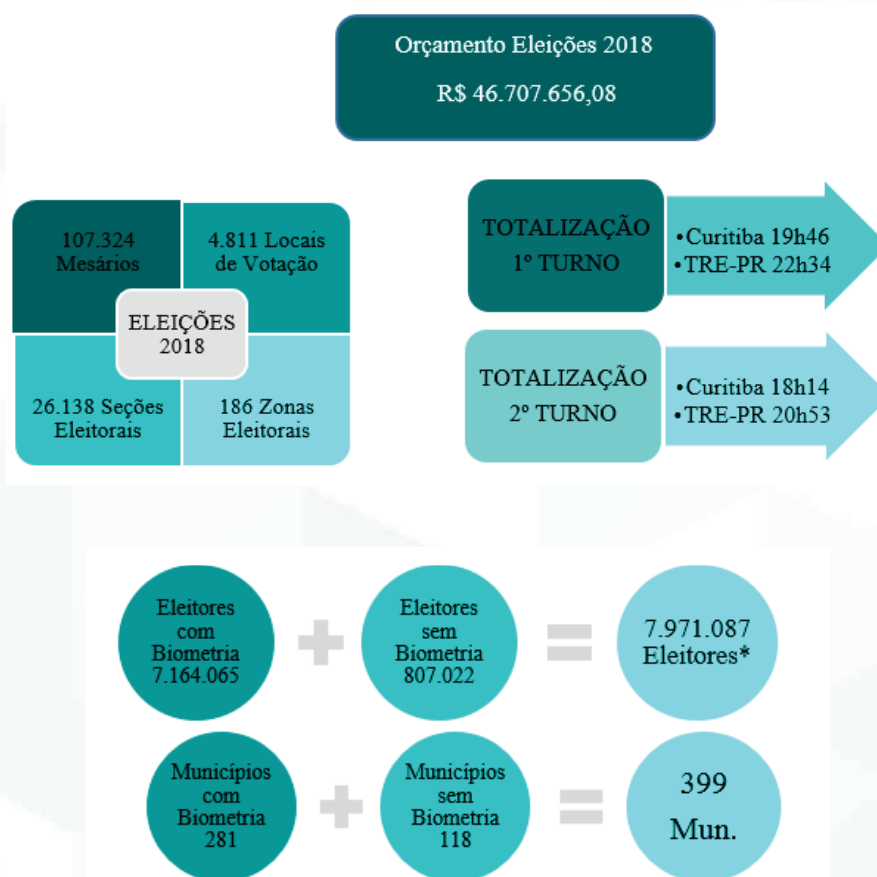
Para combater essa prática foi necessário revisar o Projeto Eleições 2018, durante a sua execução, e adotar algumas medidas para esclarecer fatos inverídicos disseminados nos mais diversos meios de comunicação e explicar à população questões relativas às urnas eletrônicas, o que exigiu a atuação direta e eficaz de todos os colaboradores da Justiça Eleitoral.

Entre as inovações do Projeto Eleições 2018 cabe destacar, a implantação de algumas melhorias: convocação dos eleitores por meio de WhatsApp – aplicativo cujo uso deverá ser ampliado nas próximas eleições – e aprovação da Lei Estadual nº 19.196/2017, a partir de uma iniciativa do Tribunal, que concede aos mesários voluntários isenção da inscrição em concursos públicos estaduais.

Considerando a assimilação do Projeto por todas as unidades do Tribunal – realizado nas últimas 05 eleições – estão previstas algumas inovações para o planejamento das Eleições Municipais de 2020, que já será iniciado no ano de 2019. A principal será a constituição de grupos para tratar de temas específicos.

Eleições em Números

Os quadros abaixo representam os números envolvidos nas Eleições Gerais de 2018 no Estado do Paraná:



* dados referentes a outubro de 2018

Contratações para as Eleições

Transporte de urnas: das 26.792 urnas eletrônicas utilizadas nas Eleições Gerais de 2018 no Paraná, 23.224 foram transportadas pela empresa vencedora do processo licitatório. Representou uma redução 28,3% comparando o 1º turno das eleições de 2016 e 2018.

Veículo com motorista: o objeto do contrato abrangeu a prestação de serviços de transporte, incluindo o fornecimento de veículos, motoristas e combustível pela contratada. A contratação é necessária porque este Tribunal não dispõe de frota de veículos próprios para atender todos os serviços decorrentes das eleições. Contaram com o serviço dessa contratação 89 Zonas Eleitorais. O valor dispendido com a contratação foi de R\$ 1.439.648,41.

Táxi: considerando as demandas específicas que acontecem apenas no final de semana das eleições, foi contratado o serviço de táxi nesse período ao custo de R\$ 101.151,60.

Auxiliares administrativos e recepcionista: em razão do considerável aumento da demanda de serviços durante o período eleitoral, foi realizada a contratação de 743 postos de trabalho terceirizados, denominados auxiliares administrativos. Os valores investidos estão discriminados na planilha abaixo:

CONTRATAÇÃO DE AUXILIARES ADMINISTRATIVOS E RECEPCIONISTAS PARA ELEIÇÃO

CONTRATO Nº	EMPRESA	OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
38/18	UP Eventos Eireli	Auxiliar Administrativo capital	90 aux. adm.; 1 supervisor	R\$ 842.636,95
39/18	UP Eventos Eireli	Auxiliar Administrativo e supervisor zonas eleitorais do interior	630 aux. adm.; 2 supervisores	R\$ 5.674.788,76
44/18	UP Eventos Eireli	Auxiliar Administrativo e supervisor zonas eleitorais do interior	20 aux. adm.	R\$ 163.602,68
VALOR TOTAL =				R\$ 6.681.028,39

Contadores: a licitação teve como objetivo a contratação de contadores e técnicos em contabilidade para análise e emissão de pareceres técnicos nos processos relativos às despesas incorridas na campanha eleitoral. Foram contratados 30 (trinta) postos de trabalho ao custo total de R\$ 376.450,00. Os pareceres emitidos foram utilizados pelos juízes do Tribunal como subsídio para o julgamento de mérito dos processos de prestação de contas dos candidatos.

Mesários e Colaboradores

Para cumprimento das obrigações da Justiça Eleitoral, sobretudo no dia das eleições, o TRE-PR precisa contar com a ajuda de diversos setores da sociedade. Nesse aspecto, merece destaque a colaboração prestada pelos mesários e servidores públicos que atuam na segurança pública.

O programa Mesário Voluntário objetiva incentivar o eleitor a colaborar espontânea e voluntariamente com os serviços eleitorais nas mesas receptoras de votos e justificativas, além de conscientizar o cidadão quanto à importância da sua participação no processo eleitoral.

Em 2017, a partir de uma iniciativa do Tribunal, foi aprovada a Lei Estadual nº 19.196/2017, que concede aos mesários voluntários isenção da inscrição em concursos públicos estaduais. No ano de 2018, o TRE-PR buscou incentivar o aumento do número de mesários voluntários com as seguintes medidas:

Mesários e Colaboradores

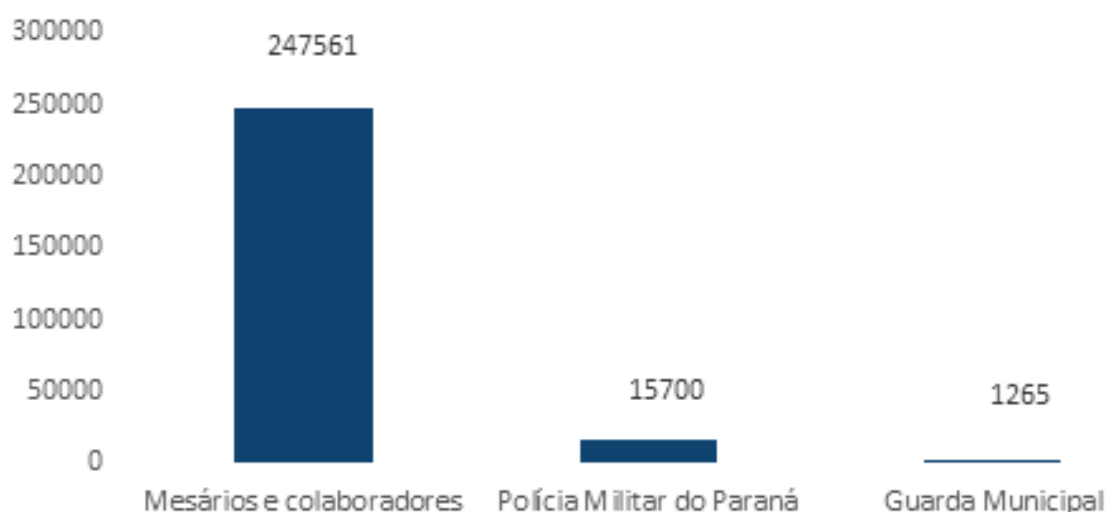
- celebração de convênios com Faculdades e Universidades para a contagem das horas trabalhadas a favor da Justiça Eleitoral como horas curriculares;
- propostas de leis municipais visando isentar os mesários voluntários das taxas de inscrição em concursos públicos municipais.

Conforme pesquisa realizada no final de 2018, 56,63% dos mesários no Paraná são voluntários.

De outra parte, considerando a necessidade de proporcionar alimentação aos colaboradores convocados para atuar nas eleições 2018, foi autorizado o pagamento de vale alimentação por turno no valor de R\$ 30,00, conforme Portaria TRE-PR nº 549/2018.

Para garantir a segurança do pleito, foram designadas a Polícia Militar e, nas cidades com mais de 200.000 eleitores, também a Guarda Municipal. Esses colaboradores receberam o auxílio alimentação, conforme Portarias TRE-PR nº 740/2017 e nº 741/2017. O quadro abaixo discrimina a distribuição dos valores nas Eleições de 2018 (1º e 2º turnos):

Quantidade distribuída de Auxílio alimentação
Eleições 2018 - R\$ 30,00



Medidas preventivas relacionadas às Urnas Eletrônicas

Visando garantir o perfeito funcionamento das Urnas Eletrônicas nas Eleições 2018, foram realizadas as seguintes medidas preventivas:

- Organização do Simulado de Urnas Eletrônicas, visando fornecer dados ao TSE sobre a adequação de Hardware e Software das Urnas para as Eleições.
- Preparação para o ambiente de teste em campo de sistemas eleitorais, com participantes de diversos Regionais. A partir do teste, o TSE analisa os apontamentos dos grupos de trabalho e promove adequações para melhoria dos sistemas que serão utilizados nas eleições.
- Realização de dois ciclos de manutenção preventiva em todas as urnas eletrônicas distribuídas nas 186 Zonas Eleitorais, no qual foram testadas 32.003 urnas.

Organização do Simulado de Hardware de Urnas Eletrônicas, visando fornecer dados ao TSE sobre a adequação de Hardware e Software das Urnas para as Eleições, sendo testadas 1.360 urnas eletrônicas.

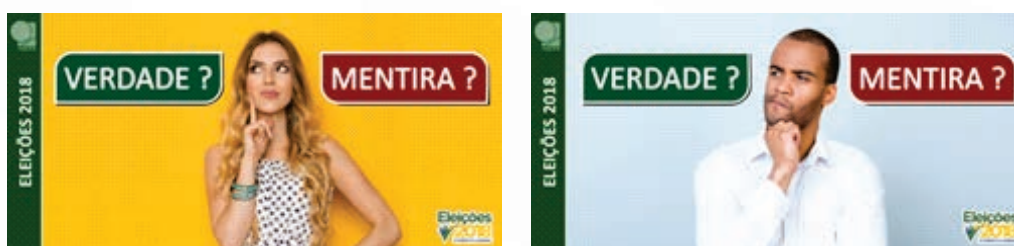
Combate às Fake News

O ano de 2018 apresentou novos desafios à Justiça Eleitoral quanto ao objetivo estratégico Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral. Ao longo do ano a segurança das urnas eletrônicas e a lisura do processo eleitoral foram questionadas pela sociedade.

Entre os desafios enfrentados pelo TRE-PR em 2018, o que ganhou maior projeção foi o combate às fake news, tema que desde o início do ano preocupou a Justiça Eleitoral. Por ocasião do 1º turno, houve grande proliferação de notícias que acusavam a Justiça Eleitoral de fraudar as eleições por meio do processo de votação eletrônica.

Entre as medidas adotadas foram publicadas matérias especiais na página do Tribunal, realizadas campanhas e efetuadas postagens nas redes sociais que mostraram a verdade diante de notícias falsas que se referiam a acontecimentos no âmbito do estado e do país.

Entre os trabalhos desenvolvidos merece destaque a campanha “Verdade ou Mentira?”, disponível em <http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/verdade-ou-mentira>.



Imagens que ilustraram as matérias especiais e postagens em redes sociais que mostravam a verdade sobre as diversas notícias falsas disseminadas durante o período eleitoral.

A atuação nas redes sociais também foi intensificada. Como exemplo pode-se citar a postagem relativa à comprovação da lisura das urnas, que recebeu 9.349 comentários, 6.300 curtidas e foi compartilhada por 2.240 pessoas, revelando-se um importante e eficiente instrumento de combate à disseminação de falsas notícias (<http://www.facebook.com/treparana>).

Cumprindo seu dever de prestar contas e, também, de educar/capacitar o eleitorado, o Tribunal realizou ações de esclarecimento ao público, focadas na segurança do processo eleitoral, entre as quais se destacam: palestra proferida durante o evento do Conselho Integrado de Segurança e Inteligência (CISIE) de Curitiba e Região Metropolitana, debate público sobre a segurança do voto, palestra sobre o tema "A segurança no processo eleitoral brasileiro" e audiência pública sobre a segurança da votação eletrônica.

O Tribunal, cumprindo as determinações da Resolução TSE nº 23.550/2017, realizou auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, procedimento também conhecido como “votação paralela” que acontece desde 2002. É aberto à sociedade e realizado por uma comissão de servidores no mesmo dia e horário das eleições, em local público e com expressiva circulação de pessoas, sendo presidido por um Juiz Eleitoral. Conta com a fiscalização de partidos políticos, Ministério Público Eleitoral e entidades representativas. Há prévia comunicação aos partidos políticos e divulgação à sociedade quanto ao horário e local onde será realizado o sorteio das urnas eletrônicas e, posteriormente, a auditoria.

Durante a auditoria são realizados os mesmos procedimentos das eleições oficiais, incluindo a emissão da zerésima, votação nas urnas e, ao final, a emissão do boletim de urna. As telas das urnas são filmadas permanentemente e todo o trabalho é auditado. Em 2018, concluiu-se pelo perfeito funcionamento das urnas auditadas.

Auditoria Extraordinária nas Urnas Eletrônicas

Além da auditoria prevista na Resolução TSE nº 23.550/2017, diante de questionamentos efetuados por eleitores e pelo PSL relacionados ao primeiro turno das Eleições, o TRE-PR realizou outro procedimento de grande relevância com o objetivo de esclarecer à sociedade a lisura do processo de votação eletrônica.

A auditoria, realizada em oito urnas eletrônicas utilizadas no 1º Turno das Eleições Gerais, ocorreu no dia 19 de outubro de 2018 e foi acompanhada por autoridades e representantes da sociedade civil, tais como: Organização dos Estados Americanos, Ordem dos Advogados do Brasil, Procuradoria Regional Eleitoral, Superintendência Regional da Polícia Federal, Associação das Emissoras de Rádio e Difusão do Paraná e Associação Paranaense de Imprensa. O procedimento ainda foi amplamente divulgada na mídia no Estado do Paraná, houve cobertura jornalística e as informações foram repassadas à sociedade em tempo real.

Os peritos indicados pelo PSL, PT e PDT e os técnicos da Polícia Federal e da Justiça Eleitoral elaboraram um plano de auditoria que, fielmente cumprido, concluiu: a) os sistemas instalados nas urnas auditadas eram os mesmos que haviam sido lacrados pelo TSE; b) as urnas estavam em perfeitas condições de uso e funcionamento; c) pela inexistência de indícios de qualquer espécie de fraude no sistema ou funcionamento das urnas.

O resultado da perícia foi submetido à Corte Eleitoral e aprovado por unanimidade. O procedimento, assim, contribuiu para o cumprimento dos objetivos estratégicos Garantia dos Direitos da Cidadania e Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral. No 2º Turno, as denúncias de eleitores referentes às ocorrências de irregularidades com as urnas eletrônicas foram monitoradas por meio do “Sistema PARDAL”, conforme determinado em Instrução Normativa Conjunta do TSE e Ministério da Segurança Pública. Foram registradas 40 denúncias, sendo 23 denúncias encaminhadas ao MPE por tratar de possível crime eleitoral e 17 ocorrências técnicas, que motivaram a substituição das urnas.

Eleições Suplementares

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 224 da Lei nº 4.737/1.965 (Código Eleitoral), serão realizadas Eleições Suplementares sempre que houver, independentemente do número de votos anulados, decisão da Justiça Eleitoral que importe o indeferimento do registro, a cassação do diploma ou a perda do mandato do candidato eleito em pleito majoritário.

Foram realizadas Eleições Suplementares nos Municípios de Congonhinhas, Japira e Rancho Alegre, todas no dia 09/12/2018, para o cargo de Prefeito Municipal. Em Congonhinhas, foram cassados o prefeito e seu vice, com base na Lei da Ficha Limpa, por abuso de poder econômico praticado em 2008. Na cidade de Japira, após o falecimento do prefeito seu vice foi cassado, por infração político-administrativa. Em Rancho Alegre, a prefeita e seu vice, foram cassados por infrações na campanha de 2016. As Eleições suplementares foram realizadas seguindo os preceitos da Resolução TRE-PR nº 818/2018.

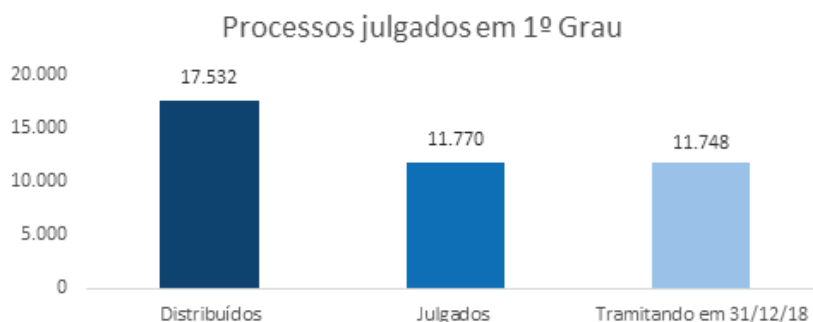
Prestação Jurisdicional

A prestação jurisdicional é uma das principais atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral. Relaciona-se aos macrodesafios Combate à Corrupção e a Improbidade Administrativa, Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional e Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral. Em primeiro grau de jurisdição, é exercida pelos Juízes Eleitorais, nas 186 Zonas Eleitorais do Estado do Paraná. Em segundo grau, é exercida no Tribunal Regional Eleitoral, por 07 Membros, em competência originária e também recursal.

Prestação Jurisdicional em 1º Grau

O TRE-PR objetivou materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo buscando garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

Os quadros abaixo demonstram os dados estatísticos obtidos no ano de 2018:



**o número de processos julgados pode ser maior que o número de processos distribuído, pois considera o estoque de anos anteriores.*

***o número de processos tramitando em 31/12/18 abrange o total de processos, inclusive aqueles já sentenciados que aguardam o cumprimento da decisão ou arquivamento.*

Cabe observar que, segundo dados estatísticos extraídos do Portal da Transparência, as Zonas Eleitorais do Paraná atingiram 164,42% da Meta nº 1/2018-CNJ (julgar mais processos que os distribuídos) e 111% da Meta nº 2/2018-CNJ (identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016).

Outrossim, a Corregedoria promoveu o acompanhamento dos processos incluídos na Meta específica nº 01 de 2018 da Justiça Eleitoral- CNJ, que consiste em identificar e julgar com prioridade as ações judiciais que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento por instância (6 meses para feitos de competência do Juízo de 1º grau).

O resultado obtido no exercício 2018 foi a redução do estoque de autos que se encontravam “fora da meta” no 1º grau de jurisdição – ou seja, sem julgamento no prazo de 180 dias contados de sua autuação – na proporção de 55% do quantitativo total aferido em 10/07/2018.

Prestação Jurisdicional em 2º Grau

- Processo Judicial Eletrônico e Estatísticas de Segundo Grau

O Processo Judicial Eletrônico – PJe, previsto na Resolução CNJ nº 185/2013, é o sistema eletrônico de constituição e tramitação de processos judiciais nos órgãos do Poder Judiciário.

Considerando o disposto na Resolução TSE nº 23.417/2014 – que regulamentou a utilização do PJe na Justiça Eleitoral e estabeleceu os parâmetros para o seu funcionamento – o TRE-PR, tendo como objetivo o cumprimento do macrodesafio Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, disciplinou a implantação e o uso do Processo Judicial Eletrônico em 2017, por meio da [Resolução nº 774/2017](#).

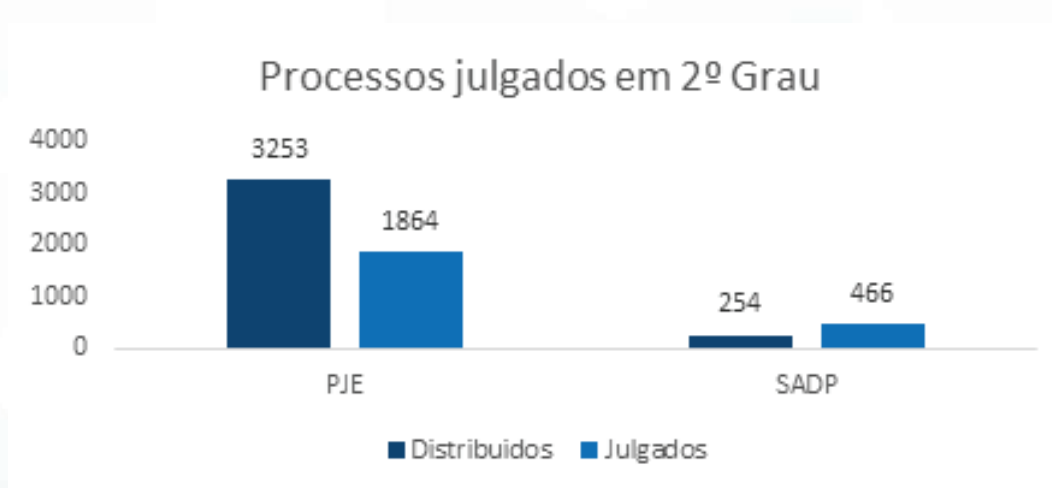
Prestação Jurisdicional em 2º Grau

O PJe começou a ser implementado em 2º grau de jurisdição ainda em 2017, sendo as Eleições Gerais de 2018 as primeiras em que os processos judiciais tramitaram em meio eletrônico. Como principais benefícios decorrentes da utilização do sistema pode-se destacar: a racionalização dos recursos orçamentários, a celeridade e qualidade na prestação jurisdicional, a facilitação ao acesso a informações relativas ao Pleito Eleitoral – especialmente pedidos de registro de candidatura, prestações de contas e impugnações – e a transparência.

Coube à Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (competência originária de 2º grau) a tramitação de todos os pedidos de registro de candidatura, representações por propaganda irregular e direito de resposta e todas as prestações de contas de candidatos, partidos e coligações, além de outros feitos de classes diversas, totalizando 3.253 processados no PJE.

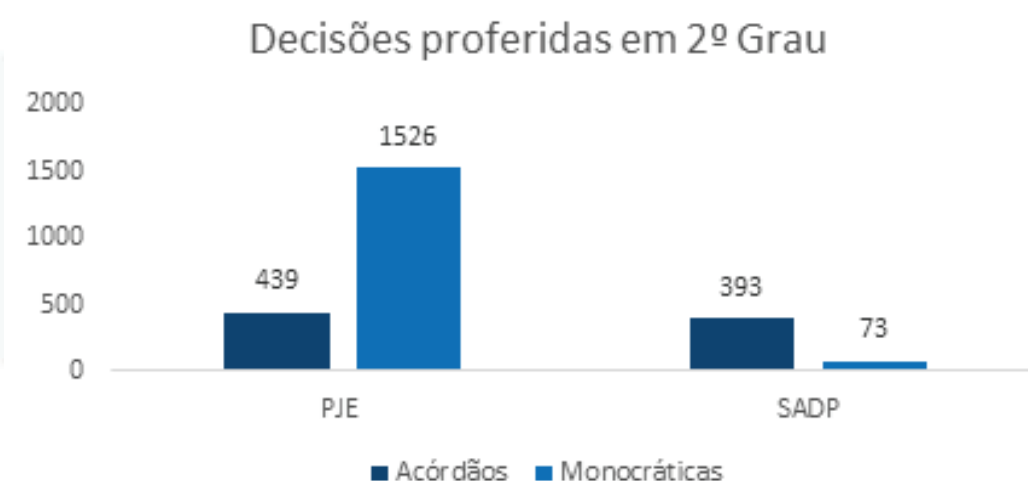
Muito embora o PJE esteja em pleno uso, algumas classes processuais ainda tramitaram através do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP (meio físico) somando 254 feitos.

O quadro abaixo representa os processos julgados em 2018:



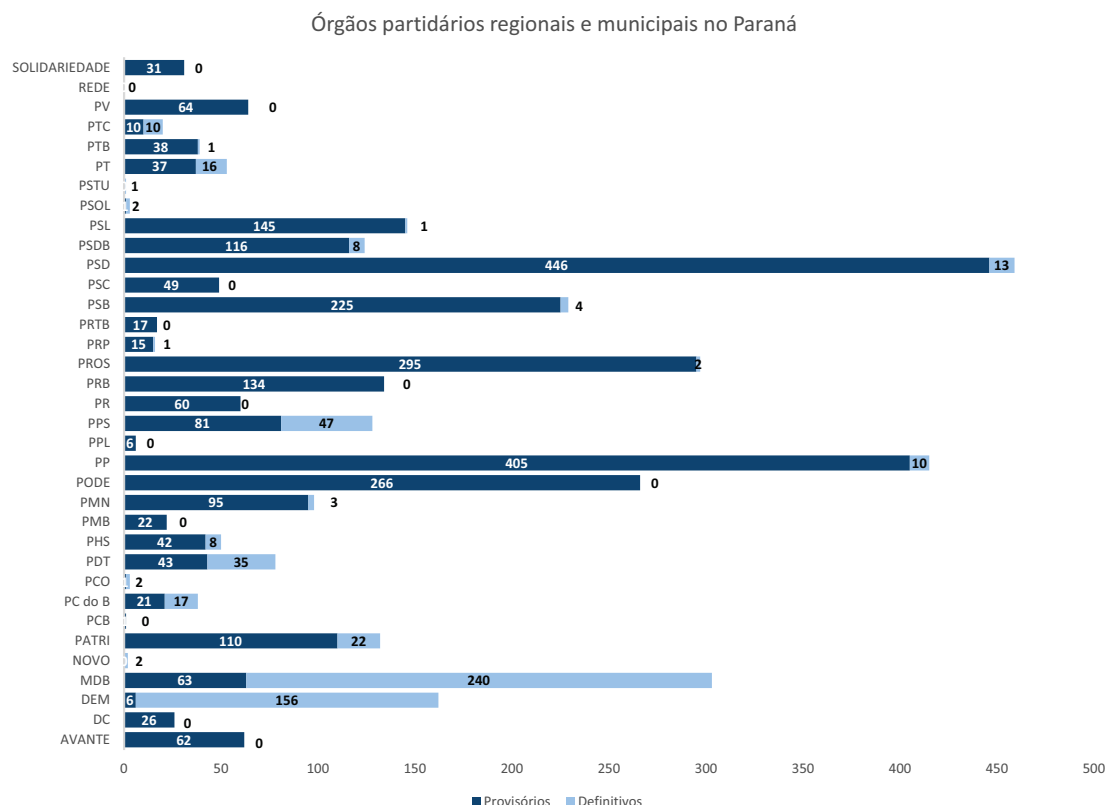
**o número de processos julgados pode ser maior que o número de processos distribuído, pois considera o estoque de anos anteriores.*

*** os processos podem ter mais de uma decisão, de acordo com as medidas solicitadas e recursos interpostos.*



Partidos Políticos no Paraná

O TRE-PR tem como atribuição dar atendimento e orientação sobre legislação partidária e manter os registros de anotação, alteração e composição dos órgãos provisórios e definitivos, municipais e regionais dos partidos políticos. Alinhado aos macrodesafios Garantia dos Direitos de Cidadania e Fortalecimento do Processo Eleitoral. O gráfico abaixo reflete os registros dos órgãos partidários regionais e municipais no Paraná:



Atuação da Ouvidoria

Para cumprir com o Objetivo Estratégico – Garantia dos Direitos de Cidadania e aferir o indicador estratégico – “tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria”, a Ouvidoria mantém relacionamento com a sociedade por meio de cinco canais principais:

Internet: acesso pelo sítio na internet ou correio eletrônico, na página do Tribunal, em “O TRE” – Ouvidoria, diretamente pelo endereço eletrônico ou pelo formulário: <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria/fale-com-a-ouvidoria>.

Telefone: pelos telefones (41) 3330-8474 e (41) 3330-8844, de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h.

Atendimento pessoal: de segunda a sexta-feira, das 12 às 19 horas, comparecendo na Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - CEP: 80220-902, Curitiba – PR.

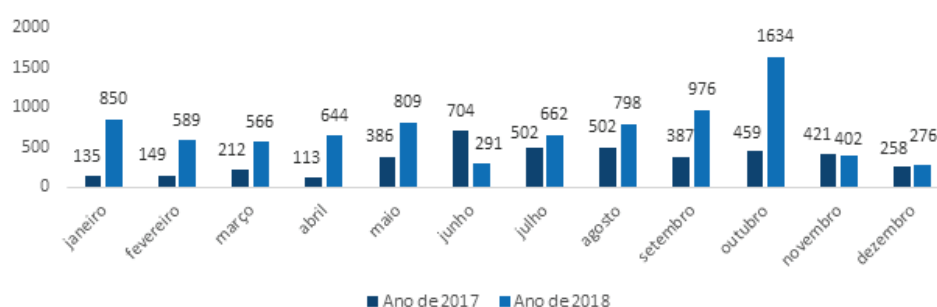
Carta: o retorno é realizado por carta quando solicitado pelo eleitor. No entanto, o meio preferencial para o fornecimento das informações é o eletrônico (e-mail).

Fale Conosco: é um canal direcionado aos usuários de serviço do TRE-PR, disponível em sua página na internet, sendo que as solicitações efetuadas são automaticamente direcionadas para a Ouvidoria. O acesso está disponível no endereço: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/fale-conosco>.

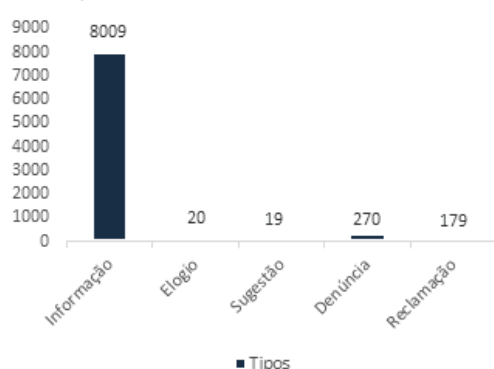
Em 2018 foram dirigidos à Ouvidoria 8.497 solicitações – reclamações, sugestões e elogios, além dos contatos já mencionados no item planejamento estratégico e governança. Houve 100% de aumento das solicitações da Ouvidoria entre os anos de 2017 e 2018. O tempo médio de resposta foi 2,18 dias.

Atuação da Ouvidoria

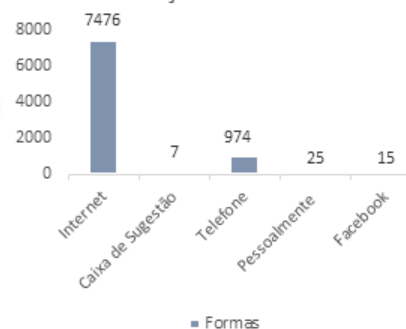
Solicitações recebidas - quadro Comparativo 2017 - 2018



Tipos de Contato com a Ouvidoria



Formas de Envio de Solicitações a Ouvidoria



Cabe destacar, ainda, as seguintes ações realizadas durante o ano de 2018:

- Parceria com o Ministério Público Federal para utilizar a “Sala de Atendimento ao Cidadão”, <http://cidadao.mpf.mp.br> para registro das denúncias, notícias de irregularidades, pedidos de informação processual e outros amparados pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), à Procuradoria Regional Federal, diretamente pelo site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná;
- Divulgação e esclarecimento quanto as principais dúvidas de eleitores recebidas pelo canal da Ouvidoria pelo link <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes-do-eleitor>.

Ações da Escola Judiciária Eleitoral

As atividades da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná relacionam-se, basicamente, aos objetivos estratégicos Garantia dos Direitos de Cidadania e Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional previstos na Resolução TRE-PR nº 759/2017.



Ações da Escola Judiciária Eleitoral

O TRE-PR tem como atribuição dar atendimento e orientação sobre legislação partidária e manter os registros de anotação, alteração e composição dos órgãos provisórios e definitivos, municipais e regionais dos partidos políticos. Alinhado aos macrodesafios Garantia dos Direitos de Cidadania e Fortalecimento do Processo Eleitoral. O gráfico abaixo reflete os registros dos órgãos partidários regionais e municipais no Paraná:

- **Cidadania:** desenvolve e aprimora as ações voltadas para garantia dos direitos de cidadania.
- **Capacitação:** tem como objetivo aperfeiçoar o conhecimento dos servidores e magistrados em direito eleitoral e áreas correlatas.
- **Aprimoramento das práticas eleitorais:** promove a divulgação de práticas eleitorais para o público externo.

Os projetos da EJE foram ampliados especialmente no tocante à aproximação com o público infantil e jovem, visando à conscientização política e à orientação sobre a importância do voto.

A capacitação dos servidores e dos Juízes Eleitorais para as Eleições foi priorizada por meio de cursos voltados para o processo eleitoral e prestações de contas. Em 2018 também foi ofertado, de forma inédita, o módulo Eleitoral no curso de formação inicial dos Juízes Substitutos do TJ-PR. Entre as principais ações realizadas durante o ano pode-se destacar:

Eixo Cidadania

- **Convênios:** firmados com a Secretaria Estadual de Educação, o Centro Universitário Curitiba – UniCuritiba e o Instituto Mais Cidadania.
- **Convênio para o Programa Mesário Voluntário:** firmado com a Sociedade Educacional Tuiuti.
- **Assinatura do Protocolo de Intenções com a Itaipu Binacional:** com o intuito de unir esforços no desenvolvimento de ações e projetos a serem executados na área de educação, com foco no estímulo e fortalecimento da cidadania e da democracia.
- **Adesão ao Pacto Global da ONU:** o instrumento que tem a finalidade de difundir práticas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, por meio da promoção de ações relacionadas às áreas de direitos humanos, direitos do trabalho, proteção ambiental e combate à corrupção.
- **Simpósio Eleições 2018;**
 - **Recebimento estudantes na sede do Tribunal:** foram recebidos 1.583 estudantes na Escola de Cidadania Política que, de forma lúdica e didaticamente organizada, conheceram a estrutura do TRE-PR, a história das eleições no Brasil e o funcionamento da Urna Eletrônica. Nessa visita, os alunos participam de jogos educativos. As visitas têm como público alvo os estudantes entre 10 e 17 anos.
 - **Parlamento Jovem:** o projeto propicia a vivência do processo eleitoral em todas as suas etapas e elege o vereador mirim/jovem. Oportuniza aos estudantes conhecer melhor a divisão dos poderes do Estado, em especial o Legislativo, debater problemas da comunidade e deliberar sobre possíveis soluções, promovendo educação política aos alunos da rede de ensino. Tem como público alvo estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao Ensino Médio. Em 2018 o projeto atendeu 22.713 estudantes.
 - **Projeto Eleitor do Futuro:** apresenta aos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental todas as fases de um processo eleitoral, orientando para a importância da democracia e do exercício da cidadania. Os estudantes se organizam em partidos, realizam as convenções partidárias e elegem os partidos, sendo realizada a eleição (com campanha, debates, comícios, etc.). Em 2018 o projeto atendeu 4.758 estudantes.

Ações da Escola Judiciária Eleitoral

- **Projeto Tribunal Jovem:** projeto tem o objetivo de ampliar o acesso ao Tribunal para a sociedade, em especial para a juventude. Na escola, os estudantes são preparados pelos professores e posteriormente realizam um julgamento simulado no TRE-PR, construindo argumentos e reflexões sobre o tema. A proposta é que os alunos participem de forma ativa do julgamento, realizado na sala de sessões, vivenciando a experiência da atividade no Tribunal. Em 2018, aconteceram 4 edições do projeto, atendendo 111 estudantes.

- **Café Cultural:** os palestrantes são convidados a discutir temas contemporâneos que perpassam o Direito, a Justiça e questões sociais junto aos servidores e público externo. Foram realizadas 4 edições do Café Cultural em 2018, com público total de 570 pessoas.

- **2ª etapa do Projeto Parlamento Jovem:** o projeto realiza a diplomação dos grêmios das escolas da rede municipal de ensino de Curitiba e do Projeto Parlamento Jovem em Curitiba. As eleições foram realizadas entre abril e agosto, envolvendo 7 mil estudantes em 11 escolas.

- **Palestra para idosos sobre a importância do voto.**

Eixos Capacitação e Aprimoramento das práticas eleitorais

- Conclusão do curso de especialização em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral.

- Grupo de Pesquisas em Direito Eleitoral e Ciência Política.

- Cursos de aperfeiçoamento: direcionados à servidores e magistrados, com foco em aperfeiçoamento da elaboração de documentos judiciais; legislação eleitoral; propaganda eleitoral; pesquisas eleitorais; prestação de contas eleitorais; direito constitucional, termos de referência e projetos básicos para compras e serviços na administração pública; e impactos da reforma trabalhista e da lei de terceirização na contratação de serviços terceirizados.

A revista Paraná Eleitoral, editada há 63 anos pelo Tribunal teve mais 4 edições publicadas.

Selo Ouro Justiça em Números

Em dezembro/2018, o TRE-PR conquistou o Selo Ouro do Prêmio Justiça em Números, concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos Tribunais que mais investem em produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

O prêmio avaliou, além do requisito básico do encaminhamento adequado das informações, o estágio de informatização, a aplicação dos relatórios estatísticos no planejamento estratégico e o cumprimento das resoluções do CNJ referentes à gestão da informação. Ainda entre os critérios de classificação, foi considerada a Resolução CNJ nº 201/2015, que determina a implantação em todo o Judiciário do Plano de Logística Sustentável (PLS), dando ênfase especial à sustentabilidade, um dos pilares da administração do TRE-PR no ano de 2018, juntamente com o investimento em Tecnologia da Informação, outro critério avaliado pelo Selo Justiça em Números, bem como a valorização do servidor.

O TRE-PR tem apresentado uma trajetória ascendente no que diz respeito ao seu desempenho na premiação, criada em 2014 com o objetivo de estimular o acesso às informações dos Tribunais. Depois de uma sequência de três bronzes, nos primeiros anos, e um prata, conquistado em 2017, o Selo Ouro coroou o empenho de todos os servidores do TRE-PR, que atuam de modo a conferir mais eficiência e transparência à administração do Tribunal.



Usina Fotovoltaica

Em consonância com as políticas públicas de sustentabilidade e comprometido com a efetividade de ações que visem tornar o meio ambiente ecologicamente equilibrado e que tenham como objetivo a redução e a racionalização dos recursos orçamentários mediante a utilização de novas tecnologias de geração de energia, o TRE-PR decidiu implementar a construção de uma Usina Fotovoltaica (UVF) no município de Paranavaí/PR, com potência instalada total de 2MWp (dois megawatts pico).

A energia produzida através das placas solares apresentará diversos benefícios, tais como:

- Utilização de matéria prima (incidência solar) abundante e gratuita;
- Produção de energia limpa e regulamentada pela ANEEL;
- Contribuição para redução da emissão de carbono;
- Manutenção fácil e pouco onerosa após a sua conclusão;
- Interligação com a subestação da COPEL, de simples conexão.

A Usina Fotovoltaica permitirá ao TRE-PR gerar de forma limpa e econômica a energia elétrica consumida por quase a totalidade dos imóveis da Justiça Eleitoral paranaense, reduzindo consideravelmente os gastos e contribuindo significativamente para o atingimento do macrodesafio Melhoria da Gestão dos Custos e ainda, para a promoção da sustentabilidade.

Após a realização de estudos sobre incidência solar no Estado do Paraná, foi definida a região norte/noroeste para a implantação da UVF, restando aprovado o projeto na cidade de Paranavaí, em razão de dois aspectos: cooperação da Prefeitura Municipal – que por meio da Lei Municipal nº 4.639/2017 doou ao TRE-PR terreno com 28.229,81m² – e proximidade da área doada à subestação da COPEL, o que facilita a conexão da linha expressa que conduzirá a energia gerada pela UVF. Abaixo são reproduzidas fotos da usina, ainda em fase de implantação.



DNI – Documento Nacional de Identidade

PROJETO PILOTO JUSTIÇA ELEITORAL E GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Em fevereiro de 2018, em projeto piloto de iniciativa conjunta do Tribunal Superior Eleitoral, Poder Executivo Federal e Poder Legislativo Federal, coordenado pelo TRE-PR, deu-se início à emissão do DNI - DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIDADE no Estado do Paraná, em, em conjunto com o Governo do Estado do Paraná (Celepar, II-PR e Detran-PR).

Trata-se de documento digital gerado por meio de aplicativo gratuito disponível para smartphones e tablets nas plataformas Android e iOS, que reúne inicialmente CPF e Título de Eleitor e poderá agregar outros documentos posteriormente, conforme convênios a serem firmados com órgãos públicos para a integração das bases de informações.

DNI – Documento Nacional de Identidade

O DNI está sendo projetado para atender a padrões rigorosos de segurança e seu processo de emissão envolve um conjunto de validações biográficas e biométricas a partir de base segura, que verifica duplicidades.

O documento emitido tem fé pública e validade em todo território nacional (art. 8º da Lei nº 13.444/2017) e possui vários dispositivos de segurança que garantem sua autenticidade e integridade e sua validação adiciona um requisito de temporalidade, já que o QRcode gerado na tela do aparelho é diferente toda vez que ele é acessado.

Além da comodidade e praticidade na sua utilização, por ser um documento que se pode portar no celular, destaca-se também a desburocratização, uma vez que o DNI é facilmente verificável no momento de sua apresentação a partir de aplicativos ou serviços compatíveis, individualiza o cidadão em qualquer procedimento por meio do conjunto QRCode + biometria e facilita o uso dos serviços digitais do Governo, auxiliando na consolidação das informações do cidadão, evitando inconsistência de dados e necessidade reapresentação de documentos. Sua implantação, portanto, contribui para o atingimento do macrodesafio Garantia dos Direitos da Cidadania.

Na primeira fase de implantação, encerrada em 2018, foram emitidos mais de 7.000 DNIs no Paraná. Desse total, 2.586 emissões se deram na sede do TRE-PR; o restante em outros órgãos públicos.

Apenas eleitores com biometria individualizada na Justiça Eleitoral (coleta de foto e das impressões digitais) tiveram acesso ao DNI. O Piloto serviu de base para a detecção e correção de inconsistências, visando ao aprimoramento dos procedimentos para o lançamento da versão oficial do documento, aguardado para 2019.

Desafios Remanescentes e próximos passos

- Finalização do Projeto Biometria;
- Realização de eleições suplementares;
- Planejamento das eleições municipais de 2020;
- Implementação do PJE em 1o grau;
- Celeridade da prestação jurisdicional;
- Produtividade da prestação jurisdicional;
- Aprimorar os mecanismos de comunicação com a sociedade;
- Ampliar as ações para a educação cidadã;
- Divulgar para a sociedade, de maneira clara, como se dá o processo eleitoral;
- Combate preventivo as fake news;
- Capacitação dos servidores e magistrados para as Eleições 2020;
- Realizar auditorias, inspeções e correções para assegurar a eficiência dos serviços eleitorais;
- Consolidar os ciclos de planejamento estratégico, para sincronizá-los com os orçamentários;
- Intensificar a gestão de riscos nas unidades do Tribunal;
- Aperfeiçoar a gestão de custos;
- Reduzir os custos operacionais;
- Finalizar a construção e implementação da usina fotovoltaica;
- Dimensionar, quantitativa e qualitativamente, a força de trabalho;

Desafios Remanescentes e próximos passos

- Implantar eSocial;
- Gestão integrada de serviços;
- Aprimorar a segurança institucional;
- Implementar o Acordo de Cooperação com a Polícia Militar para apoio constante no TRE-PR;
- Preservação do padrão de qualidade dos imóveis da Justiça Eleitoral;
- Aprimorar a fiscalização dos contratos;
- Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 211, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Implantar o contrato de prestação de serviços de campo (SECTI)
- Implantar as determinações da Resolução CNJ nº 182, que trata das contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação.

ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Declaração

A Diretoria Geral e a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade declaram que as atividades do TRE-PR priorizaram a revisão biométrica dos eleitores e a realização das Eleições Gerais de 2018. Os esforços das principais áreas de gestão visaram a concretização dos seguintes objetivos estratégicos: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral, Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, Garantia dos Direitos da Cidadania, Melhoria da Infraestrutura e Gestão da Tecnologia da Informação e Melhoria da Gestão de Custos.

A revisão biométrica foi iniciada em 2014 e será concluída em 2019. Cabe destacar que, ao final de 2018, o cadastro biométrico já abrangia 90% do eleitorado paranaense.

O planejamento das Eleições Gerais, iniciado em 2017, previu a execução de uma série de procedimentos entre os quais se destacaram: a capacitação de servidores; a constituição de equipes de apoio para suporte à Secretaria Judiciária – responsável pelo processamento de todos os pedidos de registro de candidatura – e às Zonas Eleitorais com quadro de servidores incompleto; a contratação do transporte de urnas, de veículos com motorista, de postos de serviço terceirizados e de contadores; a convocação de mesários; a preparação da infraestrutura necessária à realização da Eleição (inclusive nos locais de votação); e o combate às fake news que, amplamente divulgadas na internet e em mídias de comunicação, causaram insegurança à população brasileira.

O atendimento do eleitorado paranaense (7.971.087 pessoas), o treinamento dos mesários (107.324) e a preparação de todos os locais de votação e seções eleitorais (4.811 e 26.138, respectivamente) exigiram a conjugação de esforços por todas as unidades Tribunal e pelas 186 Zonas Eleitorais do Estado.

Diante do corte orçamentário imposto aos órgãos públicos e da vedação à nomeação de novos servidores – e, conseqüentemente, da impossibilidade de reposição da força de trabalho –, a Justiça Eleitoral reorganizou sua atuação, possibilitando que todas as suas atribuições fossem concretizadas.

Quanto às contratações, além daquelas essenciais para realização das eleições, tiveram destaque: a aquisição de softwares visando a garantia da segurança da informação; a aquisição de lâmpadas LED para efficientização energética; a contratação de postos de trabalho especializados em manutenção da rede de Internet (essenciais para manutenção dos serviços e atendimento aos eleitores); a aquisição de veículo 01 (um) veículo tipo caminhão (visando reduzir custos com transporte de materiais entre sede e zonas eleitorais) e de microcomputadores.

Há que se destacar, também o investimento realizado em segurança institucional, visando manter a proteção da força de trabalho e dos bens diretamente relacionados às atividades fim da instituição e ainda, as melhorias quanto a infraestrutura visando o aperfeiçoamento da execução das competências legais.

A seguir, passa-se a expor os aspectos mais relevantes das principais áreas da gestão durante o exercício.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Lei Orçamentária Anual de 2018 – Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 03/01/18 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a dotação orçamentária total de R\$ 301.163.402,00 (trezentos e um milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e dois reais). Cabe ressaltar que com os créditos adicionais, as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral e as dotações remanejadas para outras ações, o orçamento total disponibilizado foi de R\$ 377.977.559,01. Contudo, o Tribunal sofreu um contingenciamento de crédito no valor de R\$ 3.909.994,00, o qual resultou em um orçamento disponível para execução no valor de R\$ 374.067.565,01.

O quadro a seguir evidencia, de maneira sintética, os créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual, suas suplementações, provisões e cancelamentos, conforme ocorridos no decorrer do exercício, a saber:

Lei Orçamentária Anual de 2018		
Tipo de Crédito	Valor	%
Dotação Inicial	R\$ 301.163.402,00	79,68%
Dotação Adicional	R\$ 34.070.955,00	9,01%
Dotação Remanejada	-R\$ 5.187.651,00	-1,37%
Provisão para Biometria	R\$ 1.223.196,63	0,32%
Provisão para Pleitos Eleitorais	R\$ 46.707.656,08	12,036%
Total do Orçamento	R\$ 377.977.559,01	100,00%
Contingenciamento de Recursos – PSSS	R\$ 3.882.880,00	-1,03%
Contingenciamento de Recursos – Custeio	R\$ 27.114,00	-0,01%
Orçamento Disponível para Execução	R\$ 374.067,565,01	98,97%

Os gráficos a seguir demonstram os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual distribuídos por Indicador de Resultado Primário:

4%	Despesas discricionárias - Investimento	R\$ 13.535.561,00
9%	Despesas financeiras - PSSS	R\$ 29.364.931,00
10%	Despesas discricionárias - Custeio	R\$ 31.363.778,00
77%	Despesas obrigatórias	R\$ 251.872.442,00

Indicador de
Resultado Primário

Gestão Orçamentária e Financeira

Despesas financeiras: são as de responsabilidade da própria União. No caso em tela, trata-se da Contribuição Patronal da União sobre a folha de pagamento de pessoal, que atualmente corresponde a 22% sobre a base salarial.

Despesas obrigatórias: consistem na Folha de Pagamento de Pessoal Ativo e Inativos e seus benefícios, como a Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Funeral e Natalidade.

Despesas discricionárias: custeio e investimento são aquelas que o gestor tem a possibilidade de executar para atender as estratégias definidas na proposta e corresponderam a 14% do total do orçamento do Tribunal. Cabe ressaltar que, deste percentual, existem as despesas contratuais, as quais já estão comprometidas. No exercício de 2018, as despesas contratuais, corresponderam ao percentual de 66% do total das despesas discricionárias, restando ao gestor o percentual de 34% para atender a discricionariedade da execução do orçamento.

*As despesas com as Eleições e Biometria não estão contempladas nos gráficos acima, pois estão descritas a seguir.

Orçamento para Eleição

Na Ação Pleitos Eleitorais recebemos uma provisão no valor de R\$ 46.707.656,08.

Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos totalizaram o valor de R\$ 15.945.217,55. As principais despesas empenhadas para as Eleições de 2018 estão abaixo demonstradas

51,53%	Serviço extraordinário - Cartórios Eleitorais	R\$ 8.216.003,17
35,99%	Serviço extraordinário - Secretaria	R\$ 5.737.943,78
8,69%	Passivo de Banco Horas Eleitoral	R\$ 1.385.926,45
3,80%	Demais Despesas	R\$ 605.344,15

1,35%	Jetons	R\$ 215.515,28
1,06%	Juizes auxiliares	R\$ 169.033,13
0,76%	Eleições suplementares	R\$ 120.598,57
0,63%	Procuradores auxiliares	R\$ 100.197,17

Despesas com pagamento de serviço extraordinário a servidores: mantiveram a mesma proporção das Eleições de 2016, concentrando a maior necessidade junto aos cartórios eleitorais.

Despesas referentes ao pagamento de magistrados e procuradores: se referem à realização de sessões extraordinárias no período eleitoral, bem como às nomeações de juizes e procuradores auxiliares para atenderem ao grande volume de questões relacionadas à propaganda eleitoral.

Cabe destacar que desse total demonstrado acima, foi realizado no exercício 2018, com orçamento disponibilizado especificamente para esta finalidade, o pagamento de passivo de banco de horas eleitoral, o que correspondeu ao valor de R\$ 1.385.926,45.

Gestão Orçamentária e Financeira

Outras Despesas Correntes (custeio)

As despesas com custeio totalizaram em 2018 o valor de R\$ 30.762.438,53. Nos gráficos abaixo, demonstra-se a distribuição dos gastos

52,52%	Despesas de Funcionamento	R\$ 16.157.831,34
26,62%	Mesários	R\$ 8.189.077,48
18,02%	Urnas Eletrônicas	R\$ 5.544.859,88
2,83%	Demais despesas	R\$ 870.669,83

0,83%	Material de votação	R\$ 254.046,80
0,72%	Infraestrutura de TI	R\$ 220.996,58
0,31%	Treinamentos e reuniões	R\$ 95.630,86
0,30%	Locais de votação	R\$ 91.476,85
0,30%	Diplomação	R\$ 91.150,00
0,22%	Eleições suplementares	R\$ 67.116,83
0,16%	Divulgação do processo eleitoral	R\$ 50.251,91

Detalhamento das Despesas de Funcionamento

63%	Apoio Administrativo, técnico e operacional	R\$ 10.138.300,64
12%	Diárias	R\$ 2.020.683,49
9%	Locação de veículos	R\$ 1.439.648,41
8%	Demais despesas	
5%	Material de consumo	R\$ 884.761,67
3%	Passagens	R\$ 520.239,88

3%	Energia elétrica	R\$ 418.081,71
1%	Combustíveis	R\$ 157.209,52
1%	Limpeza e conservação	R\$ 152.574,78
1%	Serviços de comunicação	R\$ 145.000,00
1%	Telefonia	R\$ 101.935,97
1%	Serviços de transporte	R\$ 94.169,52
0%	Despesa diversas	R\$ 69.834,75

Detalhamento do Apoio Administrativo, Técnico e Operacional

66%	Auxiliar Administrativo e Supervisor	R\$ 6.746.922,48
18%	Estagiários	R\$ 1.786.689,56
6%	Outra	R\$ 599.096,63
4%	Recepcionista	R\$ 411.649,06
4%	Prestação de Contas	R\$ 376.450,00
2%	Correios	R\$ 217.492,91

2%	Eletricistas	R\$ 161.006,69
1%	Motoristas	R\$ 105.435,42
1%	Carregadores	R\$ 103.062,50
1%	Portaria	R\$ 81.640,60
1%	Outros	R\$ 60.684,09
0%	Suporte Informática	R\$ 46.101,87
0%	Copeiragem	R\$ 41.165,46

Gestão Orçamentária e Financeira

- Cadastro Eleitoral e Biometria

Na Ação Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor recebemos provisão no valor total de R\$ 1.223.196,93.

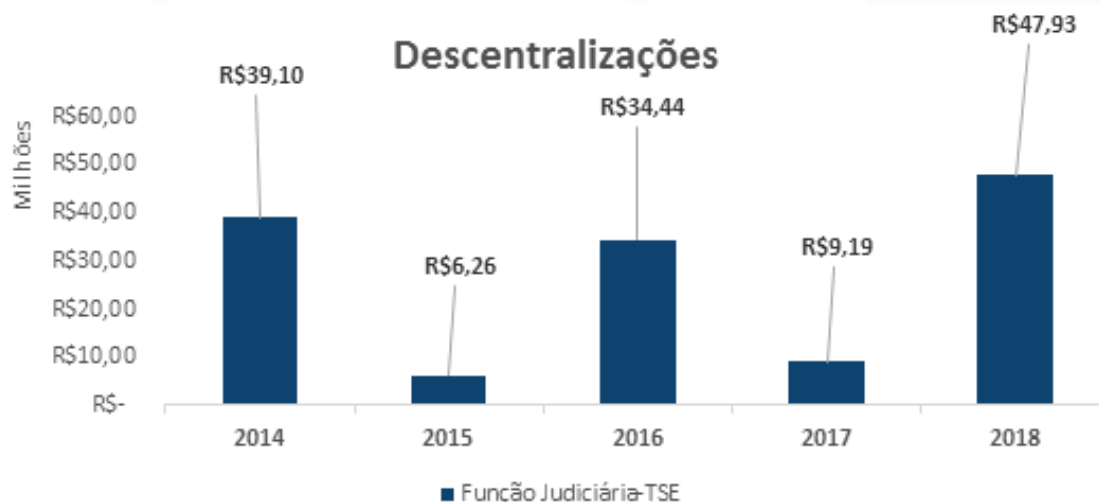
As principais despesas realizadas para a Biometria seguem demonstradas abaixo:

Biometria

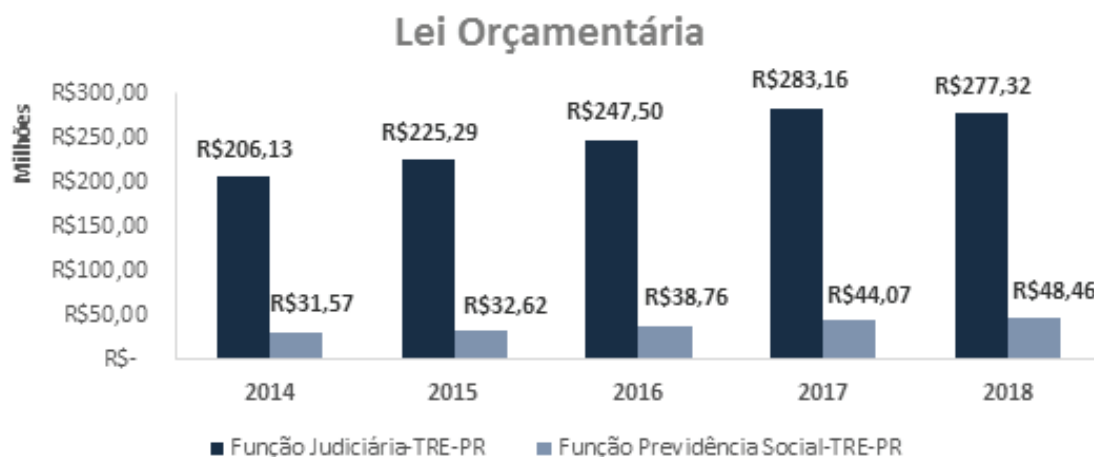
74%	Recepcionistas	R\$ 900.242,82
13%	Material de consumo	R\$ 157.120,50
6%	Diárias	R\$ 76.490,40
5%	Estagiários	R\$ 57.814,70
	Outra	R\$ 31.528,51
1%	Material de processamento de dados	R\$ 17.406,00
1%	Passagens	R\$ 10.726,04
0,28%	Limpeza e conservação	R\$ 3.396,47

▪ Evolução da Execução Orçamentária

Unidade Orçamentária		Função		Despesas Empenhadas			
				2018	2017	2016	2015
14101	TSE	02	Judiciária	47.930.853,01	9.190.088,88	34.443.543,44	6.255.061,70
14116	TRE-PR	02	Judiciária	277.319.067,72	283.156.569,94	247.504.328,39	225.287.109,02
14116	TRE-PR	09	Previdência Social	48.461.612,35	44.071.183,01	38.756.839,00	32.622.552,77
Total				373.711.533,08	336.417.841,83	320.704.710,83	264.164.723,49



Gestão Orçamentária e Financeira



No gráfico das descentralizações fica bastante evidente a bienalidade do orçamento para as eleições, bem como o seu crescimento durante este período. Com relação ao orçamento corrente, representado pela Lei Orçamentária verifica-se uma pequena variação positiva nas despesas Previdenciárias (Inativos, Pensionistas e Assistência Médica e Odontológica) e uma diminuição das despesas judiciais em 2018. A diferença dos valores de 2018 para 2017, decorreram em grande parte das despesas de Custeio e investimento, que tiveram um maior incremento em 2017.

Despesas Obrigatórias e Financeiras

2018

Ativos 66,46%	R\$ 186.637.079,36
Inativos 13,72%	R\$ 38.539.332,00
Encargos 10,46% Previdenciários	R\$ 29.364.931,00
Benefícios 5,86%	R\$ 16.455.972,97
Pensionistas 3,50%	R\$ 9.842.815,88

2017

Ativos 67,27%	R\$ 181.090.002,33
Inativos 12,51%	R\$ 33.664.586,23
Encargos 10,30% Previdenciários	R\$ 27.717.809,84
Benefícios 6,06%	R\$ 16.318.620,28
Pensionistas 3,87%	R\$ 10.406.596,78

Os gráficos acima demonstram que as despesas obrigatórias e financeiras de 2018 permaneceram praticamente nos mesmos patamares estabelecidos em 2017, ocorrendo uma pequena variação no grupo dos Inativos, a qual foi decorrente de novas aposentadorias. Observa-se que o maior gasto com despesas obrigatórias ocorre com servidores ativos, aqui compreendidos o pagamento de Servidores do quadro da Justiça Eleitoral, Membros da Corte, Juízes Eleitorais e Promotores Eleitorais.

Gestão Orçamentária e Financeira

Despesas Discricionárias

2018

Custeio 67,55%	R\$ 30.302.329,48
Investimento 25,77%	R\$ 11.562.462,85
Obras 4,35% e instalações	R\$ 1.950.000,00
Capacitação 2,33%	R\$ 1.046.292,06

2017

Custeio 65,10%	R\$ 32.764.913,90
Investimento 25,22%	R\$ 12.695.248,61
Obras 7,34% e instalações	R\$ 3.694.542,03
Capacitação 2,33%	R\$ 1.174.665,00

Na tabela abaixo, demonstram-se as 20 maiores despesas discricionárias, não incluídos os valores com Eleições e Biometria:

20 maiores despesas discricionárias		
1º Limpeza e conservação	R\$	5.353.906,82
2º Equipamentos de informática	R\$	4.777.817,21
3º Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$	4.699.483,44
4º Outros materiais permanentes e equipamentos	R\$	4.583.038,22
5º Manutenção predial	R\$	3.851.455,69
6º Estagiários	R\$	2.991.548,44
7º Energia elétrica	R\$	2.895.429,62
8º Obras e Instalações - Usina Fotovoltaica	R\$	1.950.000,00
9º Vigilância ostensiva	R\$	1.770.964,44
10º Aquisição de software	R\$	1.192.626,32
11º Despesas de teleprocessamento	R\$	1.063.836,27
12º Pac - Plano Anual de Capacitação	R\$	1.046.292,06
13º Material de consumo	R\$	924.373,15
14º Manutenção de software	R\$	798.266,09
15º Vigilância eletrônica	R\$	669.829,68
16º Diárias de servidores	R\$	631.170,54
17º Serviços de copa e cozinha	R\$	609.402,20
18º Material para manutenção de bens imóveis	R\$	471.111,78
19º Móveis	R\$	428.716,90
20º Telefonia	R\$	413.576,57
Obs: Excluídos os valores com Eleições e Biometria		

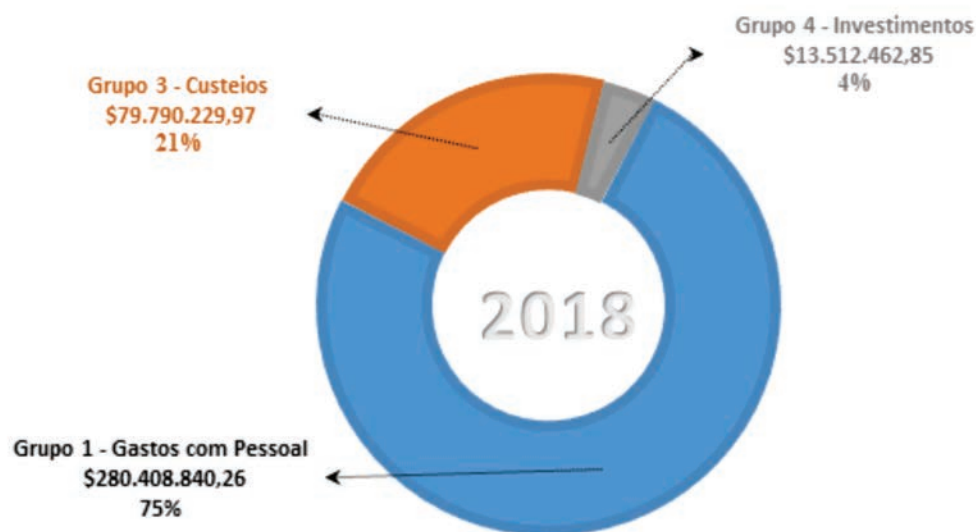
Gestão Orçamentária e Financeira

Execução Orçamentária 2018 por Programa, Projetos e Ações

	Programa Governo	Ação Governo		Dotação atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	48.540.148,00	48.461.612,35	48.461.612,35	48.461.612,35
0570	Gestão do Processo Eleitoral	09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	29.364.931,00	29.364.931,00	29.249.638,44	29.249.638,44
0570	Gestão do Processo Eleitoral	2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	5.706.960,00	5.705.169,88	5.700.838,43	5.700.838,43
0570	Gestão do Processo Eleitoral	20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	42.949.339,00	42.911.084,39	39.656.516,53	39.625.402,98
0570	Gestão do Processo Eleitoral	20TP	Ativos Civis da União	186.639.526,00	186.637.079,36	186.404.087,42	186.404.087,42
0570	Gestão do Processo Eleitoral	212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	10.985.808,00	10.750.803,09	10.750.803,09	10.750.803,09
0570	Gestão do Processo Eleitoral	4269	Pleitos Eleitorais	46.707.656,08	46.707.656,08	46.489.156,81	46.446.056,85
0570	Gestão do Processo Eleitoral	7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	1.223.196,93	1.223.196,93	1.205.506,93	1.205.506,93
0570	Gestão do Processo Eleitoral	7X25	Instalação do Gerador de Energia Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	1.950.000,00	1.950.000,00	498.649,90	498.649,90
Total				374.067.565,01	373.711.533,08	368.416.809,90	368.342.596,39

Gestão Orçamentária e Financeira

- **Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesas**
Valores Empenhados



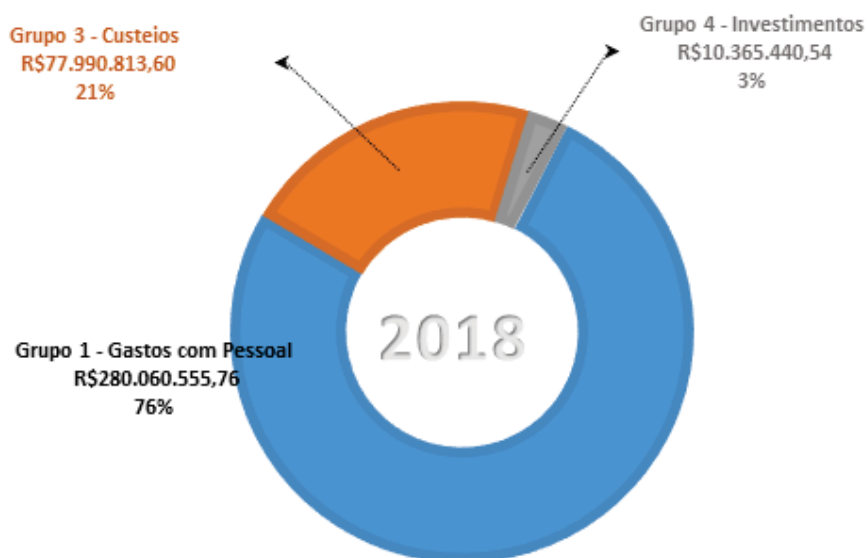
Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal)		
Elemento de Despesa	2018	2017
11 - Vencimentos e vantagens Fixas - Pessoal Civil	179.921.943,05	172.973.105,19
01 - Aposentados	38.520.055,60	33.662.898,35
13 - Obrigações Patronais	29.388.903,83	27.752.333,36
Demais elementos	32.577.937,78	26.432.836,46
TOTAL	280.408.840,26	260.821.173,36

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes (Custeios)		
Elemento de Despesa	2018	2017
39 - Outros Serviços de Terceiros	27.190.050,89	27.371.070,55
37 - Locação de Mão de Obra	18.458.796,03	15.297.266,05
46 - Auxílio Alimentação	8.722.379,05	8.675.006,70
Demais elementos	25.419.004,00	7.863.534,53
TOTAL	79.790.229,97	59.206.877,83

Grupo 4 - Investimentos		
Elemento de Despesa	2018	2017
52 - Equipamentos e Material Permanente	7.572.224,04	5.746.016,56
51 - Obras e Instalações	4.107.783,98	9.533.519,56
40 - Serviços de TI e Comunicação-PJ	1.192.626,32	0,00
Demais elementos	639.828,51	1.110.254,52
TOTAL	13.512.462,85	16.389.790,64

Gestão Orçamentária e Financeira

- **Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesas**
Valores Liquidados



Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal)		
Elemento de Despesa	2018	2017
11 - Vencimentos e vantagens Fixas - Pessoal Civil	179.690.970,91	172.973.105,19
01 - Aposentados	38.520.055,60	33.662.898,35
13 - Obrigações Patronais	29.273.611,27	27.752.333,36
Demais elementos	32.575.917,98	26.432.836,46
TOTAL	280.060.555,76	260.821.173,36

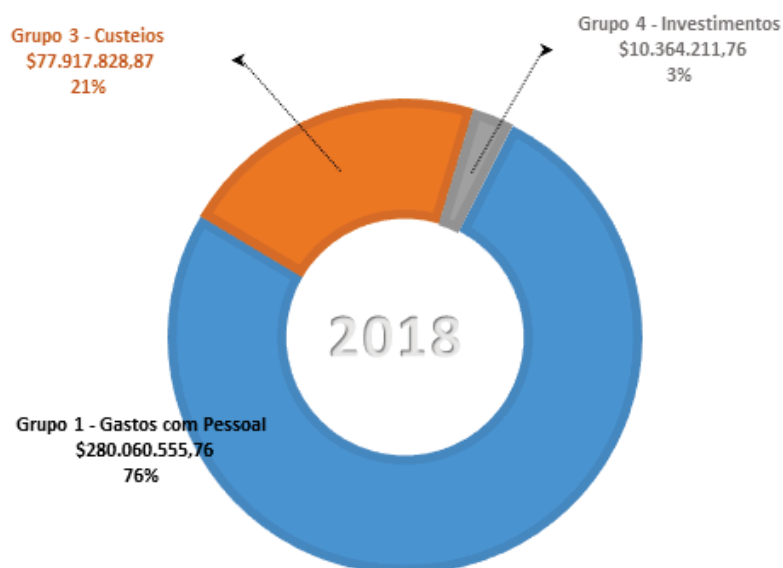
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes (Custeios)		
Elemento de Despesa	2018	2017
39 - Outros Serviços Serviços de Terceiros	26.192.183,87	27.371.070,55
37 - Locação de Mão de Obra	18.077.815,96	15.297.266,05
46 - Auxílio Alimentação	8.722.379,05	8.675.006,70
Demais elementos	24.998.434,72	7.863.534,53
TOTAL	77.990.813,60	59.206.877,83

Grupo 4 - Investimentos		
Elemento de Despesa	2018	2017
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.481.184,51	5.746.016,56
51 - Obras e Instalações	2.051.801,20	9.533.519,56
40 - Serviços de TI e Comunicação-PJ	1.192.626,32	0,00
Demais elementos	639.828,51	1.110.254,52
TOTAL	10.365.440,54	16.389.790,64

Gestão Orçamentária e Financeira

▪ Detalhamento das Despesas por Grupo e Elemento de Despesas

Valores Pagos



Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal)		
Elemento de Despesa	2018	2017
11 - Vencimentos e vantagens Fixas - Pessoal Civil	179.690.970,91	172.973.105,19
01 - Aposentados	38.520.055,60	33.662.898,35
13 - Obrigações Patronais	29.273.611,27	27.752.333,36
Demais elementos	32.575.917,98	26.432.836,46
TOTAL	280.060.555,76	260.821.173,36

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes (Custeios)		
Elemento de Despesa	2018	2017
39 - Outros Serviços Serviços de Terceiros	26.190.127,75	27.371.070,55
37 - Locação de Mão de Obra	18.006.887,35	15.297.266,05
46 - Auxílio Alimentação	8.722.379,05	8.675.006,70
Demais elementos	24.998.434,72	7.863.534,53
TOTAL	77.917.828,87	59.206.877,83

Grupo 4 - Investimentos		
Elemento de Despesa	2018	2017
52 - Equipamentos e Material Permanente	6.479.955,73	5.746.016,56
51 - Obras e Instalações	2.051.801,20	9.533.519,56
40 - Serviços de TI e Comunicação-PJ	1.192.626,32	0,00
Demais elementos	639.828,51	1.110.254,52
TOTAL	10.364.211,76	16.389.790,64

Gestão Orçamentária e Financeira

- **Gestão de multas**

Não se aplica.

- **Renúncia de Receitas**

Não se aplica.

- **Gestão de fundos e programas**

Não se aplica.

- **Depósitos judiciais**

Não se aplica.

- **Informações sobre indenizações a clientes no âmbito administrativo e judicial**

Não se aplica.

- **Gestão de precatórios**

Não se aplica.

GESTÃO DE PESSOAS

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SECGP) se ocupa do maior bem desta instituição: as pessoas que a compõe. Sua finalidade comporta a promoção do desenvolvimento e do bem-estar dos seus profissionais, propondo políticas de valorização e aprimoramento, assim como o acompanhamento da vida funcional, assegurando direitos e vantagens e orientando e fiscalizando quanto ao cumprimento dos deveres e aplicação da lei. Além do tratamento individualizado a cada magistrado, promotor, servidor, requisitado e estagiário, a secretaria se ocupa também com a distribuição da força de trabalho a fim de possibilitar que a instituição atinja seus objetivos.

A melhoria da gestão de pessoas implica, inicialmente, a devida e correta aplicação da legislação correlata, a transparência de seus atos, cuidado com a gestão dos recursos públicos (controle de reposição ao erário e correta destinação dos recursos), o conhecimento acerca de sua força de trabalho e o acompanhamento da despesa realizada com pessoal.

Conformidade Legal e Transparência

Para assegurar a conformidade com a Constituição Federal, a Lei 8.112/90, a Lei 11.416/2006, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná observa o conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Cumpre ressaltar que todos os atos de admissão, pensão e aposentadoria foram registrados no e-pessoal (sistema do TCU) dentro do prazo estabelecido de 60 dias e todos os atos julgados pelo TCU no ano de 2018 foram considerados legais (Acórdãos TCU- Segunda Câmara nº 8279/2018, 3878/2018, 1353/52018, 23/2018, 10324/2018 e 10335/2018). Em:

<https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia/inicio/>

No que tange à transparência e publicidade de seus atos, há a publicação na internet das informações sobre recursos humanos e remuneração (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/recursos-humanos-e-remuneracao-1>). As informações são atualizadas em tempo real, para melhor acompanhamento pela sociedade.

Reposição ao Erário e Fiscalização da Folha de Pagamento pelo TCU

Visando a correta aplicação dos recursos públicos, foram instaurados processos para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, autoridades eleitorais, aposentados e beneficiários de pensão civil, que geraram, um retorno aos cofres da União de R\$ 134.011,30.

Desde março de 2018 são disponibilizadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, mensalmente, as informações cadastrais e fichas financeiras de todos os servidores. Foram encontrados durante o exercício 2018 apenas 03 indícios, 2 já solucionados (pagamento a maior, já tendo havido reposição ao Erário e carga horário excessiva, indício arquivado tendo em vista a justificativa da servidora) e outro em análise (acumulação de pensão civil, pensão militar e aposentadoria pelo INSS).

Avaliação da Força de Trabalho

A força de trabalho do TRE-PR é composta por Membros da Corte e Juízes Auxiliares, que atuam apenas em segundo grau de jurisdição; Juízes Eleitores, que atuam apenas em primeiro grau de jurisdição; e servidores ocupantes de cargo efetivo, servidores requisitados, terceirizados e estagiários, os quais atuam tanto em primeiro (Zonas Eleitorais) como em segundo grau de jurisdição (sede do TRE-PR).

- **Membros da Corte, Juízes Auxiliares e Juízes Eleitorais:** conforme já informado anteriormente, o TRE-PR não possui magistrados de carreira. Dessa forma, os Membros da Corte e Juízes que atuam na Justiça Eleitoral continuam sendo remunerados por seus órgãos de origem e, em razão do desempenho de atividade na justiça especializada, recebem gratificação (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/estrutura-remuneratoria-membros-da-magistratura>). A Corte conta com 7 Membros – cada um tem um substituto – e 3 Juízes auxiliares. Nas Zonas Eleitorais (1º Grau) atuam 186 Juízes

- **Procuradores Eleitorais, Procuradores Auxiliares e Promotores Eleitorais:** são designados para exercer funções perante a Justiça Eleitoral e são remunerados da mesma forma que os Membros da Corte e Juízes Eleitorais. Em segundo grau atuam 1 Procurador Eleitoral – que conta com substituto – e 2 procuradores auxiliares. Nas Zonas Eleitorais (1º Grau) atuam e 186 Promotores Eleitorais.

- **Servidores:** em dezembro/18 o Tribunal contava com 821 cargos efetivos ocupados (entre técnicos e analistas) e 59 cargos vagos.

- **Requisitados:** seguindo o disposto na Resolução TSE 23.523/2017, os Tribunais Eleitorais e os Juízes Eleitorais podem requisitar servidores públicos ocupantes de cargo efetivo para prestar serviços à Justiça Eleitoral. Em 2018 o TRE-PR chegou a ter 146 requisitados (dados de outubro), porém, em dezembro/18 havia 134. Os requisitados são remunerados pelos seus órgãos de origem.

- **Terceirizados:** o Tribunal conta com 300 postos de trabalho terceirizados alocados em diversas funções (serventes, copeiras, encarregados, recepcionistas, telefonistas, carregadores, vigilantes, entre outros), distribuídos na sede e nas 186 Zonas Eleitorais. Durante o ano foi necessário ampliar a força de trabalho terceirizada em 743 postos de trabalho para atuar especificamente em atividades relacionadas às eleições (auxiliares administrativos). O número total de terceirizados no órgão, em dezembro/2018 era 573 (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-vi>).

- **Estagiários:** o TRE-PR dispõe de programa de estágio para estudantes de cursos de nível médio e superior. Em 31 de dezembro de 2018 o Tribunal contava 360 estagiários (282 estagiários em Zonas Eleitorais e 78 na sede). Além dos estagiários contratados pelo orçamento normal de 2018, por se tratar de ano eleitoral, foram contratados, com orçamento específico, mais 214 estagiários.

Força de Trabalho Dezembro - 2018

1	Servidor com exercícios provisórios
2	Procurador Eleitoral + Substituto
2	Procuradores Auxiliares
3	Juízes Auxiliares
14	Membros da Corte + Substitutos
59	Cargos Vagos
134	Servidores Requisitados
186	Juízes Eleitorais
186	Promotores Eleitorais
360	Estagiários
573	Terceirizados
820	Servidores Efetivos Ocupados

Servidores Efetivos

- **Distribuição por faixa salarial:** dos servidores efetivos, 377 são Analistas Judiciários (salário inicial de R\$ 11.616,61 e final de R\$ 17.442,23) e 443 são Técnicos Judiciários (salário inicial de R\$ 7.080,20 e final de R\$ 10.630,86), já contemplada a gratificação judiciária.
- **Escolaridade:** somente 9% dos Técnicos Judiciários possuem apenas a escolaridade exigida para o cargo, qual seja, nível médio, sendo que 59% possuem pós-graduação e 2% mestrado. Do total de servidores, 64% possuem especialização, mestrado ou doutorado.
- **Gênero:** há uma divisão equitativa entre os sexos: 416 (51%) são do sexo feminino e 405 (49%) masculino.
- **Etnia:** o recadastramento dos servidores será realizado em maio/19, a informação será incluída no próximo relatório.
- **Faixa etária:** a maior parte dos servidores (76%) se concentra na faixa etária dos 31 a 50 anos, seguidos por 20% na faixa de 51 a 60; 3% maiores de 60 anos e 1% até 30 anos. Tem-se, portanto, um percentual de 23% de servidores que estão próximos ou já completaram os requisitos para aposentadoria. Em 2018, houve 12 aposentadorias.
- **Situação funcional:** há 821 servidores efetivos ativos, 134 servidores requisitados de outros órgãos, 1 servidor de outro órgão federal com lotação provisória neste órgão, 164 servidores aposentados (1 membro da corte) e 39 instituidores de pensão (servidores que deram origem ao pagamento do benefício pensão por morte aos seus herdeiros legais).
- **Carreira:** a carreira do Tribunal prevê 13 padrões de vencimento e três classes ("A", "B" e "C"). Os servidores ingressam no Tribunal na classe A, padrão 1 e, com a progressão de carreira podem atingir a classe C, padrão 13. Os vencimentos de cada classe e padrão estão disponíveis no site do Tribunal: <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a>.

Área de trabalho e unidade de exercício: o TRE-PR disponibiliza no Portal da Transparência a tabela de lotação de pessoal, a qual pode ser acessada pelo link:

<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-219-2016-tabela-de-lotacao-de-pessoal>.

Há identificação da quantidade de servidores que atuam em 1º e 2º graus e ainda, nas demais unidades de apoio direto e indireto à atividade judicante.

Recadastramento dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas

Com o objetivo de minimizar os riscos afetos à gestão de pessoas, manter atualizado o cadastro dos seus servidores e fiscalizar possíveis irregularidades, como a acumulação ilegal de cargos/benefícios, exercício de atividades incompatíveis, nepotismo, entre outros, este Tribunal realiza de dois em dois anos o recadastramento de servidores ativos e anualmente o de servidores aposentados e pensionistas civis. Em 2018, foram recadastrados 154 aposentados e 46 pensionistas. O recadastramento dos ativos será realizado em 2019.

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

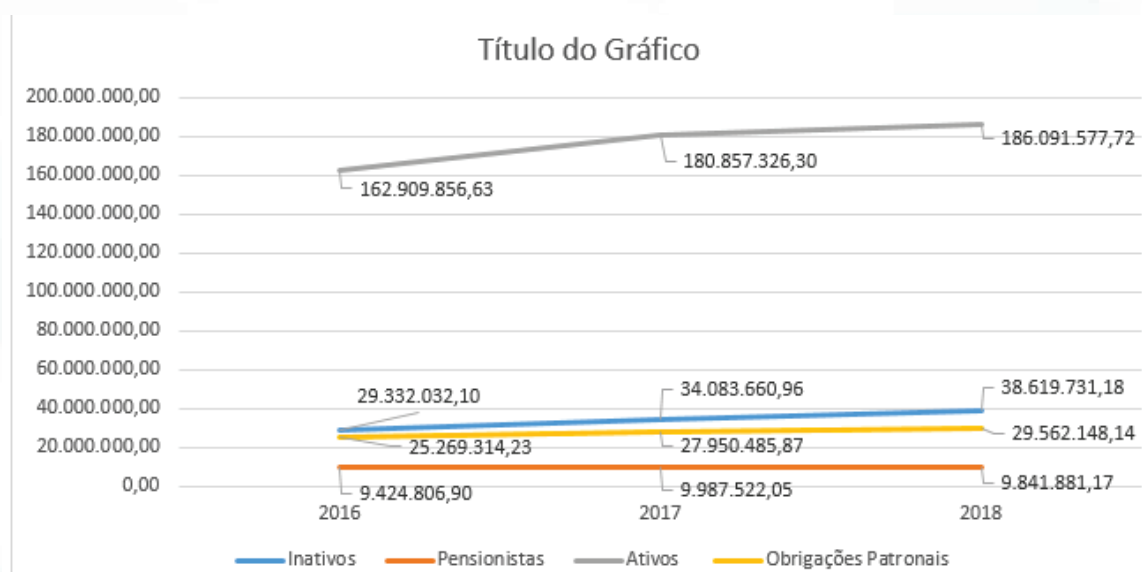
No TRE-PR, assim como nos demais órgãos do Poder Judiciário da União, o recrutamento dos novos servidores é realizado por meio de concurso público. No ano de 2018, por restrição orçamentária, foram nomeados apenas 08 Analistas e 03 Técnicos Judiciários. Os servidores nomeados são lotados na sede ou em um dos 186 Cartórios Eleitorais, conforme as vagas em aberto. Tem prioridade na escolha de lotação o servidor melhor classificado no concurso público.

As mudanças de cidade são realizadas por meio de concurso de remoção interno, no qual o tempo de atividade no órgão conta como principal critério. Em 2018 não foi aberto nenhum concurso de remoção, haja vista a realização das eleições, estando o concurso previsto para janeiro de 2019.

Na sede do TRE-PR, por contar com mais unidades dentro da mesma cidade, uma vez que se divide em Secretarias, Coordenadorias e Seções, para a alocação dos servidores oportuniza-se a realização de concurso interno de seleção para as vagas abertas.

No ano de 2018 foram abertas 7 oportunidades de mudança de unidade, sendo que em 6 delas estavam incluídas, além da lotação, também a designação para ocupação de funções comissionadas (FC-5, FC-4 e FC-3). Desde 2016 já foram realizados, no total, 80 processos para alocação de pessoal, no qual se buscou preencher a vaga da unidade com o perfil de servidor mais indicado para o trabalho.

Detalhamento da Despesa com Pessoal (ativo, inativo e pensionista)

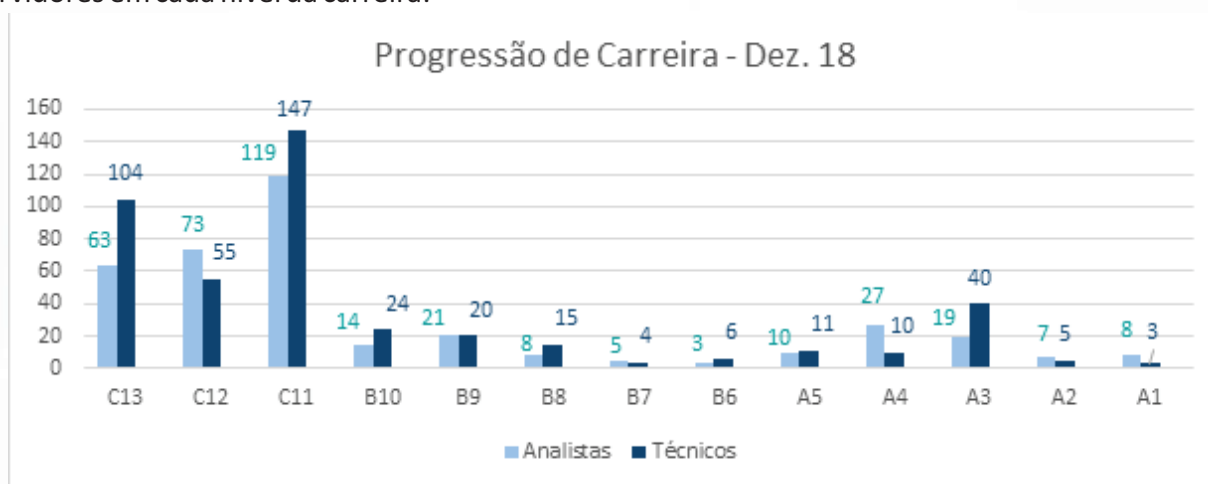


A despesa com os ativos teve incremento, em virtude da aplicação da Lei nº 13.317/2016. Em relação aos aposentados, o aumento se deve principalmente à elevação no número de aposentadorias: em dezembro de 2016, eram 136 aposentados; em 2017, 154 e, em 2018, 164 (28 aposentados a mais em 02 anos). O pagamento de pensões teve leve queda, em razão do falecimento de pensionistas e poucas novas concessões (em 2016 eram 49 pensionistas; em 2017, 46; e, em 2018, 43). Cabe observar o número de pensionista é diferente do número de instituidores de pensão, pois alguns instituidores podem ter mais de um pensionista (ex: esposa e filho).

Também visando à melhoria da gestão de pessoas, foram implementadas diversas ações, como estudos para viabilização do eSocial, projeto de alocação de pessoas, criação de equipes de apoio, avaliação de desempenho contínua dos servidores, ações de capacitação e ações direcionadas à qualidade de vida dos servidores.

Avaliação de Desempenho, Remuneração e Meritocracia

Avaliações de desempenho e estágio probatório: a avaliação periódica dos servidores é uma obrigatoriedade imposta pela Constituição Federal, Legislação Federal e Regulamentos internos. Os critérios para avaliação são previstos nas Resoluções TRE-PR nº 524/2008 (servidores em estágio probatório) e nº 666/2014 (servidores estáveis). As avaliações de desempenho são anuais e todos passam por ela. Para avançar na carreira (há 13 padrões, divididos nas Classes “A”, “B” e “C”), o servidor precisa ter avaliação satisfatória, média 7, no desempenho. Em dezembro/2018 o TRE-PR contava com 83 servidores em estágio probatório; 570 servidores ainda progredindo na carreira; e 167 servidores na última classe e no último padrão da carreira. O gráfico abaixo indica a quantidade de servidores em cada nível da carreira:



Remuneração: atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados na página do Tribunal os padrões de vencimento:

(<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-a>) e também a remuneração dos servidores:

(<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-viii-out-2012>). Não há política de participação de empregados e administradores nos resultados do Tribunal, que não se dedica ao exercício de atividade econômica.

Cargos Gerenciais e Funções Comissionadas

- **Cargos gerenciais:** 100% dos cargos gerenciais (CJ-1, CJ-2, CJ-3 e CJ-4) são ocupados por servidores de carreira, do quadro efetivo do Tribunal.

- **Funções comissionadas:** das funções comissionadas (FC-6, FC-5, FC-4, FC-3 e FC-1), 90,43% são ocupadas por servidores efetivos do Tribunal, 6,14% por servidores efetivos removidos de outros Tribunais, 3,25% por servidores requisitados de outros órgãos públicos e 0,18% por servidor em lotação provisória.

Os valores dos cargos em comissão e funções comissionadas são previstos na lei nº 13.317/2016 e divulgado na página do Tribunal:

(<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/remuneracoes/resolucao-cnj-102-2009-anexo-iii-b>). Não há previsão para pagamento de gratificação de desempenho no TRE-PR.

Capacitação

Procurando aprimorar a qualidade técnica do trabalho, buscando mais eficiência nas entregas e estimulando o aperfeiçoamento contínuo, no ano de 2018 foram realizados 159 cursos, com 2.160 participantes. O maior número de capacitados se concentrou na área jurídica, seguido da área administrativa e de gestão.

ÁREAS	Nº DE CURSOS	SERVIDORES CAPACITADOS	PRESENCIAL	EAD
Tecnologia da Informação	28	338	141	197
Judiciária	32	780	771	9
Administrativa e Gestão	55	513	484	29
Responsabilidade Social	6	357	357	0
Educação	35	35	35	0
Saúde e Qualidade de Vida	3	137	137	0

- Houve também o pagamento de 13 bolsas de estudo para graduação e 18 para pós-graduação, contemplando, pois, 31 servidores.
- Conclusão do curso de especialização em Direito Eleitoral e Processo Eleitoral: realizado em cooperação com a Universidade Positivo para 46 servidores e 4 juízes.

Qualidade de Vida dos Servidores e no Ambiente de Trabalho

- **Comunicação Não Violenta:** foi instituído o projeto de comunicação não-violenta – CNV, que fundamenta-se em quatro eixos: observação imparcial, sentimentos, necessidades e pedido. O método propõe: observar o que está acontecendo de fato, sem prejulgamento ou juízo de valor; identificar o que sente em relação àquilo que observa; e comunicar as necessidades e anseios que nascem dos sentimentos que identificou, pedindo de forma clara e concreta, sem aguardar adivinhações. Trata-se de uma invariante que pode ser aplicada em todas as áreas da vida, seja profissional, pessoal, social ou familiar. A CNV foi exposta nas reuniões com os partidos políticos e com a imprensa no período eleitoral, divulgada aos advogados, contadores e também aos servidores da justiça eleitoral, tanto da capital, como do interior, que propagaram para todos os colaboradores que atuaram nas últimas eleições (mesários, administradores de prédio, auxiliares de serviços eleitorais, etc), atingindo aproximadamente 200.000 pessoas.

- **Exames médicos periódicos:** visando a saúde dos servidores, melhorando sua qualidade de vida e diminuindo os índices de afastamento ao trabalho, foi implementado o exame periódico. Realizaram o exame 253 servidores e 46 estagiários, lotados na Sede e Cartórios de Curitiba.

- **Sala Quíron:** inaugurada em 2018, propõe-se como um espaço de convivência. As práticas realizadas no espaço são voltadas para a qualidade de vida no trabalho e prevenção de afastamento.

- **Ginástica laboral:** foi contratado o serviço de ginástica laboral para os servidores da sede, com aulas 03 vezes por semana, com média de 15 minutos cada aula.

- **Eventos específicos voltados para a qualidade de vida:** 14ª Corrida Noturna Unimed - Parceria Unimed; palestras Saúde Mental, Ginástica Cerebral, Qualidade de Vida no Trabalho, Saúde Emocional - Parceria Unimed; curso sobre Inteligência emocional para administração de conflitos; Encontro no Parque Barigui, corrida e caminhada e Manhã saudável e em movimento no Parque Barigui - Parceria Unimed.

Canal Fale Conosco – Servidores: é um canal de comunicação direto/restrito/exclusivo com a Secretaria de Gestão de Pessoas, a fim de oportunizar que, em tempo real, o servidor possa apresentar alguma sugestão de melhoria ou relatar algum problema/pressão que esteja sofrendo.

Teletrabalho

O teletrabalho – modalidade de trabalho executado fora das dependências do Tribunal, com a utilização de recursos tecnológicos – foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral pela Resolução TSE nº 23.586/20018 e regulamentado pela Portaria TSE nº 708/2018. Tem como objetivos, entre outros: promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade; aumentar a produtividade e a qualidade do trabalho dos servidores; contribuir para a melhoria da sustentabilidade socioambiental; ampliar a possibilidade de trabalho a servidores com dificuldade de deslocamento.

Conforme prevê o artigo 2º da Resolução TSE nº 23.586/20018, a realização do teletrabalho é facultativa aos Tribunais Regionais Eleitorais, a critério dos gestores de cada unidade, e restrita às atribuições em que seja possível mensurar objetivamente o desempenho, não se constituindo, portanto, direito ou dever do servidor.

Em 2018 foi implantado um projeto piloto de teletrabalho no TRE-PR, submetendo 2 servidores ao regime. O sucesso do projeto pode ser constatado em números, visto que os servidores envolvidos não só alcançaram a meta estabelecida no plano de trabalho inicial como também superaram o índice de produtividade do próprio setor.

Oportunidades e Desafios

Um dos principais desafios a ser enfrentado consiste no dimensionamento da força de trabalho, considerando-a nas dimensões quantitativas e qualitativas, objetivando: manter o quadro de pessoal ao longo dos anos; otimizar o uso do capital humano; preparar (capacitar), alocar e direcionar os servidores de forma adequada; e manter o conhecimento acumulado (preparação de sucessores), sempre pensando nos desafios presentes e futuros da Administração Pública. Por meio do dimensionamento da força de trabalho é possível identificar lacunas ou excessos e desenvolver estratégias de gestão de pessoas (realocação, contratação, desenvolvimento, terceirização, etc.) para solucionar os problemas encontrados.

Outro grande desafio que se impõe é a implantação do eSocial, devido à quantidade e complexidade das informações exigidas e à dependência de desenvolvimento e adaptações de sistemas a serem realizados pelo TSE. Sua implantação trará muitos benefícios à Gestão de Pessoas, reduzindo a burocracia, uma vez que substitui diversas declarações exigidas atualmente, minimizando o risco de erros e agilizando a gestão das informações cadastrais, previdenciárias e tributárias dos servidores deste Órgão.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conforme orientação do TCU quanto à gestão da rotina de trabalho, foi elaborado um manual com o resumo de todas as principais atividades relacionadas à área de licitação e contratos. Desse modo buscou-se reter conhecimentos e padronizar as rotinas de trabalho e controles internos nas unidades operacionais, tais como: manual das seções, modelos, mapeamento do processo de contratação por registro de preços, via PAD, e seu fluxograma no Bizagi, diversos check-list, padronização de contratos, padronização de minutas de editais por categoria, designação formal em todos os processos de contratação de fiscais e gestores, minutas padrão de aditivos e dos termos de dispensa e inexigibilidade de licitação, lista de verificação de procedimentos de seleção do fornecedor, adoção de pagamento realizado por medições e ANS, segregação de funções para recebimento provisório e definitivo, implementação de adoção de equipe de planejamento para elaboração dos estudos técnicos preliminares incluindo, sempre que necessário, um servidor da área Administrativa para

Licitações e Contratos

contratações exigidas pela IN 05/2017, adoção de ferramenta de pesquisa de preços, a fim de ampliar a pesquisa de valores resultantes de licitações, entre outros.

Com a necessidade de implantação da gestão de riscos, no mesmo formato instituído pelo Comitê de Riscos, foram implementados diversos controles internos nas unidades operacionais a fim de minimizar os riscos nas contratações em suas diversas fases, conforme citado acima.

Com base na Resolução 775/2017 do TRE-PR, foi elaborado pela SECGA um manual de gestão de riscos nas contratações e o mapa de gestão de riscos nas suas diversas fases do processo, a fim maximizar os recursos na promoção de um serviço público de qualidade, economizar esforços, reduzir perdas e custos, além de fornecer base sólida e segura para tomadas de decisão e planejamento, tornando esse processo uma poderosa ferramenta para os gestores do setor público. Salienta-se ainda, que não temos um sistema ou software para monitorar de forma otimizada e compartilhada.

Mas, como forma de testar nosso material fizemos o mapa de riscos na contratação da implantação da usina fotovoltaica em Paranavaí, por ser esse um projeto inovador e de grande porte e que trará uma economia significativa de recursos financeiros para o TRE-PR.

Conformidade Legal

Para o desempenho das atividades relacionadas a licitações e contratos, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná observa um conjunto de competências e regramentos próprios e estabelecidos pelos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, bem como Ministério da Fazenda, em especial: Resolução TSE 23.474/2016; Resoluções TRE/PR 756/2017, 759/2017, 766/2017 e 815/2018; e Instrução Normativa MPOG 05/2017.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

- Detalhamento das Contratações NOVAS (nº de processos)

Contratações Efetivadas - 2018	6	Participações
	10	Registro de Preços
	13	Adesões
	54	Pregões
	97	Inexigibilidades
	146	Dispensas

- Detalhamento dos GASTOS das contratações por finalidade

Cumpra esclarecer que os GASTOS com contratações pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, no ano de 2018, não podem ser resumidos pela soma aritmética dos processos de contratação direta, de licitações e contratos formalizados naquele período. Isso porque, não só contratações firmadas em 2018 impactaram nos gastos do órgão, como também contratações continuadas e atas de registro de preços celebradas em anos anteriores.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Nesse sentido, o detalhamento dos GASTOS das contratações, por finalidade, pode ser resumido da seguinte forma:

Gastos com Contratações por Finalidade	2%	Biometria - R\$ 900.242,82
	41%	Eleições - R\$ 19.304.492,54
	58%	Ordinário - R\$ 27.385.213,05

* Os valores dos gastos estão discriminados nas planilhas orçamentárias financeiras.

** Considera-se gastos os valores empenhados no exercício financeiro de 2018.

- Compras compartilhadas: Adesão de Atas de Registro de Preços (RP) e Participações

Com intuito de seguir as diretrizes da política de contratações e os princípios da sustentabilidade previstos na Resolução TRE-PR nº 815/2018, bem como as metas do Fórum Governamental de Responsabilidade Social – FGRS, adotou-se algumas contratações em conjunto com outros órgãos públicos da Administração Federal, otimizando procedimentos e reduzindo custos com publicação, elaboração de edital e ato de adjudicação¹.

Assim, foram planejadas e executadas 19 compras compartilhadas com outros órgãos federais, sendo: 13 adesões de Ata de Registro de Preços e 06 Participações de outro órgão gerenciador, gerando uma economia estimada de R\$ 207.458,24.

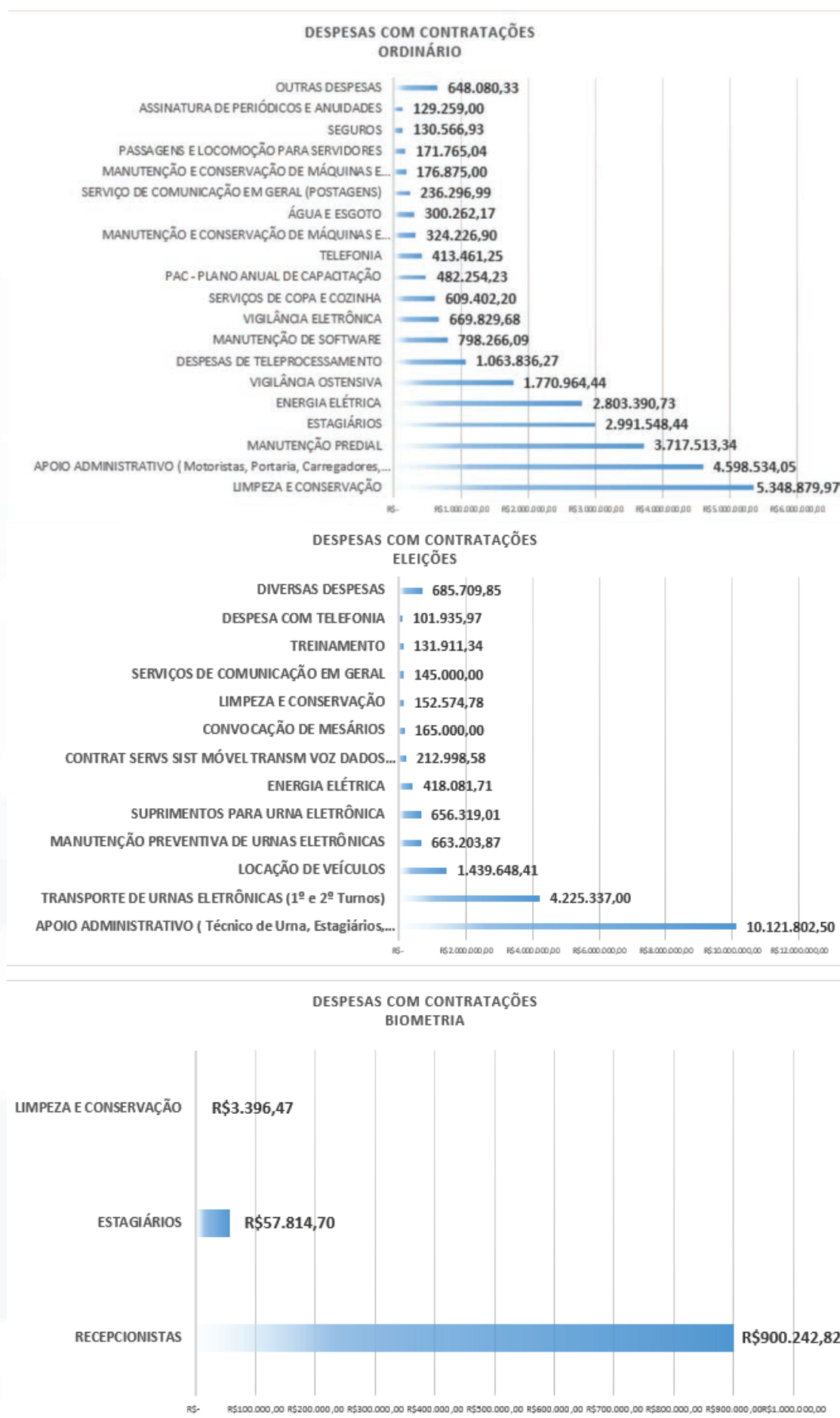
- Contratações de Serviços

Assim, analisando-se exclusivamente as contratações de SERVIÇOS, os GASTOS de 2018 podem ser assim resumidos:

¹ Conforme pesquisa realizada pelo Instituto Negócios Públicos em 2015, por processo, “a determinação da modalidade e projeto básico ou termo de referência custam R\$ 2.095,44; a elaboração de minuta do edital, contrato e publicação custam R\$ 3.954,17; o custo da abertura de propostas e habilitação dos interessados em ato público é de R\$ 1.475,27 e por fim a verificação nas conformidades do edital, adjudicação e homologação, e publicação do resultado custam R\$ 2.487,35”. Acesso em: 01.04.2019, disponível em:

https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=11895&n=voc%C3%AA-sabe-quanto-custa-uma-licita%C3%A7%C3%A3o? Assim, considerando-se a atualização da inflação pelo IGPM da FGV no mesmo período (1,2950298), conclui-se que o custo médio, por processo, economizado com a realização de compras compartilhadas é estimado em R\$ 12.966,14.

EXEMPLO de compras compartilhadas em 2018: aquisição de equipamentos de microinformática portátil (notebooks), desktops para renovação do parque computacional, cabinas de votação, caixas de urnas e bobinas de papel para urnas.



Observação: Nos 3 (três) gráficos acima foram considerados como “gastos” as “despesas empenhadas”.

Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

- Aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - security information and event management)

Justificativa: atender à necessidade de monitoramento de eventos de segurança da informação, conformidade com a PSI, conformidade para auditorias e com a política de backup e armazenamento centralizado de dados. Objetivo estratégico: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC e Satisfação dos usuários internos com os serviços de TI.

- Aquisição de lâmpadas de tecnologia led

Justificativa: atender as obrigações assumidas em função do Termo de Cooperação Técnica 4600013922/2017 assinado entre a COPEL DISTRIBUIDORA - COPEL DIS e o TRE-PR, para implementação de projeto de eficiência energética, regulamentado pela AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL, originado pela participação deste Tribunal na Chamada Pública da COPEL – PEE 2016. O Projeto de Eficientização Energética contempla ações nos Prédios Sede do TRE-PR em Curitiba, no Fórum Eleitoral de Curitiba e em mais 49 Fóruns no interior do estado do Paraná. Optou-se pela utilização das lâmpadas LED que é pautada pela elevada vida útil dessa tecnologia, que apesar de mais onerosa de imediato, ao longo do tempo representará economia, visto que haverá menor consumo de energia por lâmpada, menor custo de reposição com mão-de-obra de eletricista e eliminação dos reatores como equipamento essencial para o sistema de iluminação.

Objetivo estratégico: Aperfeiçoamento da Gestão e de Custos.

- Contratação de empresa para alocação e gestão de postos de trabalho especializados (técnico de manutenção de rede – helpdesk)

Justificativa: prestação de serviços técnicos continuados especializados em tecnologia da informação - TI nas dependências do Tribunal, para a operação da Central de Serviços de atendimento e suporte técnico de 1º nível remoto aos usuários internos, chamado Sistema de Service desk que são executados de acordo com as boas práticas descritas por meio da ITIL v3 (Information Technology Infrastructure Library).

Objetivo estratégico: Celeridade na Prestação Jurisdicional.

- Aquisição de um veículo 01 (um) veículo tipo caminhão, cabine dupla, com baú em alumínio com revestimento interno em madeira, para transporte de passageiros e cargas leves

Justificativa: aumentar a capacidade de atendimento da área de manutenção para o interior e proporcionar maior conforto e segurança às equipes de trabalho, considerando que há possibilidade de maior rotatividade, de modo a possibilitar as paradas para manutenção preventiva dos veículos, sem prejuízo das atividades rotineiras.

Objetivo estratégico: Aperfeiçoamento da gestão de custos.

- Contratações específicas para as Eleições, (transporte de urnas, veículo com motorista, táxi, auxiliares administrativos e recepcionista e contadores) foram abordados no item resultado da Gestão.

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

Como já esclarecido quanto aos processos de licitação, cumpre ressaltar que os valores efetivamente gastos com as contratações diretas por dispensa e inexigibilidade não podem ser resumidos pela soma aritmética das contratações realizadas em 2018, isso porque alguns contratos continuados e restos a pagar de anos anteriores repercutiram financeiramente no ano de 2018.

Como exemplo, cita-se a contratação do CIEE para estagiários. Referido contrato foi firmado no ano de 2017, porém, por ser um contrato continuado e ter sua vigência perdurado todo ano de 2018, seus gastos foram computados nos relatórios emitidos pela Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

- Contratação direta: participação nos processos de contratação

Quanto aos GASTOS totais efetivados no ano de 2018, ou seja, somando-se as contratações novas e antigas vigentes (fundamentadas pelo art. 24 e 25 da lei 8666/93), constata-se que as contratações diretas representam a participação de 3,77% do total pago com contratações no ano. Vejamos:

Despesas por modalidade de contratação	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Percentual em relação à Despesa Paga
1. Modalidade de Licitação	55.268.433,35	50.937.410,90	50.863.347,39	13,81%
1.1 Pregão	55.268.433,35	50.937.410,90	50.863.347,39	13,81%
2. Contratações Diretas	14.514.771,38	13.899.745,15	13.899.595,15	3,77%
2.1 Dispensa	11.987.876,19	11.420.827,58	11.420.677,58	3,10%
2.2 Inexigibilidade	2.526.895,19	2.478.917,57	2.478.917,57	0,67%
3. Regime de Execução Especial	25.213,65	25.213,65	25.213,65	0,01%
3.1 Suprimento de Fundos	25.213,65	25.213,65	25.213,65	0,01%
4. Pagamento de Pessoal	283.513.592,41	283.165.307,91	283.165.307,91	76,88%
4.1 Pagamento em Folha	280.408.840,26	280.060.555,76	280.060.555,76	76,03%
4.2 Diárias	3.104.752,15	3.104.752,15	3.104.752,15	0,84%
5. Outros	20.389.522,29	20.389.132,29	20.389.132,29	5,54%
6. Total (1+2+3+4+5)	373.711.533,08	368.416.809,90	368.342.596,39	100,00%

- Principais tipos de contratação direta

As contratações diretas no ano de 2018 foram baseadas nos incisos dos artigos 24 e 25, da Lei 8.666/93, conforme os seguintes fundamentos:

Dispensa de Licitação	Locação de Imóveis (art. 24, XX) - R\$ 22.000,00
	Adjudicação Direta (art. 24, VII) - R\$ 28.488,40
	Pelo Valor (art. 24, I e II) - R\$ 673.687,21
	Correios (art. 24, VIII) - R\$ 887.662,27
	Emergência (art. 24, IV) - R\$ 1.907.689,31
	Energia Elétrica e Gás (art. 24, XXII) - R\$ 3.048.869,69
	Estagiários - CIEE e SENAC (art. 24, XIII) - R\$ 4.852.280,70

Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

Inexigibilidades de Licitação	3%	Aquisição com fornecedor exclusivo (art. 25, I) - R\$ 63.739,85
	17%	Serviço técnico de natureza singular (art. 25, II) - R\$ 426.751,56
	80%	Inviabilidade de competição (art. 25, caput); R\$ 1.988.426,16

Justificativas para contratações diretas:

Cumprе ressaltar que as contratações baseadas nos incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93 foram destinadas, precipuamente, para pequenos reparos nos Fóruns do interior, bem como para o fornecimento de diversos itens indispensáveis para estruturar a Brigada de Incêndio do TRE-PR, tais como: 1054 luminárias de emergência; 1.924 placas fotoluminescentes de sinalização de segurança; treinamentos; serviços técnicos de bombeiro civil brigadista profissional para eleição de 2018; técnicos de segurança do trabalho; recarga de extintor de incêndio; aplicação de fitas antiderrapantes no Fórum Eleitoral; fornecimento de 192 barras de 3m de testeira de degrau plana, antiderrapantes em pvc flexível; coletes e braçadeiras, 50 cordões de crachá personalizado, bôtons, 30 cornetas e apitos para identificação dos brigadistas, entre outros.

Nas contratações por emergência, fundamentadas pelo art. 24 IV da Lei 8666/93, destacam-se as necessidades pontuais de contratação de mão de obra terceirizada para suprir contratos eventualmente rescindidos durante o seu prazo de vigência por inadimplemento contratual, evitando-se solução de continuidade e prejuízo aos serviços da Justiça Eleitoral num ano de eleições, tais como: contratação de encarregado de almoxarifado, almoxarife (estoquista) e marceneiro; de manutenção predial nos imóveis no interior do estado Paraná, manutenção predial na região metropolitana de Curitiba, posto de trabalho de auxiliar administrativo e supervisor; contratação de postos de limpeza de Londrina e de Maringá, totalizando em R\$ 1.733.954,08. No mesmo sentido, outra contratação extremamente importante e necessária foi destinada a construção de muro de contenção pluvial no terreno da usina fotovoltaica de Paranaíba de modo a evitar danos ao projeto de execução de instalação de usina.

Por outro lado, das 97 contratações por inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput e seguintes, o maior quantitativo foram as de capacitação, sendo efetuados diversos cursos abertos e “in company” para atender a necessidade de treinamentos dos servidores conforme previsto no Plano Anual de Capacitação 2018 levantado pela Gestão de Pessoas e Escola Judiciária.

Houve, ainda, contratação de empresas de consultorias e periódicos, tais como: Zenite, JML, Sollicita, Editora e Revista dos Tribunais, dispondo aos servidores do Tribunal o acesso a informações atualizadas na área de licitações e contratos, e demais matérias jurídicas, proporcionando-lhes os meios e condições necessárias à consecução de suas atividades.

Destaca-se, ainda, por ter sido a maior inexigibilidade pelo valor, a aquisição de 250 (duzentas e cinquenta) unidades de equipamentos do tipo Leitores Biométricos de Impressão Digital do modelo Watson Mini, produzidos pelo fabricante Integrated Biometrics, equipamento este homologado e em uso nos Kits Biométricos adquiridos pelo TSE, ao custo de R\$ 525.000,01.

Outra contratação por inexigibilidade de licitação com valor significativo, no total de R\$ 178.223,47, foi destinada a contratação de serviços de suporte para hardwares e softwares HPE instalados no datacenter do TRE-PR. Teve como finalidade assegurar, de forma eficiente, todos os sistemas, equipamentos e instalações em condições normais de operação, já que toda infraestrutura de contingência de backup, virtualização dos bancos de dados e armazenamento de algumas cargas estão hospedadas por equipamentos da marca Hewlett-Packard Enterprise.

Principais desafios e ações futuras

Muito embora o tribunal tenha atingido e superado as metas e indicadores estabelecidas pela Resolução TRE-PR nº 759/2017, novos desafios foram criados com o objetivo de realizar a melhoria contínua dos processos de contratação, transparência, economicidade e otimização da força de trabalho. São eles:

- a) Ampliação de medidas para incentivo à utilização consciente dos produtos adquiridos;
- b) Monitoramento dos riscos dos processos de trabalho, de modo que sejam conhecidos e mitigados adequadamente;
- c) Fomento de medidas para a avaliação constante do mercado fornecedor de produtos e serviços, de modo a aumentar a competitividade, preservar a lisura no processo de contratação e reduzir os seus custos;
- d) Ampliação de otimização de processos sancionatórios de modo a reduzir as hipóteses de rescisão contratual, e elaboração de normativo próprio para propiciar celeridade e segurança jurídica das decisões exaradas pela administração;

Além disso, com base na matriz do mapa de gestão de riscos elaborado e já testado no processo de contratação da implantação da Usina Fotovoltaica, nas contratações do ano 2019 serão selecionados alguns processos impactantes e complexos para mapeamento de riscos.

Outra proposta será mapear os processos contratados por emergência e mapear as causas e os tratamentos que deverão ser implementados para mitigar os riscos, diminuindo o número de contratações efetuadas por esse fundamento legal.

Na mesma diretriz da elaboração da norma de contratações, a fim de complementar e subsidiar os fiscais e gestores, será elaborado o manual de fiscalização de contratos para que se proceda a uma boa gestão além de definirem as atribuições de todas as figuras envolvidas na atividade de acompanhamento da execução contratual. E, também será finalizado normativo de aplicação de sanções administrativas compilando todos os normativos emitidos pelos órgão de controle nos dois últimos anos.

Um grande desafio para 2019 é o monitoramento do plano de contratações já que as diversas áreas demandantes ainda não estão alinhadas a um planejamento nas suas necessidades de contratações. Porém teremos como meta principal juntamente com a área orçamentária e financeira deste Regional o alcance de um índice significativo de aderência ao plano e durante o exercício revisar o plano de contratações corrigindo desvios.

GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

Na execução da gestão patrimonial e infraestrutura pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná são observados os princípios e regras norteadores da Administração Pública, em especial: Instrução Normativa 01/2010, da Secretaria de Logística da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Instrução Normativa nº 04/2010; Resolução TSE nº 23.474/2016; Resoluções TRE-PR n.º 654/93, 756/2017; 766/17, 790/2017 e 807/2018, NBR 9050:2015 (acessibilidade); Instrução Normativa TRE-PR 001/2017; e Norma Técnica nº 01/2014 da Política da TI do TRE-PR. Resolução CNJ nº 104/2010 e nº 176/2013.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Quando dos investimentos de capital realizados em 2018, primou-se pela Eficiência do Planejamento das Aquisições e pelo incentivo a Adoção de Práticas Sustentáveis e de Acessibilidade. Assim foram realizadas contratações com base em demanda existente e em projetos futuros, adquirindo bens que atendam a real necessidade do órgão, tanto na estrutura interna (servidores) quanto externa (cidadãos). As opções foram definidas baseadas em Estudos Técnicos Preliminares, que apontaram para a melhor solução no atendimento da demanda dentro do custo real de mercado.

- Imóveis

No exercício de suas atividades, a Justiça Eleitoral Paranaense utiliza 160 imóveis que fazem parte do Patrimônio Imobiliário da União. Na Capital, os imóveis são destinados para sede administrativa do TRE-PR, Fórum Eleitoral, depósitos, estacionamentos e Centro Logístico de Materiais. No interior do Estado, 152 imóveis são destinados aos fóruns eleitorais em funcionamento, além de 01 imóvel na cidade de Ribeirão Claro, onde será construído o Fórum Eleitoral daquela localidade, e 01 imóvel em Paranavaí, no qual está sendo instalada a Usina Fotovoltaica do TRE-PR.

Em atendimento ao contido na Portaria Conjunta da STN/SPU nº 703, de 10 de dezembro de 2014, em 2018 foi realizada a atualização do valor e regularização documental de 16 imóveis, lançando-se os respectivos dados no sistema SPIUNET, bem como nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. A relação completa dos imóveis pode ser acessada pelo link:

<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-informacoes-imoveis>.

- Infraestrutura e equipamentos

Visando atendimento aos objetivos estratégicos Institucionais, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná priorizou os investimentos em infraestrutura, na busca pela excelência na gestão de custos operacionais e no que refere-se ao PLS, na qualidade de vida.

Os principais investimentos de infraestrutura foram destinados: i) à construção da nova sede do Fórum Eleitoral de Cascavel, efetivando-se, em contrapartida, a devolução do imóvel antes ocupado, à Superintendência de Patrimônio da União; e ii) obras de ampliação dos fóruns eleitorais de São José dos Pinhais e Toledo.

Quanto aos equipamentos adquiridos no ano de 2018, destacou-se a oportunidade de fomentar a sustentabilidade no órgão. Assim, foram adotadas diversas medidas para aquisição de bens com critérios de sustentabilidade, realizando-se, para tanto, ampla pesquisa de mercado na busca de equipamentos com eficiência energética, madeiras certificadas para a confecção de mobiliário e divisórias, bem como padronização de mobiliário e materiais, etc. Assim, dentre os investimentos realizados em infraestrutura destacou-se a aquisição de mobiliários, guichês com acessibilidade, cadeiras para idosos, cadeiras de rodas, refrigeradores, micro-ondas, condicionadores de ar, impressoras de senha, telefones e fragmentadoras, bem como cadeiras, bebedouros e suporte para pés, tudo isso voltado para impactar positivamente e diretamente na melhoria do atendimento do público externo, assim como na qualidade de vida e diminuição de licenças médicas de servidores.

Destaca-se, ainda, outra importante aquisição do ano de 2018 e alinhada ao Objetivo Estratégico da Garantia dos Direitos de Cidadania, foi uma guilhotina gráfica para substituir o antigo maquinário utilizado há mais de 40 anos e que não preenchia aos requisitos de segurança da NR12, colocando em risco a integridade física dos usuários. Na área de tecnologia de informação também foram realizadas importantes aquisições, como, por exemplo, aquela destinada a 600 novas estações de trabalho e 280

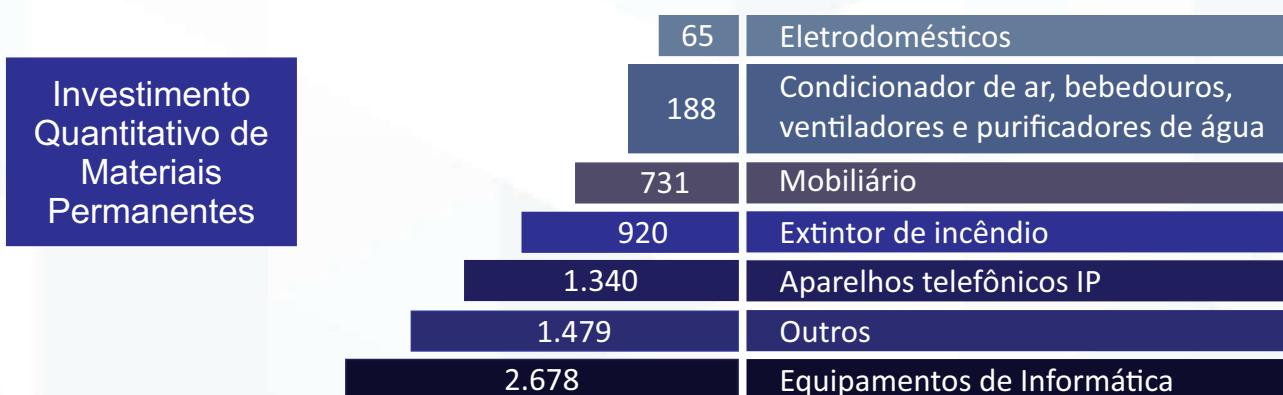
Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

notebooks – necessários para a padronização das configurações técnicas e balanceamento à evolução que os sistemas utilizados sejam facilmente suportados. A atualização tecnológica acelerada da área de TI aliada ao ganho econômico e operacional que a padronização de equipamentos de Hardware proporciona quando o porte de demanda é alto como o caso do TRE-PR são as maiores justificativas para ações que impactem direta e indiretamente a prestação do serviço fornecido à população, tudo aliado ao gerenciamento inteligente das manutenções necessárias, da distribuição e escalonamento aos usuários resultando em eficiência no tempo ocioso das máquinas e uso otimizado dos equipamentos. Todo esse planejamento e gestão impactam positivamente os objetivos estratégicos Institucionais de Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional. A melhoria da infraestrutura de governança de TIC reverte diretamente em eficiência convergente em atendimento, qualidade e confiança que a instituição detém.

Aquisição de equipamentos para gravação, produção e transmissão de vídeos “on line”, com instalação e treinamento, via intranet e internet, também foram destaques em 2018, na medida que objetivaram fortalecer mecanismos de transparência, de comunicação e de informação, possibilitando a transmissão e/ou gravação das sessões plenárias, de forma “on-line, em aderência à Resolução nº215, 16/12/2015, do Conselho Nacional de justiça, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei 12.527/2011, que prevê em seu artigo 22: “As sessões dos órgãos colegiados do Poder Judiciário são públicas, devendo ser, sempre que possível, transmitidas ao vivo pela internet, observada a regulamentação de cada órgão ou tribunal, bem como a disponibilidade orçamentária”.

Diante de todos os investimentos em bens permanentes realizados durante o exercício de 2018 pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná foram cadastradas 7.401 unidades de materiais, avaliados em R\$ 9.692.047,61, implicando em um acúmulo total de patrimônio de R\$ 116.365.400,74 em bens com esta natureza, consideradas as transferências efetuadas a favor de outras unidades gestoras, doações e desfazimentos.

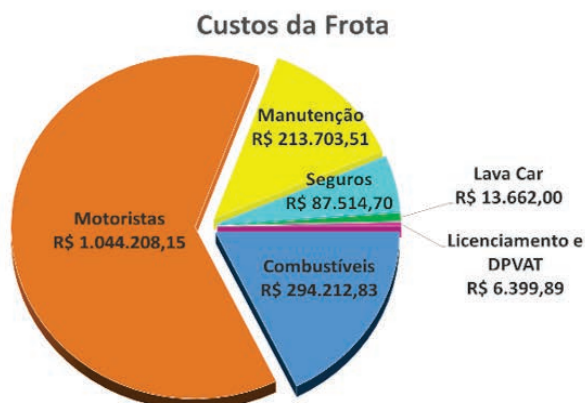
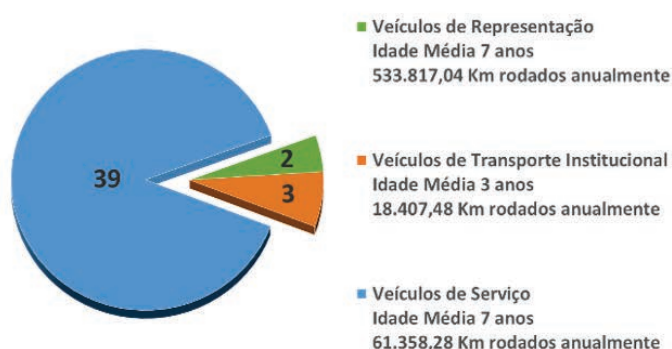
O gráfico abaixo demonstra os bens cadastrados em 2018, de acordo com as categorias mais relevantes;



Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Quanto a frota de veículos e utilização do serviço de transporte, conforme estudo realizado no âmbito do órgão concluiu-se que a melhor forma para atendimento às demandas de transporte, com menor custo para a Administração, se caracteriza por um método misto, com veículos da frota própria e também pela terceirização de serviços de transporte, posto que se constatou que a terceirização de serviços de transporte só se mostrou vantajosa para o atendimento em deslocamentos curtos e que não ocupem todo o expediente.

44 Veículos - 43 em perfeito estado e 1 inutilizado, sendo:



Atualmente, a substituição da frota ocorre com base na efetiva necessidade de serviço, na compatibilidade do dispêndio com o planejamento estratégico, e dotação orçamentária, regularmente normatizada pela IN 01/2017 deste TRE-PR.

Quanto aos veículos pertencentes à frota do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, a relação completa pode ser consultada no endereço <http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/veiculos-oficiais/relacao-de-veiculos-oficiais-do-tre-pr>.

- Segurança

O TRE/PR mantém indicador estratégico de segurança OE 10 - APERFEIÇOAMENTO DA SEGURANÇA INSTITUCIONAL, o qual identifica o grau de risco atribuído a cada Fórum Eleitoral, considerando os investimentos em cada Unidade com o objetivo de manter a segurança da força de trabalho (servidores, magistrados, requisitados e estagiários), bem como dos bens diretamente relacionados às atividade fim (urnas eletrônicas e processos físicos).

Foi elaborado o Diagnóstico de Segurança de Justiça Eleitoral, cujo documento, juntamente com o indicador estratégico, serve de base para atendimento às medidas de segurança e exigências do Conselho Nacional de Justiça. Foram executadas medidas decorrentes do referido diagnóstico, disponível no link (<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/acoes-de-seguranca>).

Investimento em Segurança	8%	Aquisições de Equipamentos e Materiais de Proteção e Segurança - R\$ 247.770,32
	21%	Contratos Continuados Interior - R\$ 683.119,98
	71%	Contratos Continuados Capital - R\$ 2.286.616,76

Aquisições de Equipamentos e Materiais de Proteção e Segurança: spark, rádio, esteira RX e uniformes

Contratos Continuados Interior: alarme monitorado para Fóruns do interior e barracão, além de vigilância armada de Paranavaí

Contratos Continuados Capital: vigilância armada, portaria e chaveiro

Manutenção e Administração dos Imóveis

A administração dos imóveis é feita conforme as normas de gestão do patrimônio. A Direção de cada um dos Fóruns Eleitorais é de responsabilidade dos Juízes das Zonas Eleitorais, bem como dos servidores dos respectivos Cartórios. Os imóveis da capital são administrados pelos servidores usuários. Como coparticipantes na gestão dos imóveis atuam as seções gestoras de manutenção e de administração predial. Visando preservar tais imóveis, são executadas inúmeras ações de reforma e manutenção. Somam-se a estes, por exemplo, os serviços de pintura dos imóveis do interior, atingindo-se 40 (quarenta) fóruns em 2018 no valor de R\$ 632.349,77.

Relativamente à prestação dos serviços feitos pelas equipes de manutenções (preventivas e corretivas), composta por servidores e/ou terceirizados, são realizadas, no mínimo, 3 visitas anuais em cada fórum. A média de gastos, por local/ano, com esses serviços é de R\$ 4.250,00 – Equipe volante composta por 3 encarregados + 2 oficiais eletricitas –, totalizando, para 152 fóruns, o montante estimado de R\$ 646.000,00.

Em razão da limitação das ferramentas existentes para a gestão patrimonial dos imóveis, o Tribunal com vistas a buscar solução dos problemas, empreende estudos específicos que resultaram na aquisição, em 2017, e posterior continuidade, em 2018, de dois sistemas auxiliares, um para gestão contratual e outro para manutenção predial. Os sistemas estão em fase de implantação, adequações e/ou customizações, testes e treinamentos, com utilização plena prevista para o primeiro semestre do ano de 2019.

O orçamento ordinário disponível para as ações de manutenção e administração dos imóveis, incluiu grande mobilização no sentido de priorizar grandes reformas de manutenção nos Fóruns Eleitorais em situação mais precária, com reforma de telhados visando corrigir infiltrações e adequação daqueles que ainda não atendiam completamente às normas de acessibilidade, considerando-se os requisitos técnicos definidos pela NBR 9050/2015.

Desfazimento de Ativos e Desmobilizações

- **Material permanente:** foi realizado o desfazimento de 4.022 itens de material permanente, avaliados em R\$ 613.305,33, destacando-se como maior doação aquelas relacionadas com equipamentos de informática, sendo realizadas com base no art. 5º do Decreto nº 99.658, de 30/10/1990, com a redação dada pelo Decreto nº 6.087, de 20/04/2007, na Ordem de Serviço TRE/DG nº 03/2016 - Art. 18, e de acordo com a Política de Gestão de Equipamentos de Tecnologia da Informação no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

- **Material de consumo:** foram doados 473 itens, avaliados em R\$ 8.254,37.

A relação dos desfazimentos encontra-se disponível em:

<http://www.tre-pr.jus.br/transparencia/desfazimentos/desfazimentos-concluidos>.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Dentre as desmobilizações relevantes destacam-se aquelas que envolveram 33 cidades sede de Fóruns Eleitorais que passaram pelo cadastramento biométrico (18 em 2017 e 15 em 2018) e que movimentaram 1.351 itens de materiais permanentes com uso da frota própria do Tribunal. Nada obstante, outras desmobilizações foram necessárias como aquelas destinadas para atender à troca do telhado, elétrica e lógica emergencial no Fórum Eleitoral de Sengés, decorrente de tempestade de granizo; reforma emergencial do anexo do Fórum Eleitoral de Pinhais, em função de queda de telhado; bem como as reformas de coberturas previstas para os Fóruns de Grandes Rios, Guaratuba, Porecatu e Mandaguaçu.

Principais melhorias na área de infraestrutura

No que tange a gestão da infraestrutura foram realizadas mudanças significativas em relação à telefonia, eficiência energética e acessibilidade e segurança:

- **Telefonia:** O TRE-PR possuía um sistema analógico de telefonia, Central Telefônica com tecnologia obsoleta e defasada e alto custo de manutenção, sendo essencial a implantação de uma nova solução de telefonia. Com a migração da telefonia analógica para a telefonia IP foi possível a agregação de funcionalidades não presentes no antigo sistema. O valor total do investimento foi de R\$ 574.610,40, sendo R\$ 285.211,40 referente a equipamentos e R\$ 289.399,00, a serviços. Além das várias mudanças que esta nova Central disponibilizará para este TRE-PR, ressalta-se o módulo de gerenciamento e análise de contas e faturas telefônicas, cujo objetivo é a redução no valor final das faturas/contas das operadoras de telefonia fixa e móvel. Em Curitiba (TRE-PR e Fórum Eleitoral) foi realizada a substituição e instalação de, aproximadamente, 670 (seiscentos e setenta) aparelhos telefônicos analógicos por aparelhos IP (simples e avançados) e no interior, a disponibilização de, aproximadamente, 190 (cento e noventa) novos ramais VOIP para as Zonas Eleitorais e Centrais de Atendimento ao Eleitor, o que promoverá a redução de custos, além da melhoria na qualidade dos serviços e procedimentos.

- **Projeto Copel – eficiência energética:** iniciado com a participação do TRE-PR na Chamada Pública da Copel, em 2016, visa à redução do consumo de energia elétrica mediante a substituição de parte dos equipamentos de ar condicionado por equipamentos mais eficientes, bem como substituição de todas as atuais lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED. Em 2018 foram concluídas as fases de aquisição de lâmpadas e equipamentos (ar condicionado) que serão eficientizados na sede do Tribunal. No interior do estado, em 49 Fóruns, serão substituídas 100% das lâmpadas fluorescentes por LED (aprox. 4.000 lâmpadas).

- **Acessibilidade e segurança - infraestrutura dos imóveis:** foram realizadas diversas ações relacionadas à acessibilidade e segurança nos fóruns eleitorais, entre as quais se destacam obras de reforma com acessibilidade nos Fóruns eleitorais de Formosa do Oeste e Assis Chateaubriand, instalação de elevador na sede do Tribunal; aquisição de 02 (dois) carros elétricos para uso de pessoa com deficiência, aquisição de escadas e andaimes em fibra de vidro, isolantes, adequados para serviços energizados, visando a segurança do trabalho nos Fóruns do interior do Estado; adequações dos imóveis com instalação de mecanismos específicos - Linhas de Vida visando segurança para trabalhos em altura nos Fóruns Eleitorais de Almirante Tamandaré, Araucária, Fazenda Rio Grande, Piraquara, Pinhais e São José dos Pinhais

Redução de custos dos serviços gerais de administração predial: no que diz respeito à busca da excelência na redução de custos operacionais, foi dada continuidade ao processo de redução dos custos relativos aos serviços continuados de limpeza, copa, carregadores, jardinagem e, ainda, da aquisição de água mineral. O processo de revisão dos quantitativos foi iniciado em 2016, visando à otimização e menor dispêndio orçamentário com as contratações continuadas. A redução da jornada de trabalho dos postos de limpeza do interior para 20 horas semanais, já adotada em 2017, foi mantida em 2018, permanecendo com jornada de trabalho de 40 horas semanais apenas em 4 Fóruns do interior. Na capital, os postos de trabalho de limpeza têm sido reduzidos desde 2016 e, em 2018, houve a supressão de 05 postos. Assim, tomando-se como base o ano de início do projeto (em que havia 32 postos na capital) a redução de postos de trabalho chegou a 28%, já que o ano de 2018 foi encerrado com 23 postos. Também houve revisão do número de intervenções anuais de jardinagem nos Fóruns do interior do Estado.

Principais Desafios e Ações Futuras

Entre os principais desafios e ações futuras do Tribunal pode-se destacar:

- **Segurança Institucional:** concluir os estudos para implantação do CFTV nos Fóruns do interior, incluindo monitoramento, com menor custo; implementar o Acordo de Cooperação com a Polícia Militar para apoio constante no TRE-PR; criação da área de inteligência; e implantação de Sistema de Controle de Acesso no Edifício Sede e Fórum de Curitiba.
- **Redução de Custos dos contratos continuados voltados à administração predial:** realizar estudo para implantação da gestão integrada de serviços, como, por exemplo, “FACILITIES”, visando incluir em única contratação os serviços de limpeza, copa, recepcionista, telefonista, portaria, operação de CFTV ou substituição de formato atual de serviços específicos por outro mecanismo, como, por exemplo, máquinas de café ou limpeza geral semanal, ao invés de serem mantidos postos permanentes; preservação do padrão de qualidade dos imóveis da Justiça Eleitoral, com reformas e manutenções suficientes; melhoria dos procedimentos de gestão e fiscalização dos contratos, com a publicação de normas e manuais, melhor segregação de funções, assim como utilização de sistemas específicos.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O macrodesafio relacionado à Tecnologia de Informação é a Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC, o qual reflete nos demais, dentre os quais: Garantia dos Direitos de Cidadania; Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; e Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

As estratégias e metas de implementação dos objetivos durante o ano de 2018 incluíram a consolidação do PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação) para o biênio 2018-2019, bem como do Plano de Contratações e Aquisições.

Conformidade Legal

No exercício de suas atividades são observadas, além do conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União, a Portaria TRE-PR DG nº 425/2018 que institui o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.

Modelo de Governança de TI, Planejamento e Gestão

O modelo de governança de TI adotado pelo TRE-PR prevê a atuação em três esferas:

- **Conselho de Governança:** composto pelos membros da alta administração do TRE-PR.
- **Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação:** composto por Secretários das áreas de negócio do Tribunal e Zonas Eleitorais, pelo Secretário de TI e Coordenadores. É responsável, entre outros, pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito institucional.
- **Comitê Executivo de Tecnologia da Informação:** composto pelos titulares da Secretaria, Coordenadorias e Gabinete da SECTI. responsável, entre outros, pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

No que se refere ao planejamento e gestão, no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação, foram realizadas as seguintes ações:

Modelo de Governança de TI, Planejamento e Gestão

- **Revisão do portfólio da TI:** organização das demandas cadastradas para refletirem o momento atual, informando quais serão tratadas como projetos, mudanças ou liberações, além de atualizar as informações pertinentes.

- **Implantação da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas, que se baseia em metodologia Ágil de Gerenciamento de Projetos, com ciclos de trabalho chamados de *sprints*:** é utilizada a ferramenta JIRA para o acompanhamento das atividades.

- **Novo Portal e Catálogo de Serviços de TI v. 2.0:** consolidação do novo catálogo de serviços, reorganizando as informações de acordo com as necessidades atuais do Tribunal.

Desenho de Processos – Alteração de Organograma, Planejamento de TI (PETI / PDTI), Solicitação de Certificados Digitais, Requisição de Mapeamento de Processos, Fluxos de Demandas, Projetos e Liberações.

Montante de recursos aplicados em TI

No ano de 2018, foi aplicado o montante de R\$ 6.400.221,73 em investimentos, sendo que o custeio alcançou o valor de R\$ 3.406.647,53 recursos executados diretamente pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Além desses valores, R\$ 673.114,39 foram executados por outras secretarias em itens de TI.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

As 5 maiores contratações do período foram:

- Aquisição de 600 microcomputadores – R\$ 2.727.274,00;
- Aquisição de 280 notebooks – R\$ 1.344.876,40;
- Backbone Secundário de comunicação entre os cartórios eleitorais e o TRE-PR – R\$ 718.123,91;
- Aquisição de licenças de software Oracle Database Enterprise – R\$ 588.956,72;
- Aquisição de 197 no-breaks – R\$ 510.730,00.

Principais projetos e resultados na área de TI

Os principais projetos desenvolvidos pela SECTI no ano de 2018 foram os seguintes:

- **Gestão de patrimônio com utilização da ferramenta RFID:** participação de servidores na equipe de planejamento, que resultou na contratação de uma consultoria especializada para análise do ambiente do TRE-PR. A consultoria foi realizada e os apontamentos serviram de base para os estudos necessários à contratação de uma solução de RFID;
- **Projeto Outsourcing de Impressão:** realização de um piloto, com centralização das impressoras em pontos específicos, visando otimizar o uso de papel, toner e energia. Essa centralização servirá para subsidiar com estatísticas reais uma possível contratação de outsourcing no futuro;
- **Renovação do parque tecnológico** em 25%, sendo adquiridos 600 conjuntos completos de microcomputadores; 280 notebooks e 600 Discos Flash (SSD) internos, conforme NT 001/2014 (Política de Aquisições de TI);
- **Aquisição de 250 leitores biométricos** (impressões digitais) para substituição de equipamentos defeituosos, em iniciativa única entre todos os regionais do país;

Principais projetos e resultados na área de TI

- **Eleições comunitárias:** apoio e atividades diversas (validação de dados, parametrização, treinamento, etc.) de 64 eleições comunitárias com urnas eletrônicas;
- **Projeto - Novo Zimbra:** implantação de nova versão do sistema de colaboração Zimbra, com novas funcionalidades e suporte técnico da empresa por 36 meses; elaboração e execução do treinamento EAD Zimbra para os servidores (300 vagas disponibilizadas com ótimo feedback dos servidores que fizeram o curso);
- **Projeto – FOG:** implantação de novo sistema de preparação dos microcomputadores, que proverá maior padronização das imagens (sistemas instalados) dos microcomputadores e notebooks e agilizará a preparação daqueles que ficam no interior do estado, diminuindo o tempo das atuais 7 horas para 45 minutos por equipamento. A solução é totalmente baseada em software livre, sem ônus para o TRE-PR;
- **Projeto - Servidor de Arquivos FS:** migração do servidor de arquivos para a infraestrutura de servidores nova, muito mais ágil, segura e veloz, totalmente guiados pela Central de Serviços (CS). Houve uma melhor integração do servidor de arquivos ao sistema de gerenciamento de identidades (AD/Hórus);
- **Projeto - Transmissão ao Vivo:** implementação da solução de transmissão ao vivo dos eventos realizados no auditório para as Zonas Eleitorais do interior. Foram realizadas em 2018 aproximadamente 48 transmissões. O sistema também pôde ser utilizado para transmitir alguns treinamentos para as Zonas Eleitorais;
- **Projeto - Nova Intranet:** desenvolvimento do novo layout da página inicial da Intranet com orientações de design provenientes da Coordenadoria de Comunicação Social – CCS;
- **Projeto - Portal Eleições 2018:** desenvolvimento de portal com o intuito de concentrar todas as informações referentes ao pleito de 2018, facilitando o acesso ao conteúdo pelos servidores do TRE-PR;
- **Projeto - Portal Boas Práticas 2018:** criação de hot site para o Prêmio Boas Práticas 2018 e operacionalização das pesquisas, por meio da criação de formulários em diversas etapas do prêmio;
- **Projeto - Informativo TRE-PR:** participação na criação do Informativo TRE-PR em conjunto com a Seção de Jurisprudência – SJUR.

Principais Sistemas da TI

Os principais sistemas de TI em 2018 foram os seguintes:

- **Sistema de Agendamento Biometria:** serviço utilizado pelo eleitor na página da internet para que este possa realizar o agendamento de data e horário para comparecimento à Central de Atendimento para solicitar alistamento, transferência ou revisão eleitoral.
- **Sistema Diário da Justiça Eletrônico (DJE):** sistema utilizado para enviar as matérias que serão publicadas no Diário da Justiça Eleitoral pelas zonas eleitorais e seções e publicá-las na internet.
- **Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO):** sistema responsável por manter o Cadastro Eleitoral.
- **Sistema de Informação de Direitos Políticos (InfoDip):** sistema que permite o encaminhamento e tratamento das comunicações de Direitos Políticos e Óbitos.
- **Sistema de gestão do Pleno do TRE-PR (Ipleno):** sistema que gerencia a sessão plenária, passando pelos julgamentos dos processos, registro dos votos de cada membro, até o efetivo encerramento.

Principais Sistemas da TI

- **Sistema Processo Administrativo Digital (PAD):** sistema responsável pelo registro e tramitação dos processos administrativos.
- **Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJE):** sistema responsável pelo registro e tramitação dos processos judiciais em segundo grau de jurisdição.
- **Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP):** sistema responsável pelo controle do registro e tramitação dos processos.
- **Sistema de Eleição:** conjunto de sistemas destinados a suportar as diferentes fases do processo eleitoral, do tratamento das candidaturas à prestação de contas eleitorais, passando pela captação e totalização de votos.

Disponibilidade de Serviços

Foram realizadas ações relativas à infraestrutura visando, especialmente, à disponibilidade de serviços, segurança e a economia de recursos. Entre as medidas adotadas destacaram-se:

- Implantação de Telefonia IP (VOIP) no TRE-PR (sede e Zonas Eleitorais), o que permite a eficiente comunicação entre as unidades do Tribunal em rede própria e reduz os gastos com telefonia;
- Segmentação da rede de dados do TRE-PR em diversas VLAN, o que possibilita um melhor gerenciamento do tráfego e aproveitamento dos investimentos já realizados em infraestrutura de rede, além de possibilitar a migração de serviços antes hospedados no TSE para a infraestrutura própria, resolvendo os problemas de performance e reclamações de clientes internos e, principalmente, externos;
- Substituição dos equipamentos centrais da rede do TRE-PR, aquisição e instalação dos novos switches core para garantir a continuidade do funcionamento da rede com redundância, alta disponibilidade e suporte técnico;
- Implantação de switches gerenciáveis em todos os Fóruns Eleitorais, proporcionando maior disponibilidade, segurança e gerenciamento dos acessos desses ambientes;
- Implantação de rede redundante para o interior: foram adquiridos equipamentos e contratada uma segunda empresa para o fornecimento de enlaces de dados, provendo um segundo caminho de comunicação dos Fóruns Eleitorais do Paraná para a Sede, aumentando consideravelmente a disponibilidade dos sistemas de atendimento ao eleitor;
- Renovação da rede wi-fi do TRE-PR, com a substituição de toda a solução wi-fi antiga para melhorar o alcance e permitir a utilização de protocolos de comunicação mais modernos, proporcionando economia financeira em relação à renovação da garantia da solução anterior.

Segurança da informação

A Comissão de Segurança da Informação desenvolveu as seguintes atividades:

- Evento para o público interno (Dia da Segurança da Informação), o qual contou com palestras e foi veiculado para o interior via intranet;
- Aprovação de 6 Instruções Normativas, as quais estão em fase de implantação;
- Apresentação de propostas para o Plano de Continuidade de Negócios da Justiça Eleitoral do Paraná;
- Criação e implantação dos planos de backup para atendimento da Instrução Normativa (IN) 07/2018, utilizando equipamento de armazenamento específico para backups e suas devidas replicações em outro formato de mídia para maior segurança e resiliência dos dados;

Segurança da informação

- Atualização dos sistemas e serviços que operam nos datacenters do TRE-PR, incluindo implantação de criptografia e a migração de todos os serviços para o ambiente de hiperconvergência, trazendo mais segurança, performance e qualidade na utilização dos sistemas e serviços;
- Aquisição de solução para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), o qual está em fase de implantação, que permitirá elevar o monitoramento e controle da segurança da informação nos sistemas informatizados.

Principais desafios e ações futuras

Entre os principais desafios e ações de futuras da TI destacam-se:

- Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº211, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);
- Implantar as determinações da Resolução CNJ nº 182, que trata das contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Consolidar os ciclos de planejamento estratégico, de forma a sincronizá-los com os ciclos orçamentários;
- Implantação de novo contrato de prestação de serviços de campo, sob administração total da SECTI;
- Implantação do PJe nas Zonas Eleitorais (1º grau).

GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no §3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de sistemática de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”.

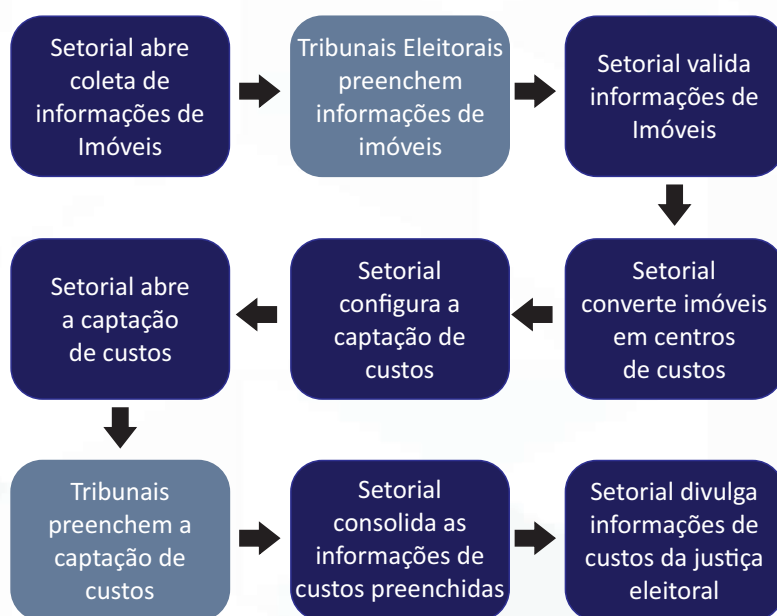
Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir aproximadamente 2.900 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma

Gestão de Custos

base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, pelos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão. Em termos de fluxo, o processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, respondemos à questão “Com o quê?”, que apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.

CENTRO DE CUSTOS	Depreciação dos Imóveis
	Água
	Energia Elétrica
	Telefonia
	Material Consumido
	Aluguéis
	Alimentação de Mesários
	Amortização de Bens Intangíveis
	Pessoal e Benefícios
	Demais itens de custos

Gestão de Custos

No eixo das “Atividades/Serviços”, respondemos à questão “Para quê?”, que apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade em troca dos recursos utilizados:



Esse eixo da sistemática ainda se encontra em fase de construção na Justiça Eleitoral, não apresentando dados disponíveis. A previsão é que para o próximo ciclo de custos a Justiça Eleitoral também disponibilize as informações relativas a esse eixo para consulta pública.

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2018, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destacam-se a divisão dos custos entre os imóveis que fazem atendimento direto ao público e os imóveis que servem ao funcionamento das secretarias dos Tribunais Eleitorais, e o agrupamento dos itens de custo em grandes temas.

No que diz respeito aos custos de 2018, os dados apurados, divididos entre atendimento ao público e funcionamento das secretarias, são os demonstrados no gráfico a seguir:

Atendimento ao Público x Funcionamento das Secretarias (em R\$ mil)

116.016	Funcionamento da Secretaria
174.171	Atendimento ao Público

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, foram obtidos os resultados apresentados no gráfico a seguir:

878	Gestão da Frota
12.030	Bens móveis e de outras natureza
16.008	Infraestrutura
21.299	Gestão Administrativa
239.972	Força de trabalho

Gestão de Custos

Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, inclusive com a incorporação de novas técnicas e ferramentas em anos vindouros, a fim de contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também ao público em geral.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A condução das atividades da gestão sustentável – um dos pilares da gestão 2018 objetiva incentivar o combate ao desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente; a eficiência do gasto público; promover a gestão adequada dos resíduos gerados no Tribunal; e planejar e propor acordos técnicos, parcerias e intercâmbio de experiências com órgãos e entidades do poder público.

As atividades desenvolvidas estão assentadas na Política de Sustentabilidade instituída pela Resolução TRE-PR 807/2018, disponível em <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-resolucao-tre-pr-no-807-de-26-de-marco-de-2018> e se relacionam aos macrodesafios Garantia dos Direitos da Cidadania, a Melhoria da Gestão de Pessoas e o Aperfeiçoamento da Gestão de Custos.

O Plano de Logística Sustentável – PLS contemplou os objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que permitiram estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral.



Conformidade Legal

No que concerne a sustentabilidade, o Tribunal observa, entre outros instrumentos legais:

- Resolução TSE nº 23.474/2016 e 23.439/2015;
- Resoluções CNJ nº 201/2015;
- Leis nº 8666/93, 12.187/2009, 12.305/2010 e 11.419/2006;
- Decreto 7.746/2012;
- Decreto regulatório nº 7.404/2010;
- Instruções Normativas TRE-PR nº 1/2010, 12/2012 e 11/2018;
- Acórdão TCU nº 1752/2011;
- Resolução TRE-PR nº 807/2018 e 815/2018.

CrITÉRIOS de sustentabilidade nas contratações e aquisições

O TRE-PR adota critérios de sustentabilidade ambiental mediante avaliação da capacidade de oferta do mercado e da oportunidade e conveniência administrativa, consonantes com a política setorial de sustentabilidade estabelecida para a aquisição e administração dos bens permanentes e de consumo.

- “Política de Sustentabilidade Aplicada a Bens Permanentes e de Consumo” prevê diretrizes sustentáveis nos processos de compra, uso e reuso, padronização, armazenagem, distribuição e descarte de bens e materiais. Conforme Resoluções TRE-PR nº 815/2018 e 807/2018 as contratações deverão observar:

- Critérios de sustentabilidade dentro da disponibilidade do mercado, na aquisição de bens e serviços, na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares, com a adequação dos projetos básicos, adoção de critérios de fiscalização, bem como análise da economicidade dos bens e serviços;

- O desempenho ambiental, social e ético dos produtos ou serviços que estão sendo adquiridos, ao longo de toda a sua vida útil, priorizando, sempre que possível, aqueles com impactos ambientais minimizados, com sistemas de rotulagem confiáveis, eficazes e com verificação externa, como os selos verdes;

- Critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos de execução de obras e serviços de engenharia;

- Emprego da logística reversa, sempre que possível na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas, óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as particularidades regionais.

Nas contratações sustentáveis, considera-se ainda: (a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT, (b) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), (c) que os bens guardem observância às normas técnicas da ABNT, e/ou estejam em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes expedidos pelo Inmetro e/ou com as exigências relativas à ergonomia, tratadas em Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE, (d) que apresentem critérios de rastreabilidade e/ou da origem dos insumos de madeira a partir de fontes legais e/ou de manejo sustentável ou de reflorestamento, (e) que comprovem melhor desempenho energético, (f) que apresentem certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF), expedido pelo IBAMA, para substâncias agressoras da camada de ozônio, dentre outros.

Ações para redução do consumo de recursos

Dentre as ações adotadas para redução de consumos naturais destacaram-se:

Ação 01: Uso eficiente de insumos e materiais considerando, inclusive, o processo eletrônico de votação, a implantação do PJE e a informatização dos processos e procedimentos administrativos.

Oportunidade: maximizar a utilização dos recursos financeiros nas aquisições de materiais de consumo, bem como promover a utilização dos materiais de forma consciente e sustentável, buscando um menor impacto ambiental, na medida de suas paulatinas implementações. Projetos:

- Outsourcing de impressão: constituição de agrupamento de impressoras para uso compartilhado e avaliação para implementação de prestação de serviços especializados de impressão (outsourcing).

- Ampliação da utilização do PJE para todas as classes processuais em 2o grau.

- Projeto piloto para padronização da organização de materiais de consumo nos cartórios eleitorais.

Ações para redução do consumo de recursos

Ação 02: Energia elétrica

Oportunidade: estudar e implantar ações que contribuirão para a redução do consumo de Energia Elétrica. Projetos:

- Implantação da usina fotovoltaica: tem como objetivo a redução do consumo dos valores financeiros despendidos com energia elétrica em acordo com a Emenda Constitucional 95/16, que prevê a redução de gastos na Administração Pública. A expectativa é economizar e ser autossustentável.
- Implantação da eficiência energética – convênio Copel: o projeto abrangeu a aquisição de lâmpadas LED para substituição nos prédios do Tribunal, fórum da Capital e mais 49 fóruns do interior, como também a aquisição, para substituição, de ares condicionados mais eficientes.
- Material permanente – inventário de refrigeradores e identificação para eventual substituição por similares de menor impacto ambiental.

Ação 03: Contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, combustível, serviços de vigilância, de limpeza

Os editais licitatórios contemplam, no que cabe, os critérios de sustentabilidade previstos no CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, IN SLTI/MP nº 01 de 19 de janeiro de 2010, Instrução Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, art. 5º, Resolução CONAMA nº 267/2000 e demais legislações correlatas.

Ação 04: Água e esgoto

- Os mesários foram orientados para que levassem seus copos/garrafas de água nos dias das Eleições.
- Projeto referente aos Bebedouros Sustentáveis: em 2016, iniciaram-se estudos para substituição aos galões de 20 litros por bebedouros sustentáveis de alta capacidade, sendo o projeto iniciado em 2017 e totalmente implementado em 2018.
- Projeto para reaproveitamento da água da chuva (sede), o qual será implementado em 2019.

Resultados obtidos com as ações: mudanças positivas na forma de atuação do Tribunal, em prol de um meio ambiente ecologicamente mais equilibrado que acarretam a economia de recursos, tanto naturais quanto financeiros, inclusive aquisição de água mineral e copos descartáveis. O quadro abaixo representa o gasto com galões de água mineral de 2016 a 2018.

49.422,66	2016
5.531,10	2017

Redução de resíduos poluentes

- Ação 01: Gestão de resíduos

Oportunidade: aplicabilidade dos “5 Rs” (Reduzir, Reutilizar, Reciclar, Repensar e Recuperar), com o objetivo de reduzir a geração de resíduos e mudança de comportamento de cada indivíduo, priorizando a redução do consumo e o reaproveitamento dos resíduos; e inclusão social.

Redução de resíduos poluentes

Projeto padronização dos procedimentos de gestão e destinação adequada dos resíduos sólidos que abrangeu:

- Publicação a IN TRE-PR nº 11/2018 que regulamenta o descarte de resíduos recicláveis e orgânicos no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná;
- Publicação do Edital de Chamamento Público com o objetivo de cadastrar associações e/ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis para coletarem os resíduos recicláveis;
- Levantamento nas Zonas Eleitorais do interior sobre a quantidade de materiais encaminhados para as associações ou cooperativas, coleta seletiva ou por remessa à sede;
- Mapeamento das localidades que possuem associação ou cooperativa de coletores de lixo reciclável (capital: 100%, interior: 55,11%), coleta seletiva (capital 100%, interior 35,80%) e/ou catadores autônomos.

- **Ação 02:** Sensibilização e capacitação contínua do corpo funcional, força de trabalho auxiliar e, quando for o caso, de outras partes interessadas

Oportunidade: conscientização dos servidores, incorporação de práticas sustentáveis, descarte correto destes itens, e inclusão social. Projetos:

- Distribuição de copos retráteis para magistrados, servidores e terceirizados: com o objetivo de servir como um ícone para referenciar as demais atitudes do corpo funcional da Instituição em relação às práticas sustentáveis, foram distribuídos copos retráteis acoplados em chaveiros aço inox, de natureza atóxica, alta durabilidade e material 100% reciclado.
- Divulgação de periódicos relacionados ao tema sustentabilidade; textos produzidos/compilados pela Seção de Gestão da Sustentabilidade, com o objetivo de informar, sensibilizar e capacitar os servidores.
- Campanha de resíduos eletroeletrônicos, materiais de escrita e descarte seguro de pilhas e baterias.
- Sustentabilidade na Administração Pública – Evento comemorativo ao Dia do Meio Ambiente.
- **Ação 03:** Deslocamento de pessoal, bens e materiais considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Oportunidade: reduzir gastos e emissão de substâncias poluentes mediante a adoção de novos métodos para transporte de pessoas, bens e materiais. Projetos:

- Projetos aplicativo táxi para deslocamento dos servidores;
- Projeto para otimização de envio de materiais para o interior;

Resultados obtidos com as ações: mudanças positivas de comportamento, conscientização dos servidores e adoção de novas práticas sustentáveis em prol a um ambiente mais sadio e equilibrado, formação de multiplicadores, redução na geração de resíduos, destinação ecologicamente correta de resíduos, diminuição da poluição ambiental e economia de recursos financeiros.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Ação 01: promover a estabilidade climática, o conforto ambiental nos locais de trabalho, a melhoria da qualidade do ar, bem como a saúde física e mental da população, além de influenciar na redução da poluição sonora e visual e auxiliar na conservação e equilíbrio do ambiente.

- Projeto Horta Orgânica, com objetivo de estimular os servidores a cultivar hortaliças, legumes e demais vegetais em áreas disponíveis e propícias para tal fim, aproveitando resíduos orgânicos gerados pela própria unidade como material de adubagem, obtido pelo processo da compostagem.

Qualidade de vida no ambiente de trabalho

- Projeto de arborização em áreas disponíveis dos imóveis do TRE-PR no interior.
- Projeto de incentivo à prevenção de doenças e combate ao sedentarismo.

Resultados obtidos com as ações: qualidade no ambiente de trabalho e conscientização dos servidores quanto a práticas sustentáveis.

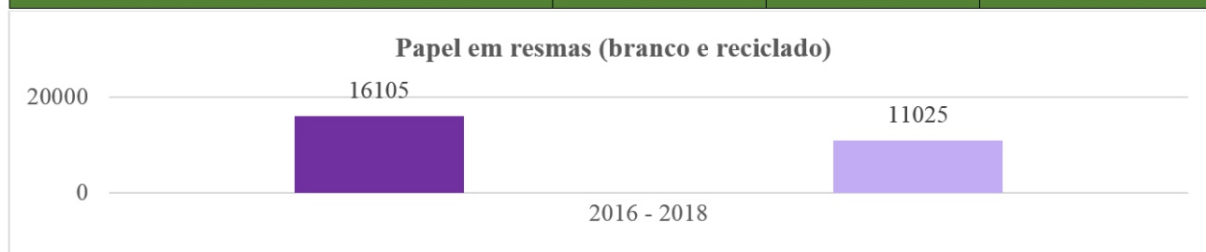
Outras Ações

- **Convenções Internacionais:** em 13/12/2018, foi oficializada a adesão do TRE-PR ao Pacto Global da ONU, em parceria com a OAB/PR. Aderindo ao Pacto Global, este TRE-PR compromete-se publicamente a adotar ações, condutas colaborativas ou coinvestimento, fundamentados em 10 (dez) princípios universais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção e de impulsionar ações responsáveis rumo ao cumprimento da Agenda 2030, traduzida por meio dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em suas práticas.

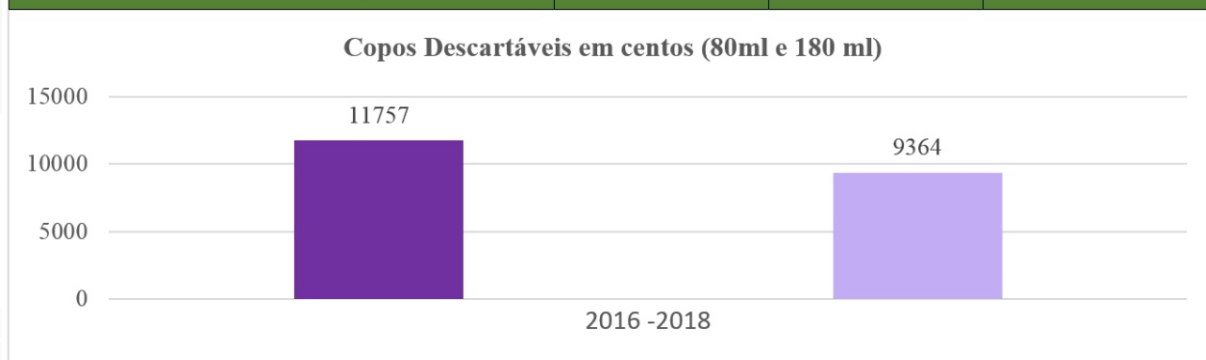
- **Rede Sustenta Paraná:** o grupo, do qual este TRE-PR faz parte, reúne instituições da Administração Pública, entre elas, Ministério Público, Tribunal Regional do Trabalho, Banco Central, Universidade Federal do Paraná, com o objetivo de transferir conhecimentos e compartilhar as práticas e ações de capacitação de servidores, de modo a favorecer o fortalecimento das atividades e projetos das instituições envolvidas, tendo como foco a promoção da sustentabilidade da região e a minimização dos impactos socioambientais gerados pelas atividades dos órgãos que a integram.

Período de aferição: janeiro a outubro, dos anos de 2016 e 2018 (anos eleitorais):

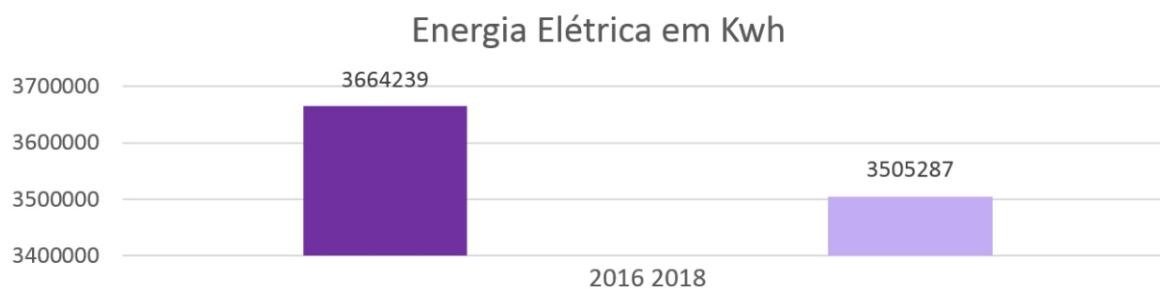
Item 01	2016	2018	Variação
Papel em resmas (branco e reciclado)	16105	11025	-31,54%



Item 02	2016	2018	Variação
Copos Descartáveis em centos (80ml e 180 ml)	11757	9364	-20,35%



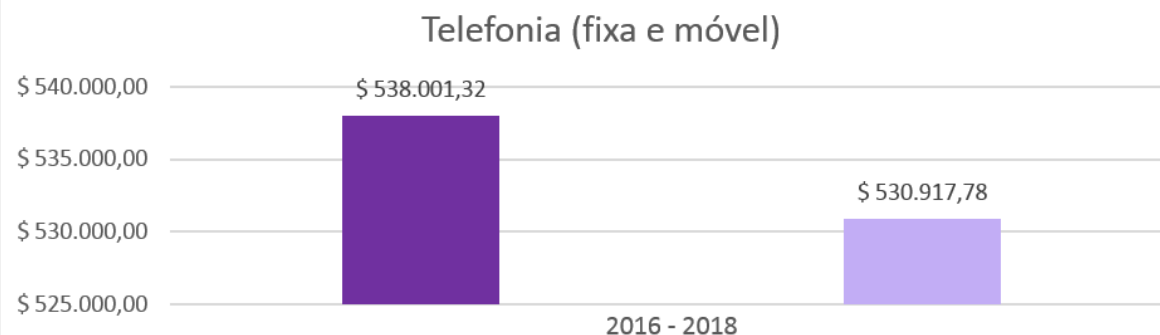
Item 03	2016	2018	Variação
Energia Elétrica em Kwh	3664239	3505287	-4,34%



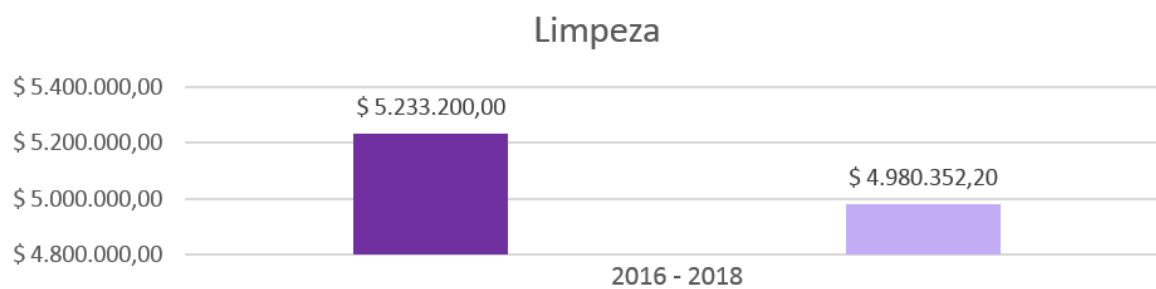
Item 04	2016	2018	Variação
Água em m³ e esgoto	29241	22217	-24,02%



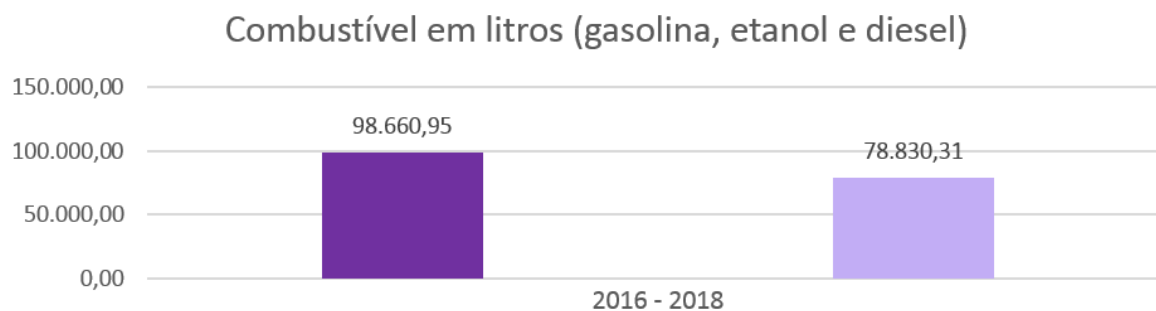
Item 05	2016	2018	Variação
Telefonia (fixa e móvel)	R\$ 538.001,32	R\$ 530.917,78	-1,32%



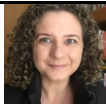
Item 06	2016	2018	Varição
Limpeza	R\$ 5.233.200,00	R\$ 4.980.352,20	-4,83%



Item 07	2016	2018	Varição
Combustível em litros (gasolina, etanol e diesel)	98.660,95	78.830,31	-20,10%



Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná			070019
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Curitiba	Data	14/01/2019
Contador Responsável	 Angela Cristiane Sosnowski Cardoso	CRC nº	PR -032635/O-4

Notas Explicativas

Declaração sobre a Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a instância responsável pela realização da conformidade contábil é a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

As atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade seguem a segregação de função uma vez que os servidores não executam operações relacionadas à emissão de empenhos, apropriação de notas fiscais, retenção de tributos federais, apropriação de folha de pagamento, pagamentos entre outras.

Os principais procedimentos adotados que embasaram o registro de Conformidade Contábil durante o ano de 2018 tiveram como fundamentos os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição, o Plano de Contas da União, o Manual SIAFI na Macrofunção 02.10.03 – Manual de análise dos Demonstrativos e Auditores Contábeis SIAFI e outros instrumentos internos que auxiliaram no processo da análise.

Foram observadas, cumulativamente as seguintes situações entre outras:

- Ausência de inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis;
- Ausência de ocorrências nas transações Condesaud;
- Inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >balancete, exceto aquelas contas, em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente, uma inconsistência;
- Ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis e em que a UG registrou a conformidade de registros de gestão; e
- Ausência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI e outros mecanismos colocados à disposição dos servidores da Seção de Contabilidade.

Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis são instrumentos de análise e controle em nível gerencial, demonstrando as situações econômico-financeira e patrimonial dos órgãos e entidades. Essas informações estão organizadas, de acordo com a Lei 4.320/64, nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais - DVP.

Diretrizes Contábeis

O real objetivo da contabilidade é a geração de informações de qualidade capazes de satisfazer os usuários no processo de tomada de decisão. No caso da contabilidade aplicada ao setor público, esse objetivo vai além e está intimamente ligado ao conceito accountability - prestação de contas e responsabilização, daqueles que administram o patrimônio público. Nesse contexto, no âmbito da administração pública, as Demonstrações Contábeis, incluindo as Notas Explicativas, têm se tornado cada vez mais relevantes, ganhando espaço tanto para a tomada de decisões pelos gestores, como para fins de controle pelos órgãos e pela sociedade. Por isso, a prestação de contas deve ser periódica, clara, objetiva e neutra, evidenciando a realidade do patrimônio público gerido, resultando em Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, íntegras, compreensíveis, comparáveis, fidedignas e relevantes.

Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas foram elaboradas de acordo com as disposições da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Dos Registros e Critérios Contábeis

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

As disponibilidades são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional, evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Os direitos, títulos de créditos e as obrigações são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

Os estoques são destinados à utilização própria do órgão, no curso normal de suas atividades, e o método utilizado para mensuração e avaliação é o custo médio ponderado conforme preceituam a Lei 4.320/64 (art. 106, III) e NBCT 16.10 (item 16).

Em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o TRE-PR registrou as despesas antecipadas com a aquisição de jornais, revistas, periódicos e a contratação de seguros, observando os princípios da competência e oportunidade. As despesas antecipadas foram registradas por seu valor original e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE-PR não ocorreram durante o exercício e serão amortizadas à medida que incorridas ou realizadas.

Em relação aos bens imóveis, o cadastramento inicial é realizado no Spiunet, pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a qual utiliza de parâmetros próprios de registros. A reavaliação ou atualização dos valores é realizada a partir do sistema SPIUNET mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

Os bens do ativo imobilizado foram depreciados em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio foi a de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
-----------	---

EMIÇÃO 14/01/2019	PAGINA 1
----------------------	-------------

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 14/01/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			373.711.533,08	373.711.533,08
TOTAL	-	-	373.711.533,08	373.711.533,08
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	296.947.841,00	316.511.145,00	360.199.070,23	358.051.369,36	357.978.384,63	-43.687.925,23
Pessoal e Encargos Sociais	246.071.029,00	268.427.485,00	280.408.840,26	280.060.555,76	280.060.555,76	-11.981.355,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50.876.812,00	48.083.660,00	79.790.229,97	77.990.813,60	77.917.828,87	-31.706.569,97
DESPESAS DE CAPITAL	4.215.561,00	13.535.561,00	13.512.462,85	10.365.440,54	10.364.211,76	23.098,15
Investimentos	4.215.561,00	13.535.561,00	13.512.462,85	10.365.440,54	10.364.211,76	23.098,15
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	301.163.402,00	330.046.706,00	373.711.533,08	368.416.809,90	368.342.596,39	-43.664.827,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 14/01/2019	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	301.163.402,00	330.046.706,00	373.711.533,08	368.416.809,90	368.342.596,39	-43.664.827,08
TOTAL	301.163.402,00	330.046.706,00	373.711.533,08	368.416.809,90	368.342.596,39	-43.664.827,08

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.780,59	9.730.540,47	1.850.864,68	1.850.864,68	7.884.456,38	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.698.943,95	-	-	7.698.943,95	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.780,59	2.031.596,52	1.850.864,68	1.850.864,68	185.512,43	-
DESPESAS DE CAPITAL	24.204,73	3.715.243,25	2.981.469,10	2.967.469,10	31.795,33	740.183,55
Investimentos	24.204,73	3.715.243,25	2.981.469,10	2.967.469,10	31.795,33	740.183,55
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.985,32	13.445.783,72	4.832.333,78	4.818.333,78	7.916.251,71	740.183,55

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	53.335,03	53.335,03	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	53.335,03	53.335,03	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	2.601,67	11.030,00	11.030,00	-	2.601,67
Investimentos	2.601,67	11.030,00	11.030,00	-	2.601,67
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.601,67	64.365,03	64.365,03	-	2.601,67

Notas Explicativas

1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/1964, que as distingue em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 373.711.533,08, ocorre em função desta UPC não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

Considerando que a Justiça Eleitoral objetiva a prestação de serviços à sociedade, como a grande maioria dos órgãos públicos, quase a totalidade do seu orçamento empenhado está classificado em Despesas Correntes, cuja distribuição ficou da seguinte maneira quando comparados às despesas totais:

Despesas Correntes	R\$	%
Pessoal e Encargos Sociais	280.408.840,26	75,03
Outras Despesas Correntes	79.790.229,97	21,35
Total das Despesas Correntes	360.199.070,23	96,38
Despesas de Capital	13.512.462,85	
Investimentos	13.512.462,85	3,62
Total de Despesa Empenhada	373.711.533,08	100,00

No Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, à medida que os Restos a Pagar vão sendo adimplidos no exercício, os recursos destinados ao seu pagamento são assegurados ao Poder Judiciário até o limite da dotação orçamentária recebida, consoante art. 168 da CF/88, sendo sub-repassados pela Setorial Financeira do Tribunal Superior Eleitoral.

Sendo assim, destaca-se que os pagamentos desses Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, não causam impactos na gestão financeira deste Regional, visto que a inscrição sempre ocorreu mediante a verificação de suficiência financeira ao final de cada exercício.

Restos a Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2018	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2018
2016	28.985,32	273,33	5.168,43	23.543,56
2017	13.445.783,72	4.818.060,45	7.911.083,28	716.639,99
Total	13.474.769,04	4.818.333,78	7.916.251,71	740.183,55

Do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados em 01/01/2018 foram pagos 86,68% restando 13,32% para execução durante o ano de 2019. Do total de RPÑ Processados Cancelados 97,25% refere-se a apropriação de reconhecimento da conversão de banco de horas dos servidores deste TRE em pecúnia relativo a recessos, finais de prazo e cadastramento biométrico.

Notas Explicativas

Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados				
Ano de Inscrição	Montante em 01/01/2018	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2018
2016	13.631,67	11.030,00	-	2.601,67
2017	53.335,03	53.335,03	-	-
Total	66.966,70	64.365,03	-	2.601,67

Do montante inscrito em Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados foram pagos 96,11% sendo que 3,89% restantes estão em procedimento de análise para cancelamento em 2019.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
14/01/2019

PAGINA
1

SUBTÍTULO 70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	373.711.533,08	336.417.841,83
Ordinárias	-	-	Ordinárias	328.446.090,08	292.357.613,72
Vinculadas	-	-	Vinculadas	45.265.443,00	44.060.228,11
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	41.990.000,00	33.688.849,65
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Operação de Crédito	-	3.049.542,03
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.275.443,00	7.321.836,43
Transferências Financeiras Recebidas	375.150.234,33	322.703.626,64	Transferências Financeiras Concedidas	7.837.429,53	7.173.817,48
Resultantes da Execução Orçamentária	371.108.635,57	321.739.777,50	Resultantes da Execução Orçamentária	-	660.481,85
Sub-repasse Recebido	371.108.635,57	321.739.777,50	Sub-repasse Devolvido	-	660.481,85
Independentes da Execução Orçamentária	4.041.598,76	963.849,14	Independentes da Execução Orçamentária	7.837.429,53	6.513.335,63
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.030.978,69	800.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	7.837.429,53	6.513.335,63
Demais Transferências Recebidas	3.762,59	81.883,96	Aporte ao RPPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	6.857,48	81.965,18	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	14.133.589,48	23.498.061,69	Despesas Extraorçamentárias	5.517.248,23	2.593.031,94
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	74.213,51	53.335,03	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	64.365,03	86.236,06
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.294.723,18	13.445.783,72	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.818.333,78	2.428.337,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	643.555,47	59.304,35	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	634.549,42	78.458,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.121.097,32	9.939.638,59	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	7.826.809,46	9.939.638,59			
Demais Recebimentos	294.287,86	-			
Saldo do Exercício Anterior	2.279.913,16	2.262.916,08	Saldo para o Exercício Seguinte	4.497.526,13	2.279.913,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.279.913,16	2.262.916,08	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.497.526,13	2.279.913,16
TOTAL	391.563.736,97	348.464.604,41	TOTAL	391.563.736,97	348.464.604,41

Notas Explicativas

2 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte.

As transferências financeiras são realizadas mensalmente, por meio de sub-repasses, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE. O Resultado Financeiro no exercício de 2018 de R\$ 4.497.526,20 formou-se da seguinte maneira:

Ingressos	R\$
Transferências Financeiras Recebidas	375.150.234,33
Recebimentos Extra Orçamentários	14.133.589,48
Saldo de Caixa e Equivalente de 2017	2.279.913,16
Total de Ingressos	391.563.736,97
Dispêndios	R\$
Despesas Orçamentárias	373.711.533,08
Transferências Financeiras Concedidas	7.837.429,53
Despesas Extra orçamentárias	5.517.248,23
Total de Dispêndios	387.066.210,84
Saldo Financeiro para o exercício seguinte	4.497.526,13

Este saldo do Balanço Financeiro equivale ao saldo constante no Balanço Patrimonial de Caixa e Equivalente de Caixa.

Os recebimentos extra orçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento tais como seguros garantia e cauções apresentados em garantia a contratos celebrados, inscrições em restos a pagar e arrecadação de multas e devoluções as quais não entram efetivamente na conta de disponibilidade de caixa. Do total de R\$ 14.133.589,48 a maior representatividade refere-se a 55,38% relativos a recebimentos de multas eleitorais destinados ao TSE e 37,46% inscrição em restos a pagar não processados.

As despesas extra orçamentárias no valor de R\$ 5.517.248,23 representam 87,33% dos pagamentos de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA

EMISSION 14/01/2019 PAGINA 1

ORGAO SUPERIOR 14000 - JUSTICA ELEITORAL

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	9.862.499,79	7.062.030,00	PASSIVO CIRCULANTE	10.854.208,80	8.736.748,05
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.497.526,13	2.279.913,16	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	10.434.361,66	8.368.833,98
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.151.850,34	1.178.623,64	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	380.862,23	351.688,17
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	4.072.044,77	3.513.678,88	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	141.078,55	89.814,32	Demais Obrigações a Curto Prazo	38.984,91	16.225,90
ATIVO NÃO CIRCULANTE	223.598.332,20	217.626.314,01	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.305,60	6.305,60
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	6.305,60	6.305,60
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	10.860.514,40	8.743.053,65
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2018	2017
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	217.356.887,72	212.792.879,45	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	45.187.679,13	47.502.955,39	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	116.365.400,74	110.287.825,78	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-71.177.721,61	-62.784.870,39	Resultados Acumulados	212.192.808,57	215.945.290,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	215.945.290,36	181.089.709,69
Bens Imóveis	172.169.208,59	165.289.924,06	Ajustes de Exercícios Anteriores	-3.752.481,79	435.447,68
Bens Imóveis	172.970.784,29	165.938.796,83	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-801.575,70	-648.872,77	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	222.600.317,59	215.945.290,36
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	6.241.444,48	4.833.434,56			
Softwares	6.241.444,48	4.833.434,56			
Softwares	6.241.444,48	4.833.434,56			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSION 14/01/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	233.460.831,99	224.688.344,01	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	233.460.831,99	224.688.344,01

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	4.497.526,13	2.279.913,16	PASSIVO FINANCEIRO	6.127.033,56	13.548.041,34
ATIVO PERMANENTE	228.963.305,86	222.408.430,85	PASSIVO PERMANENTE	10.434.361,66	669.890,03
			SALDO PATRIMONIAL	216.899.436,77	210.470.412,64

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.084.064,56	3.373.511,04	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	51.207.559,60	59.046.734,92
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.084.064,56	3.373.511,04	Execução dos Atos Potenciais Passivos	51.207.559,60	59.046.734,92
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	3.002.601,24	3.278.190,37	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	81.463,32	95.320,67	Obrigações Contratuais a Executar	51.207.559,60	59.046.734,92
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	3.084.064,56	3.373.511,04	TOTAL	51.207.559,60	59.046.734,92

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.953.537,00
Recursos Vinculados	324.029,57
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	324.029,57
TOTAL	-1.629.507,43

Notas Explicativas

3 - BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurada pela diferença entre os elementos do Ativo e do Passivo.

Ativo Circulante

- Caixa e Equivalente de Caixa: R\$ 4.497.526,13

O saldo deste grupo de contas é composto de R\$ 15.311,65 relativos à saldos da conta bancária na Caixa Econômica Federal referente a cauções em garantia de contrato e R\$ 4.482.214,48 do saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS.

- Demais créditos e valores a curto prazo: R\$ 1.151.850,34 cuja composição é:

Salários e Ordenados – Adiantamento	375.940,33
Adiantamento Auxílio-alimentação	750.733,26
Adiantamento Auxílio-transporte	25.176,75

Os adiantamentos concedidos a pessoal serão baixados por ocasião da ocorrência do fato gerador. Os saldos apurados seguem as normas de encerramento publicadas pelo Tesouro Nacional e orientações expedidas pela COFIC/SOF/TSE.

- Estoques: R\$ 4.072.044,77

Saldo inicial em 01.01.2018	3.513.678,88
(+) Entradas	4.906.717,58
(-) Saídas	4.348.351,69
Saldo em 31.12.2018	4.072.044,77

O saldo em estoque do almoxarifado é demonstrado pelo custo de aquisição.

- VPD's pagas antecipadamente: R\$ 141.078,55

Prêmios de Seguros a Apropriar	13.388,42
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	127.690,13

Valores decorrentes de Prêmios de Seguros e de Assinaturas e Anuidades a apropriar pagos antecipadamente, cujo fato gerador ocorre durante o exercício seguinte pela apropriação de 1/12 em contas contábeis de Variação Patrimonial Diminutiva.

Ativo Não Circulante

- Imobilizado: R\$ 217.356.887,12

O Ativo Imobilizado é demonstrado ao custo ou valor de aquisição e compõe-se dos seguintes saldos:

- Bens Móveis: R\$ 45.187.679,13. A composição dos bens móveis é a que segue:

Notas Explicativas

Conta Contábil	Descrição	Valor
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	40.892,95
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	890.573,96
12.311.01.03	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., La	109.129,80
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	4.778.141,59
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	3.372,85
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	1.951.859,64
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	430.151,83
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	5.620,11
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	22.638,30
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Eletric	5.568,28
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	5.040.942,61
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	83.640.663,21
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	352.719,50
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	145.929,75
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	8.145.026,72
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	472.567,21
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	550,00
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	2.225.007,36
12.311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	87.795,38
12.311.05.01	Veículos Diversos	254.232,55
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	4.411.469,67
12.311.99.09	Pecas Não Incorporáveis a Imóveis	3.350.547,47
12.381.01.00	Depreciação Acumulada	(71.177.721,61)
Total Bens Móveis		45.187.679,13

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná registra a depreciação e a reavaliação dos bens do Ativo em conformidade com a seguinte legislação: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC T 16.9 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBC T 16.10 (Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC; as orientações contidas na Macrofunção 02.03.30 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações mantido pela Contabilidade Governamental/STN; as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 7ª Edição, específico Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais; esta padronizada à Justiça Eleitoral pelas Orientações nº 01/2010 e 03/2012 da COFIC/SOF/TSE, observadas em conjunto com as determinações constantes na Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ambas em caráter complementar à legislação específica aplicada.

A metodologia adotada, para estimar a vida útil econômica do ativo e definir as taxas de depreciação a serem aplicadas aos ativos deu-se com base na Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na administração Direta da União, Autarquia e Fundações), do Manual SIAFI WEB, mantido pela Contabilidade Governamental/STN. São considerados os seguintes fatores, em conformidade com o item 6.1 da referida Macrofunção, bem como parâmetros e índices admitidos em norma ou laudo técnico específico:

- A capacidade de geração de benefícios futuros;
- O desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- A obsolescência tecnológica.

Notas Explicativas

A metodologia de cálculo adotada, para o registro da depreciação no patrimônio, foi a de quotas constantes, também conhecida como depreciação linear, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do ativo, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A vida útil econômica e o valor residual utilizado para os bens, foram aqueles constantes da tabela do Manual SIAFI (as taxas de depreciação foram calculadas dividindo-se o valor depreciable do bem pela sua vida útil, obtendo-se a taxa anual de depreciação daquele bem), com exceção das urnas eletrônicas classificadas como equipamento de processamento de dados, mas que possuem vida útil distinta daquela prevista na Tabela da Macrofunção SIAFI, visto que são bens singulares na Justiça Eleitoral e possuem vida útil estimada de 10 anos, conforme estudo técnico realizado por equipe do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil sujeita a depreciação:

Conta Contábil	Descrição	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
12.311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10
12.311.01.02	Aparelhos Equipamentos Comunic.	10	20
12.311.01.03	Apar., Equip. e Utens. Med., Odont., La	15	20
12.311.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança	10	10
12.311.01.06	Maquinas e Equipam. de Natureza	20	10
12.311.01.07	Maquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
12.311.01.08	Maquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
12.311.01.09	Maquinas, Ferramentas e Utensílios	10	10
12.311.01.12	Acessórios para Automóveis	5	10
12.311.01.21	Equipamentos Hidráulicos e Eletric	10	10
12.311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equipamentos	10	10
12.311.02.01	Equipamentos de Processamentos de	5	10
12.311.03.01	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
12.311.03.02	Maquinas, Instalações e Utensílios	10	10
12.311.03.03	Mobiliário em Geral	10	10
12.311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	10
12.311.04.04	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
12.311.04.05	Equipamentos Para Áudio, Vídeo E F	10	10
12.311.04.06	Obras de Arte e Peças para Exposição	-	-
12.311.05.01	Veículos Diversos	15	10
12.311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	15	10
12.311.99.09	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	10	10

Fonte: Manual SIAFI – Macrofunção 02.03.30

O resultado líquido dos registros da depreciação dos bens móveis foi de R\$ 8.392.851,22 para o ano de 2018, lançados a partir dos cálculos efetuados pelo Asiweb, sistema que gerencia o Patrimônio deste TRE-PR.

- Bens Imóveis: R\$ 172.169.208,59. A composição dos bens imóveis é a que segue:

Notas Explicativas

Conta Contábil	Descrição	Valor
12.321.01.00	Bens Uso Especial Registrados SPIU	67.634.175,09
12.321.06.00	Obras em Andamento	8.534.919,76
12.321.99.05	Demais Bens Imóveis	96.801.689,44
12.381.02.00	Depreciação Acumulada Imóveis	(801.575,70)
Total Bens Imóveis		172.169.208,59

Durante o exercício de 2018 foram reavaliados, pelo Núcleo de Gestão Documental de Imóveis os Fóruns Eleitorais, já registrados no Spiunet: Andira, Campo Mourão, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Fazenda Rio Grande, Jaguariaíva, Mandaguari, Medianeira, Nova Esperança, Paranaguá, Rio Branco do Sul, Rolândia, Santo Antonio da Platina e Sarandi. Tais reavaliações geraram um incremento de R\$ 6.977.814,57 no imobilizado total e por conseguinte no Superávit apurado no ano.

A depreciação dos bens imóveis de uso especial da União, é lançada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União, com base nos valores calculados pelo SPIUNET, conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/14, por meio de processo automático de registro. O montante registrado à conta de depreciação para o exercício de 2018 foi de R\$ 152.702,93.

- Intangível: R\$ 6.241.444,48

Conta Contábil	Descrição	Valor
12.411.02.01	Softwares com vida útil indefinida	6.241.444,48
Total Intangível		6.241.444,48

Durante o ano de 2018 foram adquiridas licenças de softwares visando a atualização e modernização dos sistemas do TRE-PR. Para o ano de 2019 serão efetuadas, via TSE, customizações no sistema de controle patrimonial Asiweb para controle individualizado dos softwares e suas respectivas amortizações.

Passivo Circulante

- Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais Curto Prazo: R\$ 10.434.361,66

Do total, R\$ 3.841.252,12 refere-se a saldo, a empenhar, relativo ao reconhecimento de conversão de banco de horas em pecúnia, dos servidores deste TRE, relativo a recessos, finais de prazo e cadastramento biométrico. Já R\$ 6.593.109,54 referem-se ao provisionamento dos valores relativos a férias vencidas e a vencer dos servidores que teve como base o relatório fornecido pela Seção de Folha de Pagamento com vistas ao atendimento às novas regras estabelecidas pela atualização da Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento;

- Fornecedores e contas a pagar a curto prazo: R\$ 380.862,23

A composição do saldo refere-se a valores relativos às notas fiscais apresentadas pelos fornecedores.

- Demais Obrigações a Curto Prazo: R\$ 38.984,91.

Referem-se a valores que foram glosados em notas fiscais de fornecedores.

Notas Explicativas

Passivo Não Circulante

- Depósitos não judiciais: R\$ 6.305,60

Refere-se a depósito em caução, oferecido em garantia ao contrato nº 63/14 – Família Thomé Ltda, relativo à Concessão de Uso de Bem Público – Restaurante TRE/PR.

Patrimônio Líquido

- Ajustes de Exercícios Anteriores: R\$ - 3.752.481,79

A ocorrência significativa de R\$ 2.387.769,69 refere-se a atualização de valores relativa ao reconhecimento de conversão de banco de horas dos servidores deste TRE em pecúnia relativo a recessos, finais de prazo e recadastramento biométrico. Já R\$ 1.206.705,15 a ajustes à conta de Imóveis a Registrar provenientes de registros efetuados em 2017 com vistas a eliminar duplicidade de valores.

Atos Potenciais compreendem os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente tais como a execução dos contratos e a responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. Para o ano de 2018 o saldo total dos atos potenciais passivos resultou em R\$ 51.207.559,60 os quais afetarão o Patrimônio da entidade na medida em que forem sendo executados nos anos subsequentes. Já os atos potenciais ativos finalizaram 2018 com o valor de R\$ 3.084.064,56 dos quais 97,36% referem-se a garantias vinculadas às execuções dos contratos cujos saldos serão baixados à medida que os atos potenciais passivos a elas vinculadas forem encerrando seu prazo de vigência.

O déficit financeiro de R\$ 1.629.507,43 fora apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964 e corresponde ao saldo da conta de Disponibilidade por Destinação de Recursos – DDR.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	392.493.762,31	373.208.927,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	317,90	-
Impostos	-	-
Taxas	317,90	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	15.117,45	3.606.195,23
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	15.117,45	3.606.195,23
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	77,47	6.443,98
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	77,47	6.443,98
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	376.785.316,26	322.997.549,16
Transferências Intragovernamentais	375.444.522,19	322.703.626,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.340.794,07	293.922,52
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	7.881.555,90	40.271.494,31
Reavaliação de Ativos	6.977.814,57	39.742.592,60
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	903.741,33	120.857,71
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	408.044,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.811.377,33	6.327.244,35
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 14/01/2019	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA
ORGAO SUPERIOR	14000 - JUSTICA ELEITORAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	7.811.377,33	6.327.244,35
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	382.086.253,29	338.788.794,04
Pessoal e Encargos	249.969.272,85	227.696.203,65
Remuneração a Pessoal	201.357.354,05	188.397.805,28
Encargos Patronais	29.606.602,84	27.955.635,44
Benefícios a Pessoal	11.018.925,96	11.240.787,93
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.986.390,00	101.975,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	48.511.734,83	43.498.089,67
Aposentadorias e Reformas	38.582.922,93	33.166.513,20
Pensões	9.846.978,90	10.240.145,44
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	81.833,00	91.431,03
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	70.463.114,23	57.742.763,77
Uso de Material de Consumo	3.930.565,57	2.088.381,19
Serviços	56.127.833,17	44.714.230,17
Depreciação, Amortização e Exaustão	10.404.715,49	10.940.152,41
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	468,87	453,63
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	409,18	215,68
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	59,69	237,95
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	11.245.318,99	8.760.327,27
Transferências Intragovernamentais	7.837.429,53	7.173.817,48
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.407.889,46	1.586.509,79
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.330.863,15	403.487,32
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	25.291,57	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	190.041,88	21.747,37
Incorporação de Passivos	86.668,08	211.923,25
Desincorporação de Ativos	1.028.861,62	169.816,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 14/01/2019	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	79.022,04	76.032,79
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.291,79	11.003,36
Contribuições	65.730,25	65.029,43
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	486.458,33	611.435,94
Premiações	8.745,00	9.510,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	477.713,33	601.925,94
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10.407.509,02	34.420.132,99

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017

1 - DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A reavaliação, pelo Núcleo de Gestão Documental de Imóveis, dos Fóruns Eleitorais, já registrados no Spiunet de: Andira, Campo Mourão, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Fazenda Rio Grande, Jaguariaiva, Mandaguari, Medianeira, Nova Esperança, Paranaguá, Rio Branco do Sul, Rolândia, Santo Antonio da Platina e Sarandi contribuíram com R\$ 6.977.814,57 de registros em valorização de ganhos com Ativos os quais impactaram diretamente e de forma relevante no resultado superavitário patrimonial apurado no ano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/01/2019	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	15.560.323,83	13.889.116,50
INGRESSOS	383.914.887,12	332.702.569,58
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	383.914.887,12	332.702.569,58
Ingressos Extraorçamentários	643.555,47	59.304,35
Transferências Financeiras Recebidas	375.150.234,33	322.703.626,64
Arrecadação de Outra Unidade	7.826.809,46	9.939.638,59
Demais Recebimentos	294.287,86	-
DESEMBOLSOS	-368.354.563,29	-318.813.453,08
Pessoal e Demais Despesas	-330.446.027,86	-283.725.642,55
Legislativo	-	-
Judiciário	-281.984.415,51	-239.654.459,54
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-48.461.612,35	-44.071.183,01
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 14/01/2019	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

	2018	2017
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-29.436.556,48	-27.835.535,00
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-29.436.556,48	-27.835.535,00
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-8.471.978,95	-7.252.275,53
Despêndios Extraorçamentários	-634.549,42	-78.458,05
Transferências Financeiras Concedidas	-7.837.429,53	-7.173.817,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.342.710,86	-13.872.119,42
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-13.342.710,86	-13.872.119,42
Aquisição de Ativo Não Circulante	-11.410.998,03	-12.848.268,09
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.931.712,83	-1.023.851,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMIÇÃO 14/01/2019	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	70019 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL
----------------	---------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.217.612,97	16.997,08
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.279.913,16	2.262.916,08
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.497.526,13	2.279.913,16

2 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2018 foi positiva, no montante de R\$ 2.217.612,97 e no acumulado até 2018 R\$ 4.497.526,13.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Segundo previsão constante no regulamento da Secretaria, a compilação e apresentação do Relatório de Gestão é atribuição da Seção de Planejamento e Estatística - SPE, unidade vinculada à Coordenadoria do Planejamento Estratégico – COPE, e subordinada à Diretoria Geral.

Os procedimentos para elaboração do relatório tiveram início com a comunicação, efetuada pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria – SECIA, à Coordenadoria do Planejamento Estratégico - COPE sobre a publicação da DN TCU no 170/2018 e novos critérios adotados pelo Tribunal de Contas da União a serem observados pelas unidades prestadoras de contas.

A primeira medida adotada foi o estudo e a análise pela SECIA, COPE e SPE dos documentos e demais informações referentes ao Relatório de Gestão 2018 expedidos ou divulgados pelo TCU.

Aproveitando que o Tribunal passava por processo de revisão do planejamento, já em outubro/18 a COPE abordou a adoção de novos critérios para prestação de contas em reuniões individuais realizadas com os secretários do Tribunal – ou representantes designados – e solicitou a indicação de um servidor para cada uma das áreas, ao qual seria atribuída a responsabilidade de levantar as informações e esclarecer eventuais dúvidas da unidade responsável pela elaboração do relatório.

Na sequência, a fim de dar ciência aos envolvidos sobre os termos da DN TCU no 170/2018 e demais orientações pela elaboração do relatório, a COPE determinou a abertura de um Processo Administrativo Digital específico para cada área do Tribunal.

O passo seguinte foi designação de datas para realização de reuniões e o estabelecimento de um cronograma de atividades. Foram realizadas 4 reuniões com os servidores designados para levantamento de informações, nas quais foram abordados os novos critérios para prestação de contas, as eventuais dificuldades que poderiam advir na elaboração do relatório, definidos os principais temas a serem abordados, os limites do relatório, entre outros. Na ocasião definiu-se que o relatório abordaria os temas de maior impacto e relevância na gestão, de forma clara e objetiva, tendo como foco principal a sociedade.

As inovações do relatório de gestão também foram abordadas na Reunião de Análise Estratégica, com a presença do Presidente, Vice-Presidente e Secretários do Tribunal, realizadas em 12 de dezembro e 09 de abril de 2019:

(<http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico>).

Durante o processo de elaboração do relatório, os servidores da SPE, a Coordenadora do Planejamento Estratégico e a Secretária do Controle Interno e Auditoria ainda, realizaram reuniões individuais com os responsáveis pelo levantamento de dados a fim de esclarecer eventuais dúvidas quanto ao conteúdo do relatório e informações prestadas.

Concluída a fase de compilação de informações, o relatório foi encaminhado para aprovação de todos os secretários e à presidência.

Durante todo o processo os servidores mostram-se comprometidos em adotar a nova metodologia estabelecida para prestação de contas, visando atender às demandas do TCU.

Da mesma forma, em decorrência das auditorias realizadas em cumprimento ao PAA – Plano Anual de Auditoria - 2018, as unidades auditadas vêm adequando seus procedimentos, bem como, aprimorando seus controles internos em atendimento às recomendações da unidade de Controle Interno e Auditoria.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE GOVERNANÇA

Os membros do conselho de governança declaram que os dados apresentados neste relatório são íntegros e refletem as principais ações desenvolvidas pelo TRE-PR em 2018. Informam, outrossim, que os temas abordados e os limites das informações prestadas foram definidos em reuniões realizadas com representantes de todas as Secretarias do Tribunal, tendo como principal foco a sociedade e a exposição de dados em linguagem simples.

As informações, em sua grande maioria, foram apresentadas conforme a estrutura proposta pelo TCU para prestação de contas - exercício 2018. Considerando, porém, que a instituição não se dedica ao exercício de atividade econômica, alguns itens foram adaptados a fim de permitir que a principal atribuição do Tribunal – preparação e realização das eleições – pudesse ser tratada de forma abrangente, refletindo as atividades necessárias ao pleno exercício dos direitos políticos pelos paranaenses.

Nos próximos anos pretende-se aprimorar a objetividade das informações e intensificar a utilização de infográficos, facilitando ainda mais compreensão pela sociedade.